

## **O Baile da Aurora: As Manobras Continuístas e o Pós-Arenismo na Redemocratização Orquestrada**

### **Introdução: O Regime dos Casuísmos e as Temporalidades Eleitorais**

[O]s generais haviam retirado aos brasileiros o direito de escolher o presidente da República. Ora se dizia que isso era conveniente para evitar processos eleitorais em que a escolha acaba limitada a dois demagogos, ora se sustentava que o brasileiro não tinha discernimento político necessário para decidir coisa tão importante. No fundo, a questão era bem mais simples: os brasileiros não votavam nos candidatos dos generais.<sup>1</sup>

(Elio Gaspari)

A História opera como uma ciência das expectativas por época e local. A História Política, por seu escopo, enfoca as expectativas da disputa por poder. Uma compreensão esmerada dos termos da disputa—não só os formais como também os materiais—é determinante para pesquisas criteriosas, destacadas de narrativas mais convencionais. Decerto que os termos não estão sempre nítidos, nem mesmo para protagonistas. Aliás, os próprios protagonistas podem escapar uma identificação imediata, mesmo de olhares retrospectivos—o que, inclusive, aumenta o desafio, e a pertinência, da seara.

Discussões sobre a política brasileira são notadamente pródigas com este desafio e o estudo da sua História, tanto mais. Alguns dos mais exemplares recortes encontram-se no período de 1964 a 1985, de segregação quase ímpar entre os fatores reais de poder e o povo. Para tanto isolamento contribuíram as labirínticas instituições do período e a opacidade de seus hierarcas. Contribuiu também—e sobretudo— a nociva blindagem em torno destes e daquelas, erguida para ludibriar a opinião pública, e conservada para evitar um ajuste de contas com a memória nacional.

Sob muitos aspectos, a ditadura brasileira de 1964 a 1985 foi *sui generis* dentre os regimes de força de então. Nenhum outro na América do Sul dispendeu

---

<sup>1</sup> GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**, Companhia das Letras, São Paulo, 2002, p. 114.

tanto esforço conjurando espaços fictícios de disputa por poder. O regime conservou o Congresso Nacional de 1945—e algum nível de calendário eleitoral—através de mutilações periódicas e tensão permanente. Por um lado, vinham as sucessivas—e pantagruélicas—cassações de representantes do povo. Pelo outro, pairava, continuamente, uma espada de Dâmocles sobre os demais. Ela permitia que o governo mantivesse o controle sem desgastar-se além do necessário. Os condôminos da tirania, porém, nem sempre chegavam ao mesmo cálculo; com o tempo, estabeleceu-se a ideia de que dentre eles haviam uns de “linha dura”, dispostos a medidas mais extremadas. A “linha dura” existiria em contraste a segmentos mais moderados, supostamente sem vocação ditatorial específica, tendentes a uma concentração de poderes utilitária e transitória. A designação de “linha dura” era reivindicada por seus próprios adeptos; nisso, a opinião pública acompanhou-os. Por conseguinte, a expressão está consagrada, mas não neste trabalho. Coloca-se que qualquer articulação, sustentação, apoio a (e mesmo convivência com) uma ditadura demarca uma “linha dura” contra a democracia. Divergências surgem, no seio de um regime, quanto à distância, e ao ritmo, a se percorrer a partir dessa demarcação. Em suma, debate-se o custo político das medidas de força. O que existe aí, na realidade, são distinções entre tendências autoritárias mais explícitas e outras mais dissimuladas. Enquanto aquelas estavam dispostas a mandar às favas todos os escrúpulos<sup>2</sup> de sutileza, estas ensaiavam escrúpulos de consciência por cautela pragmática. Muitos congregantes do regime transitaram entre estas e aquelas<sup>3</sup> ao sabor da conjuntura—aliás, algo bem natural em questões de tática. Em questões de princípio, todavia, “*a prática é o critério da verdade*”.<sup>4</sup> Um ditador que reagisse a torturas imprevistas como o Marechal Castello Branco, i.e., desautorizando a reincidência sem responsabilização dos antecedentes, estaria em última análise, coexistindo com a prática concreta. Quando o objetivo é conservar ao regime uma fachada de legitimidade, e a postura,

---

<sup>2</sup> A paráfrase remete a uma célebre fala do então Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, na reunião Alto-Comando do Governo Costa e Silva que referendou o AI-5, “às favas, Sr. Presidente, com todos os escrúpulos de consciência.” Uma transcrição integral deste discurso está disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>

<sup>3</sup> Um exemplo possível seria o General Orlando Geisel. Elio Gaspari argumenta que Orlando Geisel opusera-se à criação do CIE em 1967, mas que ao tomar posse como Ministro do Exército de Emílio Médici, recebeu do Presidente “a coordenação do aparelho repressivo”. GASPARI, Elio, “A Ditadura Escancarada”, 2002, p. 177.

<sup>4</sup> A expressão é usada por Karl Marx em “Crítica ao Programa de Gotha”.

de contenção de danos, há dissonância com aqueles para quem a desenvoltura da repressão desinibida é mais funcional que a manutenção de fachadas. Neste entendimento, falar-se-á não de uma “linha dura”, mas de uma “linha reta” para o pendor concreto da ditadura: a força. Fora da “linha reta” estão somente andarilhos de vias mais sinuosas rumo à desmobilização social. A “linha reta” e a “linha sinuosa” possuem muito mais cumplicidade do que polarização; as diferenças, quando hão, são até relativas. Podem surgir mesmo entre dois “linha-dura”. Ocorreu, por exemplo na fatídica reunião do Alto Comando **da ditadura que assentiu ao AI-5** de Costa e Silva. Segundo uma história contada no livro de “1968: O Ano que Não Terminou”, de Zuenir Ventura, o Ministro Gama e Silva, da pasta da Justiça, apresentara um anteprojeto de ato que “propunha o recesso do Supremo Tribunal Federal, e o fechamento definitivo do Congresso, das Assembleias, e das Câmaras de Vereadores.” O General Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército e testa-de-ferro da brutalidade militarista, respondeu: “Assim não, Gama; assim você desarruma a casa toda.” (VENTURA, 1988, p. 252) Carlos Chagas, ex-Secretário de Imprensa do Presidente Costa e Silva, narra uma conversa similar, entre Gama e Silva, o marechal, e o então Chefe do SNI General Emílio Médici. Gama e Silva lia o anteprojeto em voz alta, e “[q]uando ia passar ao artigo 4º, foi interrompido pelo General Médici, que disse: ‘Chega, Gama, assim é demais’ [...]” (CHAGAS, Carlos, 1979, p. 85). Quando a ideia de uma “linha dura” contraposta a uma (na falta de uma expressão melhor—o que não deve ser por acaso) ‘*linha outra*’ é levada às últimas consequências, um general e governante com o currículo do Emílio Garrastazú Médici torna-se dissociável da linha dura de um Gama e Silva. No frigidar dos ovos, o que parecia “demais” para Médici na obra de Gama e Silva não lhe agredia à medida suficiente de moral. Qual era a “casa toda” que, aos olhos de Lyra, seria bagunçada pelo anteprojeto do Ministro da Justiça? O lar dos pudores “revolucionários”? Ou o templo do discurso oficial, com sua liturgia de tergiversações, desconversas, eufemismos e negativas? Quando a expressão “linha dura” é endônimo dos próprios entusiastas, a suprema repulsa ao que representam se estende também à esfera terminológica. A “linha reta” ultrapassou as “linhas sinuosas” menos pela genialidade dos seus pregadores do que pela empírica funcionalidade de sua ousadia. Se Gama e Silva estivesse ousado para além do funcional, nada mais natural que as reservas de um Médici ou de um Lyra a qualquer anteprojeto que talvez descarrilhasse a linha reta.

Em épocas de abalo, as linhas retas e sinuosas maquinavam matreiras engenharias para cimentar os alicerces do templo. Este foi o caso, por exemplo, das eleições governamentais de 1965. Mas nos “anos de chumbo” (ou, mais sugestivamente, nos “anos de chumbo sem folheação de pirita”<sup>5</sup>), a liturgia patranheira desembarçou-se, com a linha reta compondo uma sinfonia de desinibição, conduzida por regentes da caserna, tocada por instrumentos da repressão, e harmonizada pelos silenciosos arranjos da Censura. O Congresso fora interditado pelo AI-5, cuja versão definitiva excluía o que quer que na anterior parecera “demais” aos olhos de Médici e/ou desarrumaria “a casa toda” no cálculo de Lyra Tavares. Este vira no documento final de Gama e Silva “remédio para as crises sucessivas” e aquele aprovava-o “com bastante satisfação”; logo, o fechamento do Congresso era consenso na linha reta. Não se dera em caráter permanente, decerto, mas é sugestivo que o propósito de sua reabertura fora sacramentar Emílio Garrastazú Médici como Presidente da República. O chumbo, sem folheação de pirita, era a regra, mas a orquestra ditatorial não dispensou a coreografia pela qual o Congresso escolheria o mandatário nacional. Em uma verdadeira apoteose de pantomima, a Arena entoou os cânticos do regime com a disciplina de um orfeão, enquanto o MDB, recusando cumplicidade com a ópera bufa, ausentou-se do palco. Tanta formalidade para o regime era pura *mise-en-scène*. A acessão de Médici viera após um turbulento, delicado, tortuoso e subterrâneo processo de consulta aos oficiais-generais das três armas.<sup>6</sup> Em outras palavras, a base castrense do regime era, mais do que nunca, o maior dos fatores reais de poder. Mas assim como a serventia da Censura era ocultar os absurdos do regime, cabia a elite política blindá-lo com miragens. Era para guarnecer a nitidez das miragens (e sustentar a tergiversante narrativa dos apólogos do golpe) que a ditadura admitia pleitos eleitorais, em casos específicos. Só não admitia que servissem de brecha para a oposição comprometer-lhe; resolviam isto em constante adulteração das regras do jogo. Os casuísmos eleitorais eram engenharia para tapar estas brechas, e por toda a ditadura não houve governo que os dispensasse.

---

<sup>5</sup> A expressão foi cunhada para este trabalho, sem que se encontrasse um uso antecedente.

<sup>6</sup> Para uma descrição pormenorizada da rocambolesca seleção de Médici, em detrimento sobretudo do general-de-três-estrelas Albuquerque Lima, ver CHAGAS, Carlos, **113 Dias de Angústia**, pp.130-134 e pp. 145-154 e Elio Gaspari, “A Ditadura Escancarada”, 2002, pp. 113-122.

O casuísmo jurídico, como dispositivo legal feito sob medida para um beneficiário particular, é das mais perniciosas tradições políticas do Brasil. Os alfaiates da ditadura teciam novos casuísmos legais toda vez que a oposição conquistava—ou ameaçava conquistar—espaços eleitorais. Tanta interferência criava reviravoltas de temporalidade na vida pública. Elas aconteciam em pelos menos duas dimensões. Na mais óbvia, o calendário eleitoral sofreria alterações de periodicidade. Na mais sutil, a própria organização de expectativas era subvertida pelas novas diretrizes. Um calendário não registra, como o relógio, a passagem do tempo; ele *trabalha com* uma passagem de tempo que, calculável em datas, ordena previsões e programações. Como as expectativas são objeto de estudo da História, o calendário opera como fator sociocultural central para a dimensão subjetiva na temporalidade. No caso da História política, assim, o calendário eleitoral marca os **horizontes** periódicos do pleito. Mas é o regulamento que estabelece a sua realização—e até mesmo determina sua relevância. A legislação prevê o quando, define o quê, estabelece o como; e, nas mãos do arbítrio e do oportunismo, fica evidente o porquê: *diminuir a ingerência popular sobre os afazeres do Estado*.

A possibilidade do casuísmo provoca diferentes regimes de temporalidade para as partes da contenda. Do lado de fora do Poder, a premissa é a legislação eleitoral vigente e o empenho é pela consagração de uma vitória nas urnas. Do lado de dentro, a premissa é a vitória nas urnas e o empenho é pela confecção de uma legislação eleitoral conveniente. A vantagem dos continuístas começa em sua relação com o tempo e a materialidade: governo e oposição fazem cálculos diferentes, e quanto mais distante o legislador estiver do povo, mais precisa será a estimativa do continuísmo. Enquanto a Arena/PDS foi veículo da vontade ditatorial, ela recebia o trajeto adequado ao seu modo de transporte. A oposição improvisava às pressas para adaptar-se ao terreno de cada trajeto novo. Esperava descalibrar os instrumentos de cálculo do governo valendo-se de senso de oportunidade e maleabilidade política. Agremiada no MDB, a oposição necessitava, para o êxito em qualquer nível, de considerável versatilidade. Como isso pressupunha constantes—e até repentinas—alterações de tática (e mesmo de estratégia), o senso de oportunidade veio a ser o mais valioso predicado na legenda, e, a maleabilidade política, sua vocação principal. Colateralmente, preterir-se-iam as considerações

ideológicas (jamais o ponto forte do partido), e privilegiar-se-iam as lideranças pragmáticas.

A maleabilidade política do MDB assumiu maiores responsabilidades com o horizonte de abertura política que o General Golbery do Couto e Silva tracejava. Por toda sua gestão no Gabinete Civil da Presidência da República, entre 1974 e 1981, Golbery manteve este horizonte cuidadosamente vago, por propósito, ambíguo, por natureza, e irregular, por expediência. Para ele e seus cúmplices, a única pertinência da abertura era conservar no poder, para além do esgotamento do regime, o “arco de interesses” que derrubara Jango. Encarnado na “elite orgânica” dissecada pelo historiador uruguaio René Armand Dreifuss, esse arco de interesses contava com os casuísmos eleitorais como instrumentos para minimizar o acaso, a *fortuna* de que falava Nicolau Maquiavel. A *virtù* estaria na sua invejável “elasticidade” de que falava Raymundo Faoro. Para a desafortunada oposição, em isolamento da alfaiataria casuística (o próprio sentido do artesanato) só restava a “*virtù*” de contornar os incidentes de percurso em tempo real. Com a proverbial boca entortada de tanto fumar cachimbo, a maleabilidade do MDB traduzir-se-ia no PMDB em que a consistência prejudicava a coesão. Acirrando a demanda por maleabilidade estava o novo contexto imposto com a Lei 6.767, de 1979. Ela instituía o pluripartidarismo ao mesmo tempo em que dissolvia os dois partidos existentes, e determinava ainda que os novos tivessem a palavra no nome. Numa tentativa de fundir seu legado histórico a um objetivo elemento da realidade, o MDB se transmutou, com pleonástica acrobacia semântica, em Partido do MDB. A rigor, era o senso de oportunidade da agremiação tentando contornar um casuísmo maroto do governo.

Mas entre o sentido histórico do MDB e o do Partido do MDB havia uma discrepância existencial, colateralmente urdida pela abertura. Resignado com a violência imposta pelo AI-2, o MDB aglomerava uma unidade das oposições artificial por essência. Inconformado com a esperteza embutida na Lei 6.767, o Partido do MDB reclamava uma unidade das oposições extemporânea por conjuntura. O cientista político Rafael Mucinhato argumenta, com dados objetivos e raciocínio fundamentado, que este novo partido não nascera sinônimo àquele

quando extinto.<sup>7</sup> Mas este diagnóstico não se esgota numa análise da composição interna: ainda que o novo partido lograsse manter todos os quadros do antigo MDB, seria materialmente distinto por historicidade. Se no MDB a aglutinação oposicionista desdobrava-se da inércia, no Partido do MDB seria fruto de esforço. A coexistência de facções, no primeiro, era administrada com normas de convívio; no segundo, era arquitetada por malabarismos de conciliação. De certa forma, a condição de existência de um virava razão da existência de outro, e se por muito tempo o MDB foi beneficiário eleitoral das contradições da ditadura, o PMDB seria caudatário histórico das contradições da abertura.

Do mesmo modo que a abertura irrompeu no MDB novas responsabilidades e desafios, da Aliança Renovadora Nacional ela requisitou novas funcionalidades. Como expressão partidária-eleitoral do dito “arco de interesses”, a Arena cumpria um papel *sui generis* do que, na Ditadura de 64, mais se aproximaria do “Partido da Ordem”, no conceito marxiano. O papel da Arena variou em importância de acordo com a conjuntura, mas em nenhuma reuniu as prerrogativas todas de um “Partido da Ordem”. A Ordem emanava dos Atos Institucionais, dos quais a Arena era um fruto e prosperava como apóloga, mas não funcionava como progenitora. Em última análise, a Arena era quase tão contingente aos sabores da ditadura quanto o MDB. Os fatores reais de poder mantinham com ela uma dinâmica de ventriloquismo. Em tal quadro, o mais próximo a um “Partido da Ordem” poderia aparecer, quando muito, nos chamados “partidos nas Forças Armadas”; como tais, identificariam facções inclinadas a direções variadas. De todo modo, na medida em que o Governo preparava a dissipação dos Atos Institucionais, a Arena ganhava centralidade para a classe dirigente. Tornava-se uma efetiva fiadora das maquinações de Golbery, e, por conseguinte, seu sucesso eleitoral fica cada vez mais indispensável. Com isso, o casuísmo eleitoral seria uma ferramenta decisiva—e não apenas para assegurar

---

<sup>7</sup> MUCINHATO, Rafael. “Dos autênticos aos governistas: Gênese e Trajetória do PMDB (1979 a 2002)” (2019), p. 56. Esta análise, segundo o autor, já aparecia em artigo de 1986 de Maria Victoria Benevides, “Ai que saudade do MDB!”. Ele frisa também que “alguns parlamentares” peemedebistas entrevistados para o seu trabalho admitiram a mesma coisa. Entre as fontes oficiais do PMDB, ele cita a “*Revista do Cinquentenário do PMDB Catarinense – Democracia 1966-2016: essa chama nunca se apaga*” como uma das únicas a publicamente fazer o mesmo. O que, em justiça, faria do documento uma comovente exceção ao modo como o partido tradicionalmente interpreta e (sobretudo) dissemina a própria história.

hegemonia governista na classe política. Estava em jogo o próprio controle da ‘elite orgânica’ sobre o Brasil “redemocratizado”.

O presente trabalho parte dos fatores reais de poder na redemocratização do País. Seu foco está nos grupos representantes da classe dirigente, apenas uma fração das forças em jogo. Não se trata de negar a galáctica importância das forças anti-hegemônicas, quanto menos relativizar a heroica pujança empreendida contra o regime. Ao contrário, foi precisamente por receio de uma democratização genuína, pautada pelas forças populares, **conduzidas** pela sociedade civil—leia-se, de uma redemocratização sem tutela—que os arquitetos da ordem recorreram aos notáveis expedientes raposinos. Os movimentos contestatórios mereceram atenção de pesquisas bem mais qualificadas; esta se dedica às entranhas do poder. A percepção é de que os dirigentes e o povo não partilham sequer do mesmo espaço temático. Os pressupostos da História manifestam-se de forma tão díspares para cada que nem é muito justo localizá-los em lados opostos de um muro. Mais frutífero é enxergar que o muro sustenta os primeiros e soterra estes últimos. Em se tratando de uma ditadura, é mais do que recomendável.

## **1. Ascensão e Queda, Sem Apogeu, do Partido Popular**

### **1.1. De Consentidos e Confiáveis: Pressupostos Conceituais do Pluripartidarismo Orquestrado**

O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior.

(Raymundo Faoro)<sup>8</sup>

**A Redemocratização Orquestrada—o período de Figueiredo em particular—só pode ser inteiramente compreendida no discernimento relativo entre três esferas de agência continuísta.** Havia o indivíduo, o Presidente João Figueiredo, general de quatro estrelas, cavalariano, chefe de Estado, chefe de Governo. Havia uma outra entidade, mais abstrata, mais conceitual, que era o *Governo* Figueiredo.

---

<sup>8</sup> FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**, vol. 2. Editora Globo, Porto Alegre, 4ª edição, 1977, p. 748.



E existia um fenômeno adicional, mais multiforme e mais diversificado, que era a *base governista*. Em uma gestão coesa, minimamente harmônica, este tipo de distinção ficaria sutil. Na gestão de Figueiredo, as três esferas ficaram tão distintas, quando não distantes, que o arco de interesses dependeu principalmente do (inigualável) instinto de oportunidade da elite partidária. A ausência do AI-5 e a promessa de redemocratização rascunharam cenários com mais protagonismo do partido situacionista. Não seria, necessariamente, uma maior independência, mas uma importância mais estratégica. Na medida em que a regência presidencial falhasse, acirrar-se-iam as contradições no partido. Alguns já haviam renegado a cultura de subserviência herdada da Arena. Outros mantiveram-se leais por utilitarismo. Boa parte desta utilidade era determinada pelo desempenho do Governo; para a base governista, o Governo era ao mesmo tempo agente e objeto do trabalho. O Governo era constituído do Presidente e de seus ministros, além dos diversos assessores e do contingente burocrático. Também faziam parte, em vários aspectos, as lideranças do Governo (ou do partido do Governo) nas casas do Congresso. Já por *base governista* entende-se a composição partidária em si, a começar pelos governadores estaduais e territoriais e pelas bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado.

O governismo mudara de peso estratégico com o relaxamento da tutela institucional (**particularmente com o fim do AI-5**), mas com o fim do bipartidarismo o oposicionismo mudava de *natureza*. O paradoxo da existência do MDB (i.e., um partido de oposição criado e consentido pelo governo) condenava-o a relações de tácita ambivalência com o povo. Se o povo optasse pela Arena, tratava-se de apoio, aquiescência, conformidade ou resignação ao partido do Governo. Mas uma opção pelo MDB poderia ter inúmeras razões e teores distintos, discrepantes até. Poderia vir com um entusiasmo sincero. Poderia vir com desgosto, apenas inferior ao desgosto com o governo. **Talvez viesse com esperança de ver emedebistas governarem em futuro vislumbrável; talvez viesse como um gesto simbólico no presente bipartidário. A oposicionistas avessos à luta armada, votar no MDB era a escolha. A oposicionistas sem luta armada a travar, votar no MDB era uma falta.** Portanto, é melhor trabalhar em termos de *arenismo/governismo vs. oposicionismo* do que com *Arena/partido do governo vs. MDB*. São termos mais abstratos, mais fluidos, quicá mais imprecisos, e justamente por isto cabem mais à etapa em

questão. A lei de extinção dos dois partidos, que ensejou na criação do sucedâneo do MDB, foi a mesma de instituição do pluripartidarismo, que ensejou na criação de forças diversas de oposição. Votar e apoiar o sucedâneo do MDB não era a mesma coisa que votar *contra* o sucedâneo da Arena, também era votar *em detrimento* das outras alternativas. Uma das quais, inclusive, estava à sua direita, próximo do arenismo, quase como *uma alternativa para o Governo*. Ademais, o uso de *arenismo vs. oposicionismo* possibilita o desenvolvimento de três conceitos correlatos porém particulares: *pós-arenismo*, *pós-governismo* e “*proposicionismo*”.

No primeiro, há o fenômeno de antigos militantes da Arena cujas vidas políticas sobreviveram ao partido, sem pertencerem—ou sem permanecerem—no partido sucedâneo, que, a princípio, ganharia o nome de Partido Democrático. O pós-arenista é de uma categoria mais restrita que a do arenista. Ele deixara de pertencer à Arena por motivos de força (igual ou) maior, o mais inapelável dos quais era, obviamente, a extinção da própria legenda. Não constituiria o “Partido Democrático” (que, em nomenclatura ainda mais duvidosa, tornar-se-ia o “Partido Democrático Social”), prioritariamente por razões de conjuntura, conforme o cenário redesenhado pela Redemocratização Orquestrada. Manter-se-ia afinado às linhas gerais do “arco de interesses”, porém, no movimento de “irradiação do arenismo”. O arenista é quem estava na Arena, ficando ou não no PDS.<sup>9</sup> Um ex-arenista agremiado no Partido do MDB num rompimento—mormente programático<sup>10</sup>—com o Governo (sendo o inverso coisa outra!) tende a diferir de um pós-arenista.

O pós-governismo é a condição de quem espera do governo coisas incompatíveis com o que este pretende oferecer. Ele engloba aqueles que não foram encaixados na nova distribuição do poder, querendo sê-lo. Muitos simplesmente não foram encaixados *como gostariam*; em todo caso, frequentemente consideram a hipótese de, ensaiando coreografias oposicionistas, aumentarem as margens de negociação. O conceito engloba também os que passam à oposição vislumbrando, em uma saída conciliatória, condições mais favoráveis à manutenção dos encaixes.

---

<sup>9</sup> Muitos que colaboraram com a Arena pertencendo ao MDB (ou estando sem partido) mas que fundaram ou aderiram ao PDS, poderiam ser considerados “arenistas” *lato sensu*—principalmente aqueles que virassem pedessistas em inequívoca subscrição ao que o MDB combatia. Vale lembrar que as leis que restringiam mudanças de partido no período dos Atos Institucionais mantinham potenciais governistas na legenda de oposição.

<sup>10</sup> Um caso típico—e dos mais antológicos—seria o do alagoano Teotônio Vilela.

O pós-governismo faz sentido enquanto fenômeno multipolar, oscilatório e contingencial. Com o espaço de manobra da elite partidária dilatado pela abertura (o fim do AI-5 foi o declínio da “espada de Dâmocles” sobre o Legislativo), pós-governistas puderam ensaiar um oposicionismo sem desligarem-se, necessariamente, do “arco de interesses”. Foi caminho natural para tantos que, durante a Arena, prestavam a subserviência ao Governo com (algum) contragosto. Foi o caminho conjuntural para muitos governistas que acabaram vivendo dissabores com o Governo Figueiredo. Em qualquer situação, o viabilizador estava no novo ordenamento jurídico. O pós-governista era, por definição, usuário de uma recorrente prática no Brasil: a busca por abrigos partidários para as suas ambições. Do ponto de vista eleitoral, a prática é frequente entre pré-candidatos, mas para o pós-governista, o abriguismo era quase uma premissa.

Tangencialmente ao pós-governismo está o “proposicionismo”. Muitos ex-arenistas, ex-emedebistas e protagonistas novos na política constam como oposicionistas pela insistência na constritiva dicotomia de “Governo/Oposição”. A categorização binária, tão prevalente nos meios de comunicação, é injusta com os ambíguos. Os formadores de opinião—e os formuladores de política—frequentemente recorrem a qualificativos tortuosos para englobar as gradações. Para se fazerem entender, adotam (e promovem, ou acabam promovendo) expressões problemáticas, como “oposição confiável” e, por contraste, “oposição radical”. Esta última pode imputar radicalidade a figuras que não primam por radicalismo sob quase critério algum. A primeira acaba traindo o paradoxo (se não contrassenso) de figuras que desfrutam da confiança do governo pertencendo à oposição. Naturalmente, para um regime bem contraditório em uma “abertura” muito mais, ‘oposição confiável’ é uma expressão plenamente ilustrativa. Não obstante, para o regime ser dissecado a expressão há de ser problematizada, e até superada. Valem por “proposicionistas”, todos os referidos personagens que propõem (ou representam) ao governo uma solução mais harmônica para os impasses de ocasião. Colhem seu sustento do contraste entre *distribuição* de poder e *transferência* de poder. Não são necessariamente pós-governistas, mas são suficientemente “confiáveis” para o governismo sempre que um “fiel da balança” for necessário. Como o *tertius* para um dado impasse sói emergir em fiéis de balanças, o proposicionismo é uma entrada pela qual oposicionistas oferecem ao

governismo uma saída. E quando de colisões entre governismo e oposicionismo, o proposicionista não existe como **um personagem mais moderado neste último, mas como uma externalidade disposta a colaborar com ambos.**

Por fim, a fórmula “arenismo/governismo vs. oposicionismo”, “Arena/partido do Governo vs. MDB” está na chance de falar em *arenificação do PMDB*. A penetração de elementos arenistas e pós-arenistas no seio do PMDB altera a sua composição, certamente; já alteração de caráter, por sua vez, é causa e consequência desta penetração. De modo que em tributo a esta realidade, é indispensável falar em Partido do MDB por um lado e PMDB do outro. O Partido do MDB surge como sucedâneo ao MDB; o PMDB, por sua vez, tem um outro sentido histórico. O AI-2 determinou o surgimento de um partido de oposição *consentida*, já o PMDB vai ficar *confiável*—se não para Figueiredo, pelo menos ao “arco de interesses”, em algum nível—na medida em que absorve os pós-arenistas, pós-governistas e proposicionistas. Se arenifica porque o arco de interesses não tem um vínculo mecânico com o Governo Figueiredo: e, organizado em um estamento de suprema elasticidade—como observa Raymundo Faoro—ele logo vai aprender a usar a oposição a seu favor. Isso provoca e exige mudanças no PMDB, que, afinal já vai se flexibilizar para dar conta da nova realidade eleitoral. A “irradiação do arenismo” arenifica o PMDB, especialmente medida em que o próprio sentido da Arena—dar à ditadura uma aparência de respaldo civil e institucional—já não existe para o PDS. O arenismo começa a irradiar-se a partir do pluripartidarismo, mas o Partido do MDB vai se arenificar principalmente a partir de 1982. Ao incorporar a legenda “confiável” proposicionista—o PP—ele marca uma nova etapa; a designação de PMDB reconhece este marco e sublinha sua importância. Há uma diferente identificação por reconhecimento à diferença de identidades. O partido é diferente não apenas por estar mais à direita, mas por acirrar as contradições de sua ala mais à esquerda.

Dentro desse trajeto, enfoca-se prioritariamente a maneira pela qual o espólio da Aliança Renovadora Nacional irradiou-se entre os novos partidos, de modo que os interesses do “estamento patrimonialista” (como entendido por Raymundo Faoro) pudessem ser negociados dentro inclusive do PMDB. O efêmero Partido Popular não despertou maior atenção da academia, salvo pela reflexão empreendida pelo cientista político Rafael Mucinhato em sua tese sobre o PMDB.

No entanto, sua curta trajetória não há de relegá-lo à irrelevância; pelo contrário, a autodissolução precoce do PP se deu precisamente por uma lógica definidora do caráter da política brasileira.

Composto por ex-arenistas que buscavam correr em faixa própria, sem alinhamento tão automático ao governo, e por integrantes da ala direitista do MDB, o Partido Popular reuniu legítimos representantes do estamento político-plutocrático do País para cumprir o fiel da balança entre a ex-Arena e o ex-MDB. Assumindo um discurso de oposição moderada, sob uma práxis de lealdade às forças socioeconômicas de sustentação do regime, o PP imaginava disputar as eleições de 1982 para ocupar um nicho vantajoso de negociação política. Essa vocação oscilatória previa situações em que o PMDB viesse a apoiar alguns de seus candidatos a governador—e vice-versa (as eleições de 1982 foram as primeiras desde 1965 a eleger governadores pelo voto direto). Para diminuir a margem de manobra das oposições—efetivas ou simbólicas—o governo baixou o Pacote de Novembro proibindo coligações estaduais, e forçando o eleitor a escolher candidatos aos diversos cargos de um mesmo partido. Neutralizados em sua solércia, os caciques do PP negociaram sua incorporação ao PMDB por vagas estratégicas no aparato e nas candidaturas peemedebistas. Foi um salto naquilo que o presente trabalho conceitua como “a arenificação do PMDB”, a saber: o processo polirrítmico pelo qual o PMDB refez sua composição interna, abrigando pós-governistas da ditadura, e deslegitimou-se como legatário do MDB.

## **1.2. Uma Dança das Cadeiras Pós-Governista: A Irradiação do Arenismo no Biênio Hexapartidário Brasileiro**

Seus partidos nunca conseguiram ser mecanismos de governo ou de incorporação das ‘partes societárias’ ao universo estatal, mas apenas agentes de manipulação e partes interessadas na briga pelo espólio deste. Tais agremiações profissionais foram concebidas como máquinas, retalhadas entre politiqueros profissionais e pelegos partidários, de extração empresarial, burocrática, militar, ou simplesmente recrutados no seio da população, como saída individual para a ascensão social ou a realização de ambições pessoais.<sup>11</sup>

(René Armand Dreifuss)

---

<sup>11</sup> DREIFUSS, René p. 12.

O cientista político David Fleischer explica que o realinhamento partidário era peça-chave na estratégia de abertura continuísta de Golbery e Petrônio Portela (i.e., controle do Congresso, vitória nos pleitos de 1982, eleição do sucessor de Figueiredo, etc.).<sup>12</sup> A orquestração do pluripartidarismo foi ensaiada através de uma inesgotável sequência de cartadas legislativas, até culminar na sanção, em vinte de dezembro de 1979, da seminal Lei nº. 6.767. Ao longo desse processo, as lideranças políticas lidaram com a hipótese de extinção dos dois partidos: o pluripartidarismo, assim, não seria um aumento no número de partidos, mas numa diminuição a zero seguida da possibilidade de surgimento de alguns. É lógico que esta hipótese estava bem mais palpável para a Arena, mas ficaram antológicos os esforços do cardinalato emedebista para manter a coesão oposicionista, e, com isso, compensar seu provável perecimento. Em suma, criariam um partido sucedâneo contra o surgimento de legendas mais específicas, i.e., a reencarnação do petebismo, uma possível agremiação para os novos sindicalistas e para as esquerdas autônomas, e, quiçá, projetos mais independentes de uma ou outra ordem. De fato, o legado petebista acabaria reclamado por um partido brizolista (melhor dizendo, um partido brizolista e uma confraria de oportunistas encabeçada por Ivete Vargas e abençoada por Golbery<sup>13</sup>), e as lutas grevistas do período ensejariam no PT uma das experiências mais inéditas no País. Mas entre projetos independentes, não só ao MDB mas (teoricamente) à Arena, o de Tancredo Neves foi o que ganhou vida.<sup>14</sup>

A gestação de uma legenda (reputadamente) oposicionista à direita do MDB foi acompanhada pela opinião pública, e sua função de “abrigo” já estava notória antes mesmo da definição oficial do pluripartidarismo. Quando o Congresso aprovou a lei, em 22 de novembro de 1979, o projeto de Tancredo ainda era referido como Partido Democrático Brasileiro—ecoando, curiosamente, o nome do MDB<sup>15</sup>, nove fora a pletera de arenistas que congregava. Por muito tempo, falou-se em um

---

<sup>12</sup> FLEISCHER, p. 180.

<sup>13</sup> Para uma narrativa crítica da fabricação do PTB de Ivete Vargas, e de sua trajetória até as vésperas das eleições de 1982, ver o artigo “O PTB de Hoje não é o PTB de Ontem”, de Carlos Castello Branco, in: “Partidos e Políticos”, 1982, pp. 76-80.

<sup>14</sup> A criação de um partido encabeçado por Tancredo Neves para abrigar boa parte dos “moderados” do MDB (e possíveis dissidentes da Arena) era fava tão contada que a expressão “partido de Tancredo” já aparecia em jornais.

<sup>15</sup> O Jornal do Brasil de 27 de novembro de 1979 (cinco dias após a promulgação da Lei 6.767) registrou que o deputado Thales Ramalho, emedebista moderado e arquiteto do partido tancredista, trazia consigo um cartão com a sigla “MDB” com o “M” riscado e um “P” escrito em cima. JB 27/11/79, p. 5.

“Partido Independente” de arenistas dissidentes, a ser encabeçado por Magalhães Pinto—em contraste com o sucedâneo oficial da Arena (por vezes referido como “Arenão”)—mas este projeto acabou vinculando-se ao grupo de Tancredo. Entre idas e algumas vindas, entre marchas e simulacros de contramarchas, o congraçamento foi chamado de muitas coisas, “Partido do Sr. Tancredo Neves”, “partido de Oposição não-radical”, “Partido Independente”, “Partido Democrático Brasileiro”, “Partido Popular Brasileiro” até virar “Partido Popular”. O Planalto projetava a coisa de maneira mais sólida. Em documento datado de 21 de setembro de 1979 (antes mesmo do governo enviar mensagem ao Congresso pela aprovação do pluripartidarismo), Figueiredo já definia Tancredo como chefe do “partido de oposição moderada e independente” (Gaspari, 2016, p. 165).<sup>16</sup> É muito provável que este tipo de hipótese já estivesse no tabuleiro muito antes disso; aguardam-se futuros documentos à tona para comprovar isto. O fato é que o Governo arquitetava o pluripartidarismo já preconizando a emergência de peças úteis situáveis na constelação oposicionista. Para Fleischer,

a estratégia Petrônio-Golbery visava a formação de um novo partido de centro [sic] aglutinando os ‘moderados’ do ex-MDB e os dissidentes liberais [sic] da ex-Arena, que funcionaria como partido ‘auxiliar’ do governo em nível federal [...]<sup>17</sup>

Neste raciocínio, o Partido Popular seria um fiel da balança para o governo aumentar sua margem de negociação para contingências mais delicadas. O “Arenão” continuaria majoritário no Congresso, mas em qualquer caso de crise no seio do governismo explícito, um Plano B poderia ser negociado com a “oposição confiável”. Afinal, os maestros da ditadura não abririam mão de um AI-5 sem o mínimo de garantia de controle do Congresso.

Visto desta forma, o surgimento do PDB/PPB/PP foi o primeiro caso ostensivo de “irradiação do arenismo”. Os pós-arenistas empunhavam bandeiras oposicionistas com a naturalidade de quem sabe que o mastro pesa mais do que a flâmula. Afinal, quando a própria ditadura proclamava uma abertura, uma oposição confiável precisaria se apresentar como oposição, ou ficar sem diferencial perante o “Arenão”.<sup>18</sup> Mas a materialidade do PP era, no mínimo, muito compatível com o

---

<sup>16</sup> Uma anotação de Golbery ressaltava Tancredo como o “possível chefe”. GASPARI, 2016, p. 165.

<sup>17</sup> Fleischer, p. 181.

<sup>18</sup> Em artigo para o livro “Partidos e Políticos”, de 1982, Villas-Bôas Corrêa comentou: “o PDS diz uma coisa e faz outra. Afirma e nega com o maior caradurismo. O seu programa é o mais

“arco de interesses”. Arenistas como Alberto Tavares Silva (PI), Paulo Egydio Martins (SP), Irapuan Costa Júnior (GO), Roberto Santos (BA), marechal Paulo Torres (RJ), Jayme Canet Júnior (PR), José Fragelli (MT)<sup>19</sup>, Synval Guazzelli (RS) haviam sido governadores biônicos nomeados pela ditadura. Olavo Setúbal fora prefeito biônico de São Paulo durante a Presidência de Geisel. Magalhães Pinto (MG) e Luís Fernando Cirne Lima (RS) foram ministros de Estado do regime. João Agripino Maia Filho (PB) também fora governador da ditadura: embora eleito com o voto direto, em 1965, contou com o empenho do Presidente Castello Branco (auxiliado pelos casuísmos e cassações). Magalhães Pinto, Aluízio Alves (RN)<sup>20</sup> e Cid Sampaio (PE) tinham chegado aos respectivos governos antes do Golpe, no qual participaram com afinco. Affonso Camargo Neto (PR), Gastão Müller (MT), e Rachid Saldanha Derzi (MS) eram senadores biônicos. Alguns fundadores do PP, como Claudio Lembo, eram presidentes regionais da Arena à época da Lei 6.767.

As malquerenças dos arenistas do PP com os rumos do “Arenão” (provisoriamente chamado de “Partido Democrático”, em mais uma desfaçatez de um regime que faz uma coisa e chama do contrário) foram semeadas no campo das rivalidades, não das doutrinas. Magalhães Pinto sentira-se boicotado pela Arena quando de sua quixotesca tentativa, em 1978, de disputar com Figueiredo a indicação do partido para a sucessão de Geisel. Já em 1973 Luiz Fernando Cirne Lima colidia com Delfim Netto (àquela altura Secretário do Planejamento do Governo Figueiredo) quando fora defenestrado do Ministério da Agricultura por seu colega da Fazenda. As disputas regionais ditavam as principais cisões. Em 1974, o então governador piauiense Alberto Tavares Silva se indispusera amargamente com seu conterrâneo, e então presidente da Arena, Petrônio Portella, a respeito da sucessão a seu cargo.<sup>21</sup> Batido, Alberto Silva jamais se reconciliaria

---

avançado. Tem até fumaças socializantes. Mas não obriga a bancada ao constrangimento da coerência.”

<sup>19</sup> José Fragelli fora governador do Mato Grosso, indicado por Médici em 1970; com a criação do Mato Grosso do Sul, pelo Pacote de Abril (1977), Fragelli passou a ser político no novo estado.

<sup>20</sup> Aluízio Alves fundara a Arena no Rio Grande do Norte junto a outras lideranças coronelistas. Todavia, a disputa pelo controle regional do partido entre a família Alves e outros clãs locais, como os Mariz e os Maias, levaram o Presidente Costa e Silva a cassar Aluízio, em fevereiro de 1969, e entregar a legenda aos rivais. A família Alves migrou para o MDB, e no ano seguinte o filho de Aluízio, Henrique Eduardo, elegeu-se deputado federal para o primeiro de doze consecutivos (até ser preso, por corrupção, em 2017). À época da Lei 6.767, os Alves pertenciam à ala moderada da legenda oposicionista, e, portanto, são habitualmente contabilizados como fundadores do PP *egressos do MDB*.

<sup>21</sup> Para uma narrativa da desavença entre Petrônio Portella e Alberto Silva na Arena piauiense pelas indicações de governador e candidato ao Senado, ver NERY, pp. 139-141.



com o desafeto—que em 1979 era o influente Ministro da Justiça. Olavo Setúbal não perdoara Paulo Maluf por ter-lhe derrotado na indicação da Arena a governador biônico de São Paulo, em 1978. Antônio Mariz tivera experiência análoga naquela mesma ocasião, ao perder para Tarcísio Burity a nomeação para o governo paraibano. O ex-governador baiano Roberto Santos, ostracizado por seu antecessor e sucessor Antônio Carlos Magalhães, rompera com a Arena e levou alguns de seus ex-secretários estaduais (como os deputados Carlos Sant’Anna e Ubaldo Dantas). Os senadores Saldanha Derzi e Mendes Canale e o suplente José Fragelli, liderando a “ala ortodoxa” da Arena-MS, romperam com Figueiredo após a nomeação de Pedro Pedrossian ao governo. Jayme Canet Júnior (bem como seu sócio Affonso Camargo Neto) afastara-se de seu padrinho Ney Braga, que voltava a ocupar o governo paranaense.

Portanto, podemos dizer que os arenistas na organização do PP não eram da esquerda de seu partido anterior os como os emedebistas eram da direita do seu. Isto refutaria a argumentação de Figueiredo, Golbery, Herbert Levy, que o PP estaria ao “centro”. Já era duvidosa a premissa na qual o Partido do MDB seria inteiramente de esquerda—e, portanto, similar ao PT e à legenda de Brizola. A rigor, essa lógica pressupunha a inexistência de qualquer Direita no Brasil que não apoiasse a ditadura. Em qualquer caso, não seria exato dizer sequer que o PP estava no centro entre o “Arenão” e o Partido do MDB (mesmo porque este, com alas indiscutivelmente à esquerda, à direita, e ao centro, era muito mais heterogêneo que aquele). Não era caso de estar no meio do caminho, mas em cima do muro, esperando para ver a que lado o vento sopraria—algo que não era inédito no País e nem se rarefaria. Havia mais ambiguidade do que equidistância. O PP era mais lócus do que um partido; e no contexto do pós-arenismo, o lócus seria providencial para uma ocasião em que o “arco de interesses” não pudesse depender somente da lealdade sináptica a Figueiredo.

A mancha da ambiguidade estaria presente nos emedebistas fundadores do novo partido: quase todos provinham da ala “moderada” do partido e evitavam atritos com o regime. Durante anos, os emedebistas “moderados” e “autênticos” disputaram espaço na legenda oposicionista. Contudo, pela própria natureza do partido—i.e., de “oposição consentida” ao governo—os autênticos sofriam, de regras uma desvantagem, de proveniência externa. No que eram mais autênticos em

oposicionismo, eram menos consentidos pela ditadura. Todos os sete parlamentares emedebistas cassados no Governo Geisel pertenciam ao grupo “autêntico”.<sup>22</sup> O sétimo fora Alencar Furtado, o então líder da bancada emedebista na Câmara Federal, e o primeiro autêntico a conquistar a posição. A vitória viera poucos meses antes, contra Laerte Vieira, prócer dos moderados e detentor do cargo nos três períodos antecedentes. Numa leitura histórica mais ampla, a cassação de Alencar Furtado ilustra um efeito peculiar nas intervenções ditatoriais contra a consistência oposicionista: com sua destemida e veemente ala “esquerda” sob constante ameaça e frequente escarmento, o MDB vergava à direita pela assimetria de amputação. A disputa pela liderança da bancada contrapunha autênticos e moderados desde pelo menos 1972: na ocasião, o moderado Jairo Brum sobrepujou Freitas Nobre em amarga contenda.<sup>23</sup> Em 1973 um acordo permitiu a aclamação de Aldo Fagundes por consenso<sup>24</sup>, mas o moderado Laerte Vieira derrotaria os autênticos em 1974, 1975, e 1976. Laerte, antigo udenista de Santa Catarina, era um exemplo de emedebista da “elite orgânica”. Colaborador do governador Irineu Bornhausen—oligarca de Itajaí e aparentado da longeva dinastia Konder<sup>25</sup>—Laerte passara a primeira metade dos anos 60 na vanguarda golpista, integrando a reacionária Ação Democrática Parlamentar. Apoiadores do golpe não eram incomuns no MDB. O senador Ruy Carneiro, cacique do antigo PSD paraibano, entrara no MDB por incompatibilidade com os líderes da Arena local, ligados aos udenistas Ernâni Sátiro e João Agripino Filho. Muitos lacerdistas filiaram-se ao MDB após o ostracismo de seu líder (embora Carlos Lacerda tivesse se pronunciado contra a Arena e o MDB). E na Guanabara (e, após a fusão, no Estado do Rio de Janeiro) os moderados eram encabeçados pelo “adesista” Chagas Freitas, colaborador ostensivo da ditadura.<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> Geisel cassara nove parlamentares em seu governo. Além dos sete emedebistas, dois arenistas foram cassados, ambos por acusações de corrupção: o senador pernambucano Wilson Campos, em 1975, e o deputado potiguar Ney Lopes, em 1976.

<sup>23</sup> Como resultado da vitória dos moderados, todos os autênticos, salvo Francisco Amaral, renunciaram às vice-lideranças que exerciam. *Opinião*, 12/10/1974, p. 3.

<sup>24</sup> *Ibid.*

<sup>25</sup> A influência política dos Konder data da alvorada da República Velha, e até hoje o clã Konder-Bornhausen é proeminente em Santa Catarina e influente no plano nacional.

<sup>26</sup> Segundo Sebastião Nery, Chagas Freitas teria dito aos udenistas Adauto Lúcio Cardoso e João Agripino Filho—íntimos colaboradores do então Presidente Castello Branco—ao ser convidado para entrar na Arena: “Os senhores podem garantir ao Presidente que eu serei o maior dos arenistas no MDB.” A entrada de Chagas no MDB seria para evitar um desgaste político e não comprometer sua ambição de governar a Guanabara. NERY, p. 90.

A influência do chaguismo no PP não pode ser subestimada. Chagas Freitas fora governador da Guanabara entre 1970 e 1974, época em que seu amigo, General Orlando Geisel, era Ministério do Exército no Governo Médici e comandava a repressão em seu período mais brutal. Segundo Lysâneas Maciel, os chaguistas abertamente se declaravam “revolucionários”, em apoio ao Golpe de 64. Não obstante, a hegemonia chaguista no MDB-GB e posteriormente no MDB-RJ era sólida. Após a extinção do MDB, o *Jornal do Brasil* comentou a entrada dos chaguistas no futuro PP dizendo que “MDB do Rio só vai mudar de nome”.<sup>27</sup> A inclinação “revolucionária” [sic] do chaguismo joga importante luz sobre as origens “bipartidárias” do PDB/PP. Em seu estudo sobre o Partido Popular, o cientista político Rafael Mucinhato faz meticulosa radiografia sobre a nova legenda, registrando retórica e proveniência de seus fundadores: a composição de sua bancada federal, usando dados de Maria D’Alva Kinzo e Rogério Schmitt, é significativa. No primeiro semestre de 1980, ela consta de 69 deputados e oito senadores. Destes, metade pertencia à Arena e metade ao MDB; dentre os deputados, 28 eram pós-arenistas e 41 pós-emedebistas (40,58% e 57,97% do total, respectivamente).<sup>28</sup> Ainda mais sugestivo, no entanto é perceber metade dos egressos do MDB pertencem à bancada carioca/fluminense, e, à exceção de Florim Coutinho, quase todos representavam o chaguismo. Dentre eles estava Miro Teixeira, o Secretário-Geral da comissão executiva provisória do partido. Somando-se arenistas, chaguistas, e emedebistas com origem na Arena, poder-se-ia dizer que mais de dois terços da bancada pepista era “revolucionária”, ou, melhor dizendo, eram a tal da “oposição confiável” mais confiável do que de oposição. Se distanciavam do Governo Figueiredo enquanto uma proposição mais sutil de continuísmo para a elite política conservadora.

O “proposicionismo” de origem emedebista é pouco analisado. O chaguismo foi objeto de muito estudo e está pública e devidamente associado ao clientelismo, carguismo, e oportunismo políticos; já a índole dos demais “moderados” do MDB recebeu atenção mais dispersa. A ideia de que o PP era a alternativa para aquela ala oposicionista mais conservadora que não podia ficar no

---

<sup>27</sup> *Jornal do Brasil*, 29/11/1979. A matéria cita a expectativa do chaguista Miro Teixeira, então presidente regional do MDB, de transferir os diretórios municipais para a agremiação organizada por Tancredo Neves (àquela altura ainda chamada de PDB).

<sup>28</sup> Mucinhato, 2015, pp. 7 e 8.

Partido do MDB, é, em penúltima análise, incompleta. Muitos simplesmente migraram direto para o “Arenão”, inclusive o próprio Laerte Vieira. Alguns moderados de São Paulo, que haviam sido cooptados pelo governador Paulo Maluf, também rumaram do MDB ao PD/PDS. E enquanto grande parte dos “moderados” ficou tranquilamente com o Partido do MDB, na nova legenda governista entraram até “não-alinhados”<sup>29</sup>, como o cacique fluminense Ernâni do Amaral Peixoto e seus tradicionais adeptos. Diga-se de passagem, a conspícua adesão dos “amaralistas” ao grupo situacionista foi interessantíssima, especialmente considerando a ida dos chaguistas ao PP. Sem Chagas o Partido do MDB estava livre de quem mais rivalizava com Amaral Peixoto; mesmo assim o antigo comandante do PSD preferiu o “Arenão”. Nisto, credenciou a ideia de que muito no “realinhamento pluripartidário” refletia predisposições “abriguistas”; sob esta ótica, o PP representou para os “moderados” bem mais que refúgio contra o “extremismo”. Era evidente que a anistia traria os exilados e cassados de volta à vida pública, trazendo ao MDB aquelas figuras históricas da Esquerda dissociadas tanto do projeto de Brizola quanto da construção do PT. Tancredo proclamava: “meu MDB não é o MDB de Arraes”. O deputado Renato Azeredo fazia um eco mais ressentido e generalizado: “Acho impossível a convivência nossa com os que sempre nos criticaram e nos ofenderam.” (JB, 22/11/1979). Parecia desconsiderar que este convívio, conquanto obrigatório, fora perfeitamente possível durante na era bipartidária, mas sua racionalização, num porvir eleitoral mais aberto, era deveras funcional. Mais do que as ofensas, o que movia os “proposicionistas” do MDB eram as prospectivas. Decerto que o MDB de Tancredo não fosse o MDB de Arraes; em verdade, não era o MDB de quem quer que resistisse ao entrismo maciço de pós-governistas. Com todas as suas ambiguidades, o Partido do MDB era oposicionista, e não “proposicionista” (e nem poderia sê-lo, sob risco de perder seus “autênticos”, seus “neo-autênticos”, e sua “tendência popular”<sup>30</sup>). Bem verdade que ex-arenistas participaram de sua fundação, mas não se tornaram, necessariamente, lideranças automáticas; não houve uma efetiva “arenificação”, com pós-governistas entrando

---

<sup>29</sup> Termo habitualmente aplicado aos emedebistas que não se localizavam entre os moderados e nem entre os autênticos.

<sup>30</sup> Convencionou-se chamar de “neo-autênticos” os parlamentares eleitos a partir de 1974 para reforçar o bloco autêntico de 1970. “Tendência Popular” foi usado para aglutinar os setores mais socialistas, inclusive muitos dos anistiados em 1979, geralmente associados a partidos ainda clandestinos como o PCB, o PCdoB, e o MR-8. Em 1985, com a Emenda Constitucional n.º. 25, o PCB e o PCdoB saíram do PMDB e voltaram à legalidade.

em seus próprios termos. Era, sem dúvida, uma reconfiguração, mas aparentemente com a mesma tendência do MDB de sagrar um “não-alinhado”—Ulysses—na presidência. Seu trunfo, até certo ponto, era equilibrar-se entre moderados e autênticos. Já o propósito conciliatório dos moderados e as ambições nacionais de Tancredo dependiam de um equilíbrio. E elas nem eram totalmente secretas.

No começo de outubro de 1979, uma discreta declaração do “moderado” Thales Ramalho (então Secretário-Geral do MDB) aludiu algumas **perspectivas** cabíveis. O governo ainda nem tinha enviado sua mensagem ao Congresso pela instituição do pluripartidarismo (e muito menos confirmara seu compromisso na extinção dos dois partidos de então). Figueiredo, aliás, era Presidente havia pouco mais de um semestre, e seu Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, numa muito significativa—e pouco lembrada—declaração pública, cogitou eleições diretas para o sucessor. Thales frisou que em tal hipótese o nome de Tancredo haveria de ser lembrado. Poderia ser caso de jogar verde para colher maduro, e Thales, mestre da cautela, ampliou o leque: citou Ulysses, Paulo Brossard, Pedro Simon como outros viáveis nomes do MDB. No Jornal do Brasil, a manchete “Thales lança nome de Tancredo para suceder Figueiredo” (JB 07/10/1979) insinuou uma preferência. Não era mero sensacionalismo: nem Ulysses, nem Simon, nem Brossard eram “moderados” como Thales; Tancredo, sim. Não que se deva tomar a fala pelo valor de face. Dita com aquele fraseado, ela não comprometia Tancredo, dita por um terceiro, menos ainda. Todavia, a funcionalidade do fraseado e o perfil do terceiro tornam a frase sugestiva pelo que ela esconde. Thales era amigo e confidente de Tancredo, e, em depoimento a Ronaldo Costa Couto, vinte anos mais tarde, a confirmação veio com todas as letras:

Em 1974, nós [MDB] elegemos dezesseis senadores e 186 deputados. Aí foi a primeira sinalização de que o povo estava insatisfeito com aquele tipo de regime. A eleição do doutor Tancredo durou dez anos. [...] Em 84 foi a campanha. Dez anos depois que a gente começou a conversar. Discretamente. Conversamos muito.<sup>31</sup>

Thales e Tancredo conversavam discretamente. O que vinha à tona em tempo real fazia parte daquela “eleição”. Dita com o fraseado explícito (como o da manchete do JB), a fala queimaria a largada. Dita por Tancredo, ela obliteraria a “negabilidade plausível”. Discreto, Tancredo sempre fora. Como presidenciável, era dissimulado

---

<sup>31</sup> Thales Ramalho in: COUTO, Ronaldo Costa. “Memória Viva do Regime Militar”, p. 307

feito poucos. E como muitos presidenciáveis do Brasil, subscrevia à tradição tácita—e das mais velhas, fosse em eleição direta ou indireta—do candidato que se lança através de terceiros. O candidato enxerga um tipo de horizonte, o eleitorado enxerga o outra, e o da candidatura acompanha o do primeiro e aparenta o do segundo. Fosse no “queremismo”, no Movimento Popular Jânio Quadros, no JK-65, no Lacerda-65 (e no Lacerda-66), os movimentos *astroturf*<sup>32</sup> parecem um recrutamento. Mordido pela mosca azul, o candidato não passa recibo, muitas vezes negaceia, simula relutância. Mas o horizonte está lá. Dentro do MDB, o horizonte de Tancredo era um entre outros. O MDB de Tancredo podia não ser MDB de Arraes, mas o principal é que, àquela altura, dificilmente seria o MDB de algum presidenciável, fosse Ulysses, Simon, Brossard, ou Franco Montoro.

Instrumentado por casuísmos, o legislador eleitoral faz os outros agentes públicos de refém. Com um regime de temporalidade próprio, vantajoso, o Governo Figueiredo manteve a oposição (e até mesmo alguns governistas), incertos quanto ao formato preciso do pluripartidarismo iminente; daí a expectativa de um lócus “abrigoista” feito o PP. Até que os termos do pluripartidarismo se definissem, tanto o “Partido Independente” dos arenistas dissidentes quanto o PDB dos emedebistas acrobatas foram pouco mais que ensaios. Projetado o tabuleiro, construíram a ponte sobre o Rubicão, fizeram seus lances iniciais e foram recebendo adesões. No dia sete de novembro de 1979, em uma reunião na casa do deputado cearense Figueiredo Corrêa, 59 emedebistas “moderados” se organizaram como “Grupo Democrático”. Era um nome tépido no vocabulário (porém despeitoso na indireta) para uma tendência que, do lado de dentro do MDB, projetava seu porvir no lado de fora. Três dias depois, o “moderado” Lázaro de Carvalho, deputado federal pelo RJ, definiu a fundação do grupo como uma espécie de “salto calculado dos que têm votos dentro o MDB [sic]”<sup>33</sup>—expressão precisa e pertinente (quicá sincera em atípica demasia). Em todo caso, Lázaro ensejou uma certa explicação que, por sinal, refletia a importância da alfaiataria legislativa do Governo:

Os radicais de esquerda pensavam que nós aceitaríamos pacificamente a tomada de posições dentro do MDB por pequenas minorias.

---

<sup>32</sup> “Astroturf” é uma expressão comum no jargão político estadunidense para designar movimentos articulados de cima para baixo para parecerem nascidos de baixo para cima. Movimentos de base, enraizados na sociedade civil, nascidos de baixo para cima são chamados em inglês de “grassroots”—raízes de grama.” Astroturf, nos EUA, é uma famosa marca de grama sintética.

<sup>33</sup> Jornal do Brasil, 11/11/1979, p. 4.

Enganaram-se porque o que estávamos aguardando era um simples sinal. Está definido que 48 parlamentares, sem a necessidade de serem 42 deputados e seis senadores, poderão formar um novo Partido.<sup>34</sup>

O “simples sinal” de que falava o deputado vinha de uma emissão complexa. Gaspari afirma que o fim do bipartidarismo era uma cogitação desde 1975<sup>35</sup>, o ano seguinte à estrondosa vitória eleitoral do MDB. Antecedência é uma medida mais substancial no lado de dentro de um governo do que no lado de fora, especificamente em regimes autoritários. Nenhum partido—pelo menos de oposição—poderia antecipar os passos do governo; poderiam, no máximo, fazer especulações e projetar seus planos de acordo. Se a realidade esmagasse as previsões, precisariam improvisar. Mesmo que as discretas conversas entre Thales e Tancredo datassem da mesma época dos cálculos de Golbery contra o bipartidarismo, o ritmo para o futuro não era o mesmo.

### 1.3 Entre Pacotes e Embrulhos: Do Partido do MDB ao PMDB

[E]ntendo por estratégia política a arte/ciência do planejamento e condução da ação política de conjunto para a conquista, consolidação ou preservação e manutenção de posições e relações de poder, em relação a outras classes, grupos, estruturas de ação ou organizações. Esta arte/ciência se aplica às grandes operações da política, isto é, ao cálculo e à coordenação a médio e longo prazo do conjunto de recursos, disposições e medidas, cuja aplicação é estimada como necessária para chegar-se a um resultado final almejado no contexto da oposição de forças adversas e que podem redundar, se bem-sucedidos, na direção da sociedade e na orientação política das instâncias estatais. [...] Ser capaz de pensar e agir estrategicamente supõe a maximização do conhecimento global e sintético de uma situação, a avaliação correta e adequada de uma ou várias posições, assim como a organização geral das operações ao nível da(s) campanha(s) e a capacidade de prever adaptações táticas na evolução da relação de forças entre os seus vários adversários.<sup>36</sup>

(René Armand Dreifuss)

As pretensões do governo para a “oposição confiável” parecem congruentes. Ele desejava uma boa estrutura para o lócus, mas dimensões limitadas para o edifício. Fosse pequeno, seria insuficientemente tentador enquanto abrigo para roubar posicionistas do MDB; fosse desmedido, seria um tertius suficientemente desenvolvido para arrancar concessões do governo. Ao fim de 1979, surgiram indícios de que o crescimento da oposição confiável poderia comprometer sua

---

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> GASPARI, 2016, p. 164.

<sup>36</sup> DREIFUSS, p. 20

confiabilidade. O tradicional expediente de cooptação veio com uma notável rapidez do governo. Três dias após a morte repentina e impactante do Ministro da Justiça Petrônio Portella, em seis de janeiro de 1980, o deputado federal Ibrahim Abi-Ackel tomou posse em seu lugar. Abi-Ackel era um dos muitos arenistas cotados para entrar no PP; assim como Tancredo, esses arenistas eram oriundos do PSD mineiro e herdeiros de uma legendária tradição de que cogitavam aderir ao PP.<sup>37</sup> Segundo David Fleischer, a nomeação de Abi-Ackel ajudou a conter a emigração de arenistas mineiros para o PP. Aparentemente, a estimativa ao começo do ano para a bancada do novo partido era de noventa parlamentares.<sup>38</sup> Fato é que os trabalhos legislativos de 1980 começaram com 68 pepistas na Câmara e dezessete no Senado, de um total de 420 e 67, respectivamente. Já o PD governista tinha 225 deputados federais e 37 senadores, mantendo uma maioria exígua em cada casa. O governo exibia suficiente margem de manobra para lidar com ligeiros imprevistos. A princípio, a orquestração do pluripartidarismo merece sua reputação de estratégia continuísta exitosa.

Com Golbery no Gabinete Civil e Petrônio Portella articulando a área política, o governo vinha obtendo sucessivos êxitos na abertura “lenta, gradual e segura.” A oposição tinha pressa por democracia. Em junho 1978—pouco mais de um ano após o “Pacote de Abril” de Geisel—o senador Franco Montoro apresentara uma proposta de Emenda Constitucional extinguindo a recém-criada figura do “senador biônico” e restaurando ao povo o direito de eleger o governador de seu estado. Votada em outubro, com Figueiredo já referendado Presidente, a Emenda Montoro sofreu uma derrota emblemática. Em uma manobra de espantosa coesão sinfônica, o Governo esvaziou o plenário de quase toda a bancada da Arena, implodindo a PEC por falta de quórum. Apenas dezoito arenistas compareceram à votação, com quinze em desobediência à determinação partidária<sup>39</sup>, e três na

---

<sup>37</sup> O chamado “Grupo Pessedista” incluiria, outros importantes arenistas mineiros, como o senador biônico Murilo Badaró, o vice-governador João Marques. Dentre os deputados federais, haveriam herdeiros de dinastias políticas, como Paulino Cícero, de São Domingos da Prata (então licenciado, ocupando o cargo de secretário estadual de Educação), e Crispim Jacques Bias Fortes, de Barbacena (neto do ex-governador homônimo). O *Jornal do Brasil* de três de janeiro de 1980 fala também em 18 deputados estaduais. Até a morte de Petrônio, falava-se no nome de Paulino Cícero para Ministro da Educação.

<sup>38</sup> FLEISCHER, p. 181.

<sup>39</sup> Os quinze arenistas dissidentes foram os senadores Magalhães Pinto (MG) e Accioly Filho (PR), e os deputados José Ribamar Machado (MA), Dyrno Pires (PI), Pinheiro Machado (PI), Álvaro Gaudêncio (PB), Antônio Mariz (PB), Wilson Braga (PB), Carlos Wilson Campos (PE), Joaquim



disposição de comparecer ao plenário para dar os únicos votos contrários.<sup>40</sup> No ano seguinte, com um novo Congresso empossado—e um terço do Senado ocupado por biônicos—Montoro apresentou uma nova emenda. Propunha, mais uma vez, eleição direta para governadores, e previa também a diminuição dos mandatos dos biônicos de oito para sete anos. Em tumultuada sessão conjunta do Congresso Nacional, o presidente da Mesa, Luiz Viana Filho, senador da Arena baiana, estabeleceu que, inicialmente, somente os senadores procederiam à votação. Caso aprovassem a PEC, os deputados seriam ouvidos. Contra esta e outras interpretações arenistas do regimento interno, os senadores do MDB Paulo Brossard, Itamar Franco e o próprio Franco Montoro reagiram com veementes protestos. Os deputados emedebistas Marcelo Cordeiro e João Linhares também tentaram se manifestar. Luiz Viana Filho e o também arenista Murilo Badaró, senador biônico por Minas Gerais, encabeçaram um áspero contra-ataque. Em dada altura das animosidades, Luiz Viana encerrou a discussão abruptamente, os senadores do MDB ausentaram-se da votação em protesto. Somente o acreano Adalberto Sena permaneceu, para dar o único voto favorável à Emenda Montoro. Os outros trinta e seis presentes eram arenistas (inclusive dezanove biônico) e votaram contra, conforme orientação governamental.<sup>41</sup>

O controle do processo parecia absoluto. O pluripartidarismo saíra praticamente conforme os desejos do governo. Bem verdade que o texto aprovado no Congresso não mais permitiria sublegendas, mas Figueiredo valeu-se do veto presidencial e suprimiu este item. Mesmo sem Petrônio, a sinfonia foi adiante: apesar da emigração de dissidentes pós-arenistas, o PD recebeu adesões de vários ex-emedebistas. O ano começara com um intenso realinhamento pluripartidário<sup>42</sup>, e ao fim de março de 1980, a legenda governista—já com o nome de Partido Democrático Social—ostentava uma bancada de 225 deputados federais e 37

---

Coutinho (PE), Geraldo Bulhões (AL), José Alves (AL), Flexa Ribeiro (RJ, eleito pela Guanabara), José Vicente Faria Lima (SP) e Célio Marques Fernandes (RS).

<sup>40</sup> Foram os deputados Djalma Bessa (Arena-BA), Eduardo Galil (Arena-RJ) e João Linhares (Arena-SC). Diário do Congresso Nacional, 17 de outubro de 1978.

<sup>41</sup> Apenas quatro senadores da Arena ausentaram-se da votação: Teotônio Vilela, de Alagoas, eleito em 1974, Pedro Pedrossian, do recém-criado Mato Grosso do Sul, eleito no ano anterior, e dois biônicos, Tarso Dutra, do Rio Grande do Sul e Alexandre Costa, do Maranhão. (Fonte: Diário do Congresso Nacional, ANO XXXVI, Nº. 49, 19 de maio de 1979. Ata da 81ª. Sessão Conjunta, em 18 de maio de 1979). Pedrossian era o único em primeiro mandato. O senador amazonense João Bosco de Lima, eleito pela Arena em 1978, falecera na semana anterior, e sua suplente, Eunice Michiles, ainda não tomara posse.

<sup>42</sup> Os números a seguir estão em FLEISCHER, David, p. 183.

senadores. Fora uma perda líquida pequena perto das bancadas da Arena, compostas respectivamente de 231 e 41 nomes, ou seja: vinte e quatro deputados emedebistas (a maioria de paulistas cooptados por Maluf) e um senador<sup>43</sup> foram do partido da oposição diretamente para o governismo escancarado. Em contraste, o Partido do MDB ganhara na Câmara apenas três ex-arenistas; no Senado, apenas um. Por suas vezes, a “oposição confiável” do PP, os grupos petebistas, e o Partido dos Trabalhadores receberam respectivamente 43, 22, e cinco deputados egressos do MDB. Além disso, um senador emedebista fora para o PT<sup>44</sup>, outro fora para o PTB brizolista<sup>45</sup>, e outros três eram fundadores do PP.<sup>46</sup> O saldo negativo do sucedâneo da Arena fora mínimo, o do sucedâneo do MDB fora considerável, e o PP parecia estar num tamanho razoável.<sup>47</sup> Mais importantemente, o partido situacionista mantinha maioria da Câmara e no Senado, e, com razoável harmonia, poderia aprovar quaisquer leis—inclusive emendas constitucionais—que o governo encomendasse.

Ao que tudo indicava, Golbery tecera um pluripartidarismo casuístico sob medida para sua ideia de “abertura”. O realinhamento parlamentar deixava essa impressão. O que transcorreu em concomitância entrava na equação de forma mais sutil: a entrega da sigla PTB para a ex-deputada Ivete Vargas, amiga pessoal do chefe do Gabinete Civil. No dia 12 de maio de 1980, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, de cinco votos a um, Ivete conquistara para sua agremiação o direito à legenda “Partido Trabalhista Brasileiro”. O PTB de Leonel Brizola possuía, no Congresso Nacional, uma bancada de vinte e dois deputados, e um senador. Já o partido de Ivete tinha apenas um nome no Congresso, o deputado fluminense Jorge Cury, porém, muita instrumentalidade para Golbery. Leonel

---

<sup>43</sup> Ernâni do Amaral Peixoto, nomeado biônico pelo Rio de Janeiro. Pelas regras casuísticas do “Pacote de Abril” de Geisel (1977) o Rio de Janeiro pós-fusão era único estado no qual o MDB teria número para indicar o governador e o senador biônicos.

<sup>44</sup> Henrique Santillo, eleito por Goiás, em 1978. Ele e seu irmão Ademar (deputado federal pelo mesmo estado) ficariam no PT por apenas seis meses, até filiarem-se ao Partido do MDB.

<sup>45</sup> Francisco Leite Chaves, eleito pelo Paraná, em 1974.

<sup>46</sup> Evelásio Vieira, eleito por Santa Catarina, em 1974, Gilvan Rocha, eleito por Sergipe, em 1974, e o presidente do partido, Tancredo Neves, eleito por Minas Gerais, em 1978.

<sup>47</sup> Sete parlamentares da antiga bancada do MDB ainda estavam sem filiação. Três eram senadores: Itamar Franco, de Minas Gerais, Dirceu Cardoso, do Espírito Santo, e Hugo Ramos Filho, do Rio de Janeiro. Os dois primeiros foram eleitos para o Senado em 1974; na mesma ocasião, o terceiro elegeu-se (pela então Guanabara) suplente de Danton Jobim, falecido em 1978. Itamar começou o ano legislativo já no Partido do MDB, mas desfilou-se ainda em março. Voltaria pouco depois. Dirceu Cardoso ficaria quase dois anos sem partido até entrar no Partido do MDB, em novembro de 1981. Hugo Ramos entraria no PP em agosto de 1980, e seria desligado no mês seguinte.

Brizola fora o inimigo supremo dos golpistas de 1964, e Golbery sabia que, uma vez anistiado, ele voltaria ao Brasil para “retomar o fio da História”, leia-se: refundar o PTB que, aniquilado pelo primeiro Ato Institucional, fora extinto pelo segundo, mas mantinha uma mística na memória popular. Pelo dispositivo da Lei 6.767, não poderia haver dois partidos com o mesmo nome, sequer com a mesma sigla.<sup>48</sup> A existência de dois PTBs foi resolvida pelo TSE em favor de Ivete e sob turbulenta celeuma pública. Acusações quanto à intervenção de Golbery em favor de Ivete vinham de muito tempo—desde que a ex-deputada organizara a primeira comissão provisória de sua agremiação—e se intensificaram após o resultado judicial. O advogado do PTB “ivetista” na disputa, José Guilherme Vilela, foi nomeado para o TSE naquela mesma semana, atizando ainda mais as suspeitas de conluio. As consequências da decisão foram ruinosas para o PTB brizolista: doze de seus 22 deputados federais, bem como seu único senador desligaram-se da agremiação.<sup>49</sup>

Golbery demitiu-se do Governo Figueiredo em cinco de agosto de 1981 em um desdobramento do Caso Riocentro, ou melhor, pela falta de desdobramento na averiguação dos responsáveis. O terrorismo para-governamental ameaçava a sincronia da redemocratização orquestrada. Em sua conivência, o Presidente comprometeu a desenvoltura de Golbery na coordenação política do Governo. Sua demissão só tornou essa coordenação mais improvável. Seu substituto, João Leitão de Abreu, já fora Chefe do Gabinete Civil no Governo Médici. Voltava ao cargo em um governo muito diverso, a despeito de correspondências no elenco.<sup>50</sup> O

---

<sup>48</sup> Partidos com o mesmo nome eram comuns na República Velha e no período getulista, geralmente em diferentes unidades da federação. Entre 1945 e 1946, dois partidos usaram a mesma sigla PRP: o Partido de Representação Popular de Plínio Salgado e o Partido Republicano Progressista de Adhemar de Barros. O PRP de Adhemar era habitualmente chamado de PRProg para evitar confusão.

<sup>49</sup> As suspeitas de manipulação do Governo federal em prol do PTB de Ivete acabariam corroboradas em fevereiro de 1981 por revelações do co-fundador da legenda Jonas Bahiense. Bahiense divulgou anotações em que Ivete instruía seus correligionários a encaminharem a documentação referente ao processo judicial para o subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Alberto Eduardo Costa, genro de Golbery. Ivete justificou sua decisão porque “[o]s Correios não estão funcionando.” (Jornal do Brasil, 07/02/1981, p. 4)

<sup>50</sup> Vários próceres do governo de Figueiredo tiveram papéis vultosos no de Médici—assim como no de Costa e Silva. Costa Cavalcanti, presidente da Eletrobrás por todo o Governo Figueiredo e, a partir de 1980, também da Itaipu Nacional, fora o primeiro Ministro de Minas e Energia no Governo Costa e Silva, até tornar-se o segundo do Interior. Continuou Ministro do Interior ao longo do Governo Médici. O Ministro do Interior ao longo do Governo Figueiredo, Mário Andreazza, fora Ministro dos Transportes ao longo dos Governos Costa e Silva e Médici. O primeiro Ministro dos Transportes de Figueiredo, Eliseu Rezende, chefiara o DNER durante o mesmo período. Delfim Netto começou o Governo Figueiredo como Ministro da Agricultura mas

Governo já não podia mais fechar o Congresso, a elite política ganhara maior relevo no arco situacionista, eleições diretas para governador estavam marcadas, o Vice-Presidente era um civil, admitia-se que o futuro presidente também fosse civil, e perseguidos políticos estavam anistiados. Se tudo fosse pouco, a inflação estava alta e surgiam indícios de estagnação da economia. No Governo Médici, a tarefa nevrálgica de repressão estava entregue ao Ministro do Exército, General Orlando Geisel. A política econômica fora delegada a Delfim Netto. Ficava a cargo de Leitão de Abreu cuidar do dia-a-dia jurídico-administrativo. Em agosto de 1981 a violência dos anos do chumbo já não era a regra, Delfim Netto não estava reproduzindo o “Milagre”, e a condução dos afazeres burocráticos exigia interlocução com novas instâncias mediadoras. Havia relevância na oposição e poder na base governista. Sobravam talentos jurídicos em Leitão de Abreu, mas a coordenação política não era uma especialidade. E o momento não era auspicioso. O PP, partido da “oposição confiável”, mostrava-se aberto a coligações eleitorais com o Partido do MDB. Coligações com o PDS seriam uma coisa, mas uma aliança oposicionista em 1982 afrontava o propósito do pluripartidarismo golberyano.

Enquanto isso, a base pedessista mostrava algumas fissuras. Em vários estados haviam disputas internas (por vezes renhidas) pela candidatura a governador. Pela lei, cada partido só poderia lançar uma; pela conjuntura, a lei ficara inconveniente. O Governo apresentara um projeto casuístico para livrar-se do incômodo, lançando múltiplas candidaturas por sublegenda partidária. Evitaria o desgaste de escolher um nome a contragosto dos outros e o risco de provocar dissidências. A estratégia governista era aprovar o casuísmo por decurso de prazo. Pela coreografia, o projeto de lei iria à votação, a base pedessista faria manobras protelatórias para impedi-la, e, esgotado o prazo, a medida entraria em vigor. O decurso de prazo era uma esperteza emblemática da ficcionalidade institucional da ditadura. Esvaziar o plenário para negar quórum à votação era tática tradicional das bancadas governistas. Mas na sessão conjunta do Congresso, em 22 de outubro de 1983, ao fim de onze horas de protelações pedessistas, a tática fracassou. Dez deputados do PDS permaneceram no plenário com as oposições (inclusive as

---

logo assumiu a direção da economia, como Secretário de Planejamento. Já havia comandado a economia como Ministro da Fazenda, também ao longo dos governos Costa e Silva e Médici. Por fim, Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho de Costa e Silva e da Educação de Médici, ganharia de Figueiredo a pasta da Previdência em 1983.

“confiáveis”). Com a dissidência daqueles e o comparecimento maciço destas, garantiu-se o quórum, somaram-se 216 votos contrários, e derrotou-se um estratégico casuísmo eleitoral.<sup>51</sup> O Governo reagiu no mês seguinte, enviando não um, mas todo um pacote de casuísmos, numa incomparável reviravolta dos horizontes eleitorais—desta vez, sem dissidências que impedissem o decurso de prazo.

O “Pacote de Novembro” proibia as coligações interpartidárias. Os partidos eram obrigados a lançar candidatos para todos os cargos em disputa. Criava-se o “voto vinculado”, pelo qual o eleitor era obrigado a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos. Numa cédula com espaço para governador, senador, deputado federal, deputado estadual, e, em certos lugares, prefeito e vereador, escrever nomes de partidos distintos era anular o voto. O PDS, com candidatos a prefeito e vereador nos mais recônditos grotões do País, arrastaria votos para as candidaturas estaduais. Os partidos menores que quisessem lançar candidatos ao Legislativo, precisariam lançar também ao Executivo, ensejando uma divisão de votos na oposição. Para apoiar o emedebista “autêntico” Marcos Freire ao governo pernambucano, o PDT local não pôde lançar candidato a nada. Para não deixar de disputar cargos no Legislativo, o PT do Rio lançou Lysâneas Maciel para governador. O próprio Lysâneas recomendou a eleitores “que votassem no Brizola [do PDT], porque havia uma possibilidade de o Moreira [Franco, do PDS] se eleger. Nos 10, 15 dias finais, aconselhei o voto no Brizola, senão ganharia o Moreira.” (Lysâneas Maciel, 2001, in.: FERREIRA et al.). A “divisão das oposições” seria levada às últimas consequências, acirrando as animosidades e precipitando acusações mútuas de sectarismo.

Para o Partido do MDB, a fusão das oposições seria a saída—e a recusa, sectarismo. O PP, pragmático por sua vocação, mostrou-se aberto, e, oportunista por sua *raison d'être*, cobrou a contrapartida. Os dois partidos realizaram convenções simultâneas para aprovar os termos da fusão. Entre outras coisas, os pepistas ficariam com um terço das cadeiras no Diretório Nacional. Até então, oito dos 69 integrantes do Diretório Nacional do Partido do MDB tinham origens

---

<sup>51</sup> Os dez deputados pedessistas que votaram contra a sublegenda para governador foram: José Ribamar Machado (MA), Antônio Dias (MG), Jerônimo Vingt Rosado Maia (RN), Haroldo Sanford (CE), Emídio Perondi (RS), Athiê Coury (SP), Cláudio Philomeno (CE), Antônio Pontes (AP), Francisco Leão (SP) e Lucio Cioni (PR). (Jornal do Brasil, 23/10/1981, p. 4)

arenistas. Com a incorporação dos pepistas, o número de pós-arenistas subiu para dezesseis. (MUCINHATO, 2019, pp. 71-2) Ademais, em consonância com o espírito eleitoreiro do Pacote de Novembro, os dois partidos negociaram as candidaturas para 1982. Nomes de parte a parte foram sacrificados—às vezes contra a decisão de diretórios regionais. O Governo recorreu à Justiça Eleitoral, alegando que a fusão dos partidos não era permitida legislação. A decisão judicial foi contornada com um rearranjo técnico. O processo deixou de ser uma *fusão* de dois partidos e se transformou na *incorporação* do PP pelo PMDB. Fosse como fosse, o sucedâneo do MDB estava modificado, e este episódio, pelas repercussões de longo prazo, vale como demarcação em de sua trajetória. Uma nova fase de arenificação começara, e uma nova vocação histórica acabaria se impondo à legenda.

A ideia convencional é de que o Pacote de Novembro fulminou a viabilidade de uma oposição multipartidária, e, num lance inesperado para a ditadura, o PP e o sucedâneo do MDB mostraram grandeza política e sentimento cívico, unindo-se contra o casuísmo. Atribui-se a “vitória” oposicionista de 1982 a essa maturidade, e a uma compreensão lúcida do momento histórico, quando na realidade houve uma acomodação sob critérios eleitorais, flexibilizando o compromisso sociopolítico. As recusas petista e pedetista ao apelo de “união das oposições” são tratadas por sectarismo; no entanto, foram os partidos menores os mais castigados pelo Pacote. Pela constante manipulação do calendário eleitoral, a disputa do pleito tornava-se imperativa ao PT, PDT, e ao novo PTB (este, com objetivos mais específicos); abrindo mão de candidatos a governador, abririam mão de candidatos a prefeito, deputado federal e estadual, senador e vereador. Talvez tivessem poucas chances nos cargos majoritários, mas a persistência no pleito poderia dar-lhes espaços nas câmaras federal e municipais, e nas assembleias estaduais—decisivo para a sobrevivência política. O acerto de candidaturas do Partido do MDB com o PP refletiu a projeção política dos indicados por parte a parte—e já levava ao desligamento dos preteridos. É difícil precisar do que o PDT, o PT e mesmo o novo PTB teriam de abrir mão para serem incorporados ao PMDB. Eleitoralmente não seria pouca coisa—no sentido histórico, seria gigantesco. O PDT hipotecaria a acalentada mitologia de “retomar o fio da História”, ou seja, resfatar de um legado arrasado pelo regime. O PT mataria um projeto incomparável de construção partidária pela base, dirigida pelos trabalhadores, e desvinculada de tradições

pregressas. Receberiam em troca o fardo de apoiar chaguistas, pós-arenistas e oposicionistas “confiáveis”. Não se pode negar que, para o Governo Figueiredo, a incorporação do PP ao PMDB foi um revés, mas para a base social do regime, foi uma brecha oportuna. O “Partido da Ordem” constituir-se-ia pelo PDS e em abrigos no PMDB e no PTB. Embora isto não estivesse nítido na época, o PMDB demonstrou-se acomodável para pós-arenistas em busca de uma tábua de salvação. Com o desgaste do Governo Figueiredo, a tábua ficaria particularmente promissora, e, na medida em que ela recebesse os pós-governistas, os recônditos de Esquerda no partido se diluiriam. Ao mesmo tempo, a mística emedebista, cuidadosamente cultivada desde a época, absolveria (pelo menos nas narrativas mais apologéticas) uma plethora de pós-governistas outrora vilificados.

## **2. Trajetos Pós-Arenistas em Eleições e Seleções**

### **2.1. Respostas às Respostas das Urnas: Horizontes Defletidos no PMDB**

Comprometida à noção de derrocada da Ditadura, a narrativa triunfalista denota o pleito de 82 como um *debacle* governista. No cálculo costumeiro, fala-se de dez vitórias estaduais para a oposição: nove do PMDB, uma do PDT. Foram, com efeito, vitórias de oposição ao governo federal; todavia, o PMDB vencera no Pará apoiado pelo governador biônico, Alacid Nunes. Alacid estava rompido com o senador Jarbas Passarinho, seu padrinho político e de casamento. Amigos de mais de vinte anos, conspiraram juntos no Golpe de 64 enquanto oficiais do Comando Militar da Amazônia (o primeiro, como major, o segundo, como tenente-coronel). Assumiram o poder no Pará já nos primeiros meses de ditadura. Com a cassação do governador estadual Aurélio Corrêa do Carmo e do prefeito de Belém Luís Geolás Moura Carvalho, Passarinho foi instalado no lugar do primeiro e nomeou Alacid pro lugar do segundo. Acabou lançando Alacid à sua sucessão, e elegeu-se senador logo em seguida. Os primeiros atritos foram surgindo e ao longo dos anos 70 eles foram crescendo. Quando Geisel entregou a Passarinho o controle da Arena local e a Alacid o controle do governo, em 1978, o que se pretendia por convergência tornou-se foco de colisão: em novembro de 1980, em plena retomada do

pluripartidarismo, o PDS paraense rachou acrimoniosamente. Figueiredo interveio em prol de Passarinho, provocando o afastamento do grupo de Alacid e suscitando um dos episódios mais curiosos de “abriguismo” no período. Numa travessia espantosa, dezessete “alacidistas”—cinco vereadores, onze deputados estaduais e um federal—desligaram-se da legenda e aderiram ao PTB de Ivete Vargas. A bancada de Ivete no Congresso Nacional duplicou de tamanho. Com o passar de 1981, o novo PTB mostrou-se um abrigo receptivo para alguns outros egressos do PDS—e até do PP—mas os “alacidistas” permaneceram por menos de oito meses: aderiram ao PMDB, acelerando a “arenificação” local. Pessoalmente, Alacid não chegou a buscar abrigo, mas coordenou a ida de seus adeptos de um partido a outro e a adesão ao peemedebista Jáder Barbalho como seu sucessor.<sup>52</sup> Não era pouca coisa (as Rádios Liberal, de Belém, Transamazônica, de Altamira, e a de Marabá pertenciam a alacidistas<sup>53</sup>); considerando a exígua vantagem de Jáder sobre seu adversário pedessista—4,4% dos votos—não é exagero chamar o apoio alacidista de crucial. Por outro lado, a convergência PMDB-Alacid foi importante para a irradiação do arenismo. Quatro dos oito peemedebistas eleitos para a Câmara Federal eram alacidistas. As outras sete vagas foram para o PDS; pode-se dizer, portanto, que dois terços dos deputados federais pelo Pará vinham de vínculos concretos com a ditadura. O Governo Figueiredo fora batido, em efeito—Jarbas Passarinho, então presidente do Senado, perdeu a reeleição para a soma das três sublegendas do PMDB. Mas o arenismo irradiou-se—e ao largo do Presidente.

Há vários motivos para a dedicação pormenorizada do caso paraense. Jáder Barbalho foi o único do campo dos autênticos a se eleger governador—e isto através de um conagraçamento pós-governista. O senador Marcos Freire, legendário tribuno dos autênticos, foi derrotado em Pernambuco pelo oligarca Roberto Magalhães, um legítimo herdeiro da dinastia agamenonista. Uma outra derrota apertada foi a do padre esquerdista Raimundo Pombo, no Mato Grosso, para o polêmico Júlio Campos. Também por margem pequena foi o insucesso do autêntico Jaison Barreto, de Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, Pedro Simon, em meio a uma disputa contra o pedetista Alceu Collares pelo eleitorado oposicionista, foi vencido pelo ministro Jair Soares por uma minúscula diferença. Em Alagoas, o fulminante

---

<sup>52</sup> Alacid chegou a dizer a Jáder que se filiaria ao PMDB após a eleição. (VEJA, 03/11/1982, p. 21)

<sup>53</sup> Jornal do Brasil, 07/12/1980, caderno especial, p.1.



deputado federal José Costa, com oito valentes anos na tribuna hostilizando os governos Geisel e Figueiredo, foi batido pelo ex-governador Divaldo Suruagy. Em compensação, o rol dos peemedebistas vencedores consistia do pós-arenista Gérson Camata, dos ex-pepistas Tancredo Neves e Gilberto Mestrinho, do “moderado” Nabor Teles Júnior, dos “não-alinhados” Franco Montoro, José Richa e Wilson Barbosa Martins, e, por fim, do perpétuo cacique goiano Íris Rezende.

A vitória amazonense de Gilberto Mestrinho, ex-governador pelo antigo PTB (entre 1958 e 1962), e cassado pela ditadura na primeira lista do “AI-1”<sup>54</sup>, parecia um fracasso para o regime. Mas a primeira declaração de Mestrinho como virtual eleito (seu êxito estava definido já no terceiro dia de apuração) relativiza esta percepção. Declarou-se contrário à frente de governadores de oposição (prenunciada ainda durante as campanhas), e frisou: “não tenho nada contra o Governo Federal”. Explicou que, na realidade, sua oposição dera-se tão-somente no plano estadual, por tudo que fora feito “com a Amazônia nesses 18 anos”.<sup>55</sup> Talvez fosse expressão de cautela, em tempos de relativa incerteza, mas Mestrinho fez questão de afirmar que sua vitória tinha sido pessoal, e não do PMDB.<sup>56</sup> De fato, ele retornava ao Palácio Rio Negro por um percurso curioso. Apesar de cassado pela ditadura, apoiou em 1974 o candidato situacionista ao Senado, Flávio de Brito. Com o pluripartidarismo, foi um dos mais destacados organizadores do PTB de Ivete Vargas, pelo qual lançou-se ao governo amazonense, ainda em 1980. Pouco depois, porém, abrigou-se no PP e passou a ser candidato por seu novo partido. Com a incorporação, o PMDB é que foi obrigado a abraçar sua candidatura, em detrimento do já lançado Evandro Carreira. Fosse como fosse, a mística em um ex-governador cassado retornando ao cargo pelas urnas era algo que, naquele momento, o próprio vitorioso não queria alimentar (salvo como um êxito pessoal contra o antecessor). Atribui-la ao partido de oposição à ditadura talvez não tivesse tanta pertinência.

---

<sup>54</sup> O termo “AI-1” é mera força de linguagem, pois o primeiro Ato Institucional viera sem numeração.

<sup>55</sup> *Jornal do Brasil*, 19/11/1982, p. 5. Quando do Golpe de 1964, o governador amazonense era Plínio Coelho, do antigo PTB, então no exercício de seu segundo mandato. Logo no começo da ditadura ele foi destituído do cargo e o Amazonas caiu sob intervenção federal. Em treze de junho de 1964 Plínio Coelho teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro Ato Institucional.

<sup>56</sup> *Ibid.*

O caso do Rio Grande do Sul merece destaque. Para David Fleischer, foi o “único estado onde a estratégia golberiana funcionou” (FLEISCHER, p. 187). Na verdade, foi o exemplo que melhor alimentou a recorrente retórica de que a oposição perde quando se divide. E ela não tardou a emergir. Pedro Simon publicamente atribuiu a sua exígua derrota ao PDT antes até mesmo da apuração terminar: na primeira página do *Jornal do Brasil*, 17 de novembro de 1982—dois dias depois da votação—a manchete principal era “Simon atribui sua derrota a Brizola”.<sup>57</sup> Em uma época de eleições em turno único, a lógica é bem persuasiva, mas não dá conta do fato de que é justamente para garantir uma divisão insuperável da oposição que se engendra casuísmos eleitorais. Fleischer comenta que “o PDT conseguiu uns 20% dos votos e impediu a vitória do PMDB” (Fleischer, p. 187). É um raciocínio aritmético, pois somando-se os 37,49% dos votos de Simon aos 22,85% do pedetista Alceu Collares, suplanta-se, de longe, os 38,16% de Jair Soares. Na verdade, levando-se o critério aritmético ao extremo, dir-se-ia que nem mesmo os votos de Collares seriam necessários: bastariam os 1,5% do quarto candidato—o petista Olívio Dutra—para Simon superar o governista. Colocado nestes termos, ensejam-se as tautologias: Alceu Collares, afinal, poderia ter vencido Jair Soares com os votos de Pedro Simon. Contra essa assertiva viriam algumas especulações e justificativas, por exemplo, de que Simon teria mais chances de vitória. Mas a votação de Collares foi expressiva: ele inclusive foi o melhor terceiro colocado do País (e pontuou mais que o segundo colocado no Maranhão), e, assim, bastar-lhe-iam cerca de metade dos votos de Simon para ser o vitorioso. Dir-se-ia—com um pouco mais de respeito à localização temporal—que ao começo do ano eleitoral a vantagem de Simon era imensa (portanto, caberia ao outro renunciar em seu favor). Em **pesquisa publicada a 4 de janeiro de 1982** (sondagem de dezembro de 81), o instituto Gallup dava 22% das intenções de voto a Pedro Simon e apenas 6% para Collares. Só que Simon sofrera uma queda de três pontos de seus 25% atingidos em setembro (já Collares flutuara dos 7% anteriores). Em qualquer caso, soem evocar a precisão de pesquisas justamente os candidatos melhor posicionados. Além do quê, a mesma pesquisa atesta o peculiar regime de temporalidade das corridas eleitorais, pelos 16% de intenções de voto para o pepista Synval Guazzelli. Ou seja: em dois meses a incorporação do PP ao PMDB tornaria

---

<sup>57</sup> A edição do dia anterior trazia na página sete do caderno especial de “Eleições” a seguinte manchete: “Simon confia na vitória, mas se perder vai culpar Brizola”.

o futuro imaginado em dezembro consideravelmente obsoleto. Também merece menção a presença (própria em pesquisas de tanta antecedência) de múltiplas pré-candidaturas de um mesmo partido—no caso gaúcho o deputado Nelson Marchezan registrava 14% das intenções de voto, à frente dos 13% de Jair Soares.

Portanto, estas exortações por retirada de candidaturas concorrentes e menos cotadas funcionam por presunção. E que, às vezes, mostram-se assaz indevidas. O exemplo do Rio de Janeiro tornou-se quase mitológico. Na mesma divulgação do Gallup pelo JB, em 4 de janeiro de 82, o nome de Leonel Brizola sequer aparecia na relação de candidatos. Em compensação, a lacerdista Sandra Cavalcanti despontava com 37% das intenções de voto—quinze pontos à frente do segundo colocado, o então pepista Miro Teixeira. Roberto Saturnino Braga, àquela altura ainda candidato do Partido do MDB, ficara nos 8%, e, como presumido candidato do PDS, vinha o prefeito de Niterói Wellington Moreira Franco, com seus 6% das preferências. Em uma sondagem do IBOPE do mesmo mês, Sandra aparecia com 45,9%, Miro com 24,9%, Saturnino Braga com 7,3%, Brizola com 6,6%, e Moreira Franco com 4,9%.<sup>58</sup> Abril já era um éon posterior, com Saturnino desalojado do PMDB pelo trator chaguista; Miro era, portanto, o candidato pelo grande partido da oposição, mas no Gallup ele não passava de 20% das intenções de voto. Sandra conquistara 52% dos entrevistados. E nas derradeiras posições vinham Brizola com 5% das preferências, e, com 4% cada, estavam Lysâneas Maciel, no PT, e o pedetista Emílio Ibrahim, no lugar de Moreira. Foi esta pesquisa que registrou o disparo do ministro de Figueiredo Jair Soares na disputa gaúcha: saltara a 30% dos sondados pelo Gallup. Pedro Simon, que oscilava nos 23%, retomaria o discurso contra o divisionismo das oposições, mas foi precisamente neste momento em que o pedetista Alceu Collares saltou dos seis aos treze por cento (com 5% para Olívio Dutra, finalmente registrado).<sup>59</sup> Era plausível dizer, em consequência, que Collares tornara-se tão competitivo quanto Simon. Com tanta oscilação, era principalmente a vontade de ser a única candidatura de oposição que precipitava tanta certeza de futilidade das demais.

**O significativo é que uma certa constância também é maléfica à futurologia, pois desprezine das reviravoltas.** No quadro fluminense, o Gallup de abril parecia

---

<sup>58</sup> Jornal do Brasil, 28/08/1982, p. 3, mostrando as variações desde dezembro de 1981.

<sup>59</sup> Idem, 10/05/1982, p. 3, mostrando as variações desde junho de 1981.

confirmar o IBOPE de março, que dava 51,7% das preferências a Sandra, 23% a Miro, 5,4% a Brizola, e 3,2% a Emílio Ibrahim (Lysâneas oscilava para 2,2%). A consonância dos dois institutos poderia ser animadora para Sandra. Mesmo caindo para 44,6% no IBOPE de junho, permanecia muito à frente de Miro, que oscilava para 24,3%. Brizola continuava num distante terceiro, mas saltara para 9,4%; por outro lado, Moreira Franco (novamente no páreo), aproximava-se com 7,6%. Os indecisos haviam crescido, mas nada que preparasse Sandra para o boléu do IBOPE de agosto: despencando para 25,1% em apenas dois meses, ela foi ultrapassada pelo salto de Miro aos 29,5%. Maior ainda fora o salto de Moreira para os 23% dos sondados.<sup>60</sup> Portanto, se em junho a futurologia decretava uma disputa entre Miro e Sandra, com fausta vantagem para a última, agosto tornara Moreira uma possibilidade numa faixa dos três. Já Brizola parecia não ser, tendo oscilado apenas para os 10%, mais próximo dos 2,3% de Lysâneas do que dos 23% do terceiro colocado.<sup>61</sup> Sua guinada legendária só aconteceria no mês anterior ao pleito. O resultado em novembro mostrou que abril era uma época distante: Brizola levava 34,17%, Moreira, 30,6%, Miro, 21,46%, Sandra, 10,72%, e Lysâneas (mais próximo de Sandra do que ela de Miro), 3,05%.

O caso do Rio de Janeiro foi emblemático também porque mostrou, em concomitância com a enxurrada de pepistas, um enfraquecimento da esquerda de raízes “autênticas”. Não foi por mera diluição; o maior efeito se deu nas urnas. O livro “Vozes da Oposição”, de 2001, reúne depoimentos de notáveis protagonistas do período, inclusive alguns deputados estaduais da esquerda do MDB que não se reelegeram pelo PMDB de 1982. Todos atribuem a derrota às contradições suscitadas pela vinculação coligativa com o chaguismo. Modesto da Silveira diz: “Se não tivesse havido voto vinculado, eu e outros candidatos de esquerda provavelmente teríamos sido eleitos em 82.”<sup>62</sup> Heloneida Studart conta que a sensação de derrota iminente viera ainda na campanha. “[E]u me lembro que disse ao Marcelo Cerqueira [...]: ‘Acho que nenhum de nós, deputados de esquerda, vai se reeleger.’”<sup>63</sup> Raymundo Theodoro de Oliveira ilustrou bem o dilema da época: “[C]omo é que o eleitor ia votar no Raymundo e no Miro? Como é que pode? Tenho

---

<sup>60</sup> Idem, 28/08/1982, p. 3.

<sup>61</sup> Ibid.

<sup>62</sup> Entrevista de Modesto da Silveira. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, et. al. Vozes da Oposição, p. 126.

<sup>63</sup> Entrevista de Heloneida Studart. Id., p. 79.

uma irmã que não votou em mim...”<sup>64</sup> No regime de temporalidade pós-pacote, a incorporação criara fissuras partidárias abissais no interlúdio entre os dois pleitos.

Francisco Amaral sintetiza o fenômeno em um episódio emblemático:

Os motoristas de praça em Mesquita, a grande maioria votava comigo. Quando começamos a campanha do Saturnino para governador, ainda pela eleição indireta, em 1978, fizemos um comício num domingo de manhã na praça de Mesquita. Estávamos lá eu, Jorge Gama e Saturnino, e metemos o pau no regime e no Chagas. Passa-se um tempo, e volto lá com o Miro! Eles se reuniram e me chamaram: “Amaral, escuta aqui. Desta vez nós não vamos votar em você, não.”<sup>65</sup>

Arlindenor Pedro de Souza diz: “[P]assamos a ser agredidos com a pecha que atribuíamos anteriormente ao chaguismo: ‘Ladrão! Corrupto!’ ‘Mas pô, e o meu passado?!’ ‘Que passado, rapaz! Não tem nada de passado!’”<sup>66</sup> Fosse como fosse, a vinculação eleitoral provocou uma vinculação na consciência política, em que o passado emedebista e o novo momento peemedebista coexistiam de maneira desconfortável. A bem dizer, o desconforto não diminuiu com o declínio de Chagas Freitas, e de certa forma até se acentuou.<sup>67</sup> O certo é que 1982 foi, principalmente no Rio, um marco no deslocamento da esquerda. A vitória do PDT de Brizola foi absolutamente inesperada (salvo para os infatigáveis brizolistas), e a única no País a romper o bipartidarismo residual do PMDB x PDS. De certo modo, e para horror do governo federal, o PDT exibiu uma *virtù* capaz de ultrapassar a *fortuna* no voto vinculado, nas expressões de Maquiavel: foram dezesseis deputados federais eleitos de um total de 46, e vinte e quatro estaduais de um total de sessenta. É certamente o modo como Francisco Amaral encarou a coisa:

A febre brizolista, que fez com que no dia da eleição as pessoas apanhassem no chão modelos de cédulas do PDT para votar, e mais a

---

<sup>64</sup> Entrevista de Raymundo Theodoro de Oliveira. Id., p. 179.

<sup>65</sup> Entrevista de Francisco Amaral. Id., p. 260.

<sup>66</sup> Entrevista de Arlindenor Pedro de Souza. Id., p. 220.

<sup>67</sup> A grande maioria dos peemedebistas de esquerda deste período acabariam afastando-se da agremiação no decorrer do Governo Sarney, inclusive Modesto, Heloneida e Raymundo. Modesto da Silveira saiu ainda em 1985, quando o PCB, a qual pertencia, obteve o registro legal. Heloneida Studart e Raymundo de Oliveira, saíram em 1988, participando da fundação do PSDB e, no ano seguinte, da campanha presidencial de Mário Covas. Desiludidos com discrepância entre o discurso socialdemocrata e a atuação do partido, tornaram-se dissidentes. Heloneida logo foi para o PT; ainda em 1990 conquistou o terceiro mandato de deputada estadual. Permaneceu no PT até o fim da vida, em 2007. Raymundo, sem sair do PSDB, desacatou a decisão partidária de lançar Ronaldo César Coelho para governador no pleito de 1990, e perfilou-se em torno de Brizola. Com a volta do ex-governador ao cargo, Raymundo assumiu a presidência do Proderj; não obstante, continuou no PSDB. Sua saída e subsequente adesão ao PDT só viriam em 1992.

vinculação de votos, e até mesmo o fato de que o povo me viu no barco errado, tudo isso contribuiu para o meu desastre.<sup>68</sup>

Vale a pena contrastar a intensidade da “febre brizolista” com o drama narrado por Heloneida: “A gente saía na rua, entregava o panfleto [...] as pessoas pegavam aquilo e rasgavam, jogavam no chão.” Enquanto que, na memória de Arlindenor, “[a]pareciam carros dele [Brizola] com cédulas, e as pessoas avançavam para pegar aquelas cédulas.”

Pode-se dizer que no Rio de Janeiro houve um deslocamento de esquerda do peemedebismo ao pedetismo. Foi um desdobramento singular da incorporação, mas, em retrospecto, fenômenos feitos estes se tornariam mais comuns e mais disseminados. A arenificação prosseguiria ininterruptamente, e, com ela, a necessidade da Esquerda peemedebista definir seus rumos.

A análise de Fleischer sobre as nove vitórias do PMDB é interessantíssima. Apenas para a de São Paulo ele destaca uma superioridade organizacional partidária—que para ele estava evidente já de 1974 (ainda como MDB) em diante. E diz:

Outras vitórias do PMDB (Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas e Acre) foram debitadas a uma combinação de falhas do próprio PDS:

- a) Facciosismo onde os dissidentes apoiaram o PMDB;
- b) Imposição de candidatos “estranhos” à política estadual pela cúpula de Brasília; e/ou
- c) Incompetência dos então governadores “biônicos”.

Mas o diagnóstico não é inteiramente justo. O terceiro fator é quase autoevidente em praticamente qualquer eleição, com ou sem casuísmos. Mesmo governadores comparativamente “competentes” não o são para boa parte (senão a totalidade) de quem vota em adversário, por óbvio. Isto vale igualmente para a referida vitória do PMDB em São Paulo. Não se trata nem de uma falha coletiva do PDS, enquanto legenda dos candidatos, mas de uma específica à administração estadual de ocasião. Este terceiro fator, por conseguinte, não se insere na mesma categoria dos outros. O primeiro reflete e o segundo constitui malogros específicos de estratégia, cabendo apura-los estado por estado.

---

<sup>68</sup> Entrevista de Francisco Amaral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, ROCHA, Dora e FREIRE, Américo, 2001.

Em primeiro lugar, é duvidoso que os candidatos do PDS aos governos de Acre, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Amazonas fossem “estranhos” à política estadual. Jorge Kalume, do Acre, era ex-governador biônico, fora inclusive prefeito de Xapuri, deputado federal, e senador (pelo voto direto). O candidato em Goiás, Otávio Lage de Siqueira, era outro ex-governador, além de ex-prefeito de Goianésia. No Rio de Janeiro e no Mato Grosso do Sul, os candidatos eram prefeitos eleitos, respectivamente, Moreira Franco, de Niterói (além de ex-deputado, e herdeiro da tradição “amaralista” no antigo Estado do Rio), e José Elias Moreira, de Dourados. No Paraná havia um ex-prefeito, biônico, a bem verdade, porém da própria capital, Curitiba. Apesar de tecnocrata, Saul Raiz não era exatamente um desconhecido: passara toda a década de cinquenta como engenheiro da pasta de urbanismo em Curitiba, e, nos anos sessenta, como diretor do DER do Paraná (no primeiro governo de Ney Braga), organizara a construção da estrada entre a capital e o norte do estado.<sup>69</sup> No governo seguinte, de Paulo Pimentel, fora o Secretário de Viação e Obras Públicas. E em 1981, na segunda gestão de Ney Braga, já cotado como sucessor, tornou-se o primeiro Secretário de Administração Municipal (e, por isso, conhecido pelas diversas cidades paranaenses).<sup>70</sup> Por fim, no Amazonas, o PDS lançara Josué de Souza Filho, deputado estadual mais votado, ex-vereador de Manaus (e ex-presidente da Câmara Municipal), diretor da Rádio Difusora. Seu pai era deputado federal em segunda ocasião (inclusive, reelegeu-se naquele mesmo pleito); fora também deputado estadual por dois mandatos, prefeito de Manaus e suplente de senador.

Portanto, a designação de “estranhos [sic] à política estadual” é um tanto hiperbólica.<sup>71</sup> Ela faz alguma justiça ao candidato do Pará, Oziel Carneiro, e, de certa forma, ao de Minas Gerais, Eliseu Rezende. Bem verdade que Eliseu

---

<sup>69</sup> Cabe salientar, no entanto, que foram os recursos vultuosos da Aliança para o Progresso que organizaram esta e outras obras do primeiro governo de Ney Braga, como reconhece o próprio Saul Raiz. Ver entrevista de Saul Raiz ao programa Memória Paranaense, disponível em <http://www.jws.com.br/2016/09/memoria-paranaense-o-ex-prefeito-saul-raiz-fala-sobre-as-transformacoes-de-curitiba-nos-anos-1970/>

<sup>70</sup> Ibid.

<sup>71</sup> Em contrapartida, a designação caberia bem ao triunfante Gonzaga Fonseca Motta, cuja vitória para o governo cearense foi uma das mais formidáveis do ano. Gonzaga Motta—que levaria 70% dos votos—era um pedessista relativamente desconhecido: não apenas estreava em disputas eleitorais como fazia-o com raquítico histórico de vida pública. Ela datava de 1979, com sua nomeação a uma secretaria estadual. Sua escolha para governador foi um artifício para forçar o consenso entre os “três coronéis” arenistas do estado, César Cals Filho, Virgílio Távora, e Adauto Bezerra.

comandara o DER de Minas no Governo Magalhães Pinto (como Saul Raiz comandara o do Paraná, na mesma época, inclusive). Mas, de fato, sua escolha viera de Brasília, onde ele servia como Ministro dos Transportes—assim como o conspícuo Mário Andreazza, padrinho de sua candidatura, fizera nos faustos governos de Costa e Silva e Médici. A Era Figueiredo, porém, já não era muito fausta (mesmo com Delfim Netto novamente no comando da economia). Ademais, apesar de todas as suas obras em Minas Gerais—inclusive pela iniciativa privada—Eliseu trazia em anexo uma condenação pelo TCU. Talvez pesasse contra os candidatos não tanto serem desconhecidos, mas conhecidos pelos motivos errados. Saul Raiz, em outra semelhança, carregava sua própria pecha de improbo, por acúmulo indevido de aposentadorias.<sup>72</sup> Também perseguido por uma reputação negativa era o candidato ao governo paulista, Reynaldo de Barros, prefeito da capital (e sobrinho do notório Adhemar de Barros). Como, aliás, era o caso do seu padrinho político, o então governador Paulo Maluf.

Quanto ao “facciosismo no PDS”, a avaliação de Fleischer possui maior respaldo histórico. Forçoso explicar, contudo, que as “dissidências” mais valiosas pro PMDB já pertenciam à legenda. Bem verdade que no Espírito Santo houve o aval do governista Elcio Álvares ao peemedebista Gerson Camata. Caberia, destarte, como rejeição “pedessista” ao candidato oficial<sup>73</sup> (embora o próprio Gerson Camata fosse um arenista histórico, integrando o Partido do MDB desde a fundação). Nos demais estados as dissensões eram bem anteriores ao contexto das campanhas, e levaram não a meros apoios conjunturais, mas a “arenificações” perenes. No Pará por exemplo, a dissidência “alacidista” datava de 1980—um ano antes do Pacote de Novembro—e seu abrigo no Partido do MDB, de pouco depois. No geral, as mais significativas dissidências eram realmente as constitutivas do PDB/PP, portanto progressas ao próprio advento do PD/PDS. Era pós-arenismo incorporado ao PMDB em reação ao Pacote. De tantos pedessistas mineiros contrafeitos com a nomeação de Eliseu Rezende (quase todos membros do antigo PSD), nenhum teria debandado até Tancredo sem comprometer suas próprias candidaturas a deputado ou a vereador, ou a de João Marques de Vasconcelos a

---

<sup>72</sup> Saul Raiz, depoimento ao Memória Paranaense, em <http://www.jws.com.br/2016/09/memoria-paranaense-o-ex-prefeito-saul-raiz-fala-sobre-as-transformacoes-de-curitiba-nos-anos-1970/>

<sup>73</sup> Carlos von Shilgen.



senador. Concretamente, foi a incompetência dos governadores biônicos o mais decisivo dos fatores citados por Fleischer.

Mas houve um fator adicional, o da incompetência do próprio Governo Figueiredo. O repúdio à recessão, à inflação, ao terrorismo e ao autoritarismo valeram, e muito, para as vitórias oposicionistas de 1982. Melhor do que dizer que os casuísmos de nada adiantaram é perguntar se, sem eles, o desastre do governo federal não teria sido ainda maior. Fleischer afirma que a expectativa governista era de 15 ou 16 vitórias, mas ela necessariamente refletia excesso de confiança no Pacote? Em primeiro lugar, cabe elucidar se tal estimativa não é anterior ao revés da incorporação; mas digamos que fosse posterior: não refletiria, antes de mais nada, excesso de confiança na própria gestão? Casuísmos não fazem milagres, não inteiramente. Certamente não podem esconder um desastre econômico, nem desfazer o repúdio coletivo ao acobertamento do Caso Riocentro e dos demais atentados terroristas da “linha reta”. O Governo negara à sociedade uma anistia ampla, geral e irrestrita. Erodira confiança pública postergando eleições, insistindo em sublegendas, alterando as regras do jogo. À falta da Censura absoluta, não conseguira conter denúncias de corrupção e de mordomias. Parte do arenismo já vira a escrita na parede, e parte não tardaria ao mesmo. O AI-5 fazia falta a Figueiredo. Já “arco de interesses” mostrar-se-ia bem mais elástico que o Presidente.

O governo triunfara em doze estados. Perdera no Rio de Janeiro, sim, mas quase ninguém previra a reviravolta de Brizola. O PMDB vencera em nove estados; porém, como oposição estadual, em somente oito. Sete eram estados em que o MDB já havia vencido o Senado em 1974—o oitavo, Mato Grosso do Sul, ainda não existia. Em três destes sete, o MDB prevalecera então até na eleição de deputados federais e estaduais, i.e., São Paulo, Acre e Amazonas (no Paraná o MDB empatara com a Arena em deputados federais).<sup>74</sup> As vitórias de 1982 também não parecem muito inéditas quando comparadas às de 1978. No Amazonas e no Acre, o MDB perdera a eleição para senador “não-biônico” por diferenças ínfimas; no Acre inclusive empatara com a Arena em deputados federais e estaduais. Em Minas

---

<sup>74</sup> A oposição no Rio de Janeiro e, tecnicamente, na Guanabara, também tiveram em 1974 vitórias antecedentes a de 1982, por mais que uma oposição pedetista fosse diferente de uma oposição emedebista (principalmente na Guanabara).

Gerais, Paraná e Goiás, o MDB vencera a corrida para o Senado. Em São Paulo e no Rio de Janeiro vencera para o Senado, para a Câmara Federal, e para as Assembleias Estaduais. De certa forma, três êxitos de 1978 foram frustrados em 1982. A derrota do PMDB em Santa Catarina fora tão apertada (o pedessista Esperidião Amin venceu Jaison Barreto com 49,97% dos votos contra 49,21%; a vaga ao Senado escapara ao peemedebista Pedro Ivo Campos por 0,8% votos) que um fator como o Pacote certamente fez diferença.<sup>75</sup> O MDB gaúcho, como o de São Paulo e o do Rio, o Senado, a Câmara e a Assembleia Legislativa tanto em 74 quanto 78. A derrota em 1982, como Fleischer bem observou, deu-se pela “estratégia de Golbery”.<sup>76</sup> Somente na Paraíba houvera um declínio dramático, mesmo com a incorporação.<sup>77</sup>

As vitórias do PMDB em 82 pertencem ao contexto histórico da incorporação, um momento ímpar—ainda que pouco estudado—na trajetória da legenda. O PMDB venceria em vários estados no quais já era predominante nas bancadas da Câmara e/ou do Senado. Ele tinha dois dos três senadores de Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, nenhum dos quais era biônico.<sup>78</sup> Tinha dois no Mato Grosso do Sul—um biônico e um eleito, ambos pós-arenistas—e tinha os três do Paraná (um pós-arenista do PP). No Acre e no Amazonas, as conquistas tinham seus precedentes—com raízes anteriores ao próprio Golpe de 64.

Não se pode minimizar sucesso do PMDB, muito menos do eleitorado. A derrota do eleitor brasileiro fora na alfaiataria legiferante, não nas urnas. O problema está em julgar vencedores e perdedores em termos somente de candidatos e partidos. Os resultados maiores estavam no seio de cada. Para o situacionismo, as engenharias casuísticas mostraram-se mais frutíferas que o desempenho dos

---

<sup>75</sup> A campanha catarinense foi tão acirrada que o PDS e o PMDB empataram nas bancadas federais; na estadual, a vantagem do PDS foi de apenas 21 para 19 cadeiras.

<sup>76</sup> A chapa derrotada do PMDB gaúcho, por sinal, era uma das menos “arenificadas” do partido. Os candidatos a governador, vice, e senador—respectivamente, Pedro Simon, Odacir Klein e Paulo Brossard—eram todos emedebistas históricos. O suplente de Brossard, Armando Temperani Pereira, era um dos petebistas mais radicais do pré-64 e fora cassado na primeira lista após o golpe.

<sup>77</sup> O PMDB paraibano foi um caso intrigante de “arenificação” na entrada e na saída. À época do Pacote, o Partido do MDB já havia lançado o senador Marcondes Gadelha—histórico emedebista da ala “autêntica”—ao governo estadual. Entretanto, sua candidatura seria uma das várias sacrificadas em prol da incorporação, e, com o candidato pepista Antônio Mariz—um pós-arenista de família rival a dos Gadelhas—em seu lugar, Marcondes deixou o PMDB. Tentou candidatar-se pelo PT mas o partido vetou sua entrada. Restou-lhe reeleição para o Senado...pelo PDS.

<sup>78</sup> Também tinha dois dos três no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e na Paraíba, os estados das vitórias não repetidas do pleito anterior.

governantes. Na colheita casuísta, a penetração no PMDB arrastou mais fichas do que as tentativas de fragmentá-lo. No PMDB, a flexibilidade da incorporação sobrepujou a militância autêntica. No pragmatismo da incorporação, os proponentistas venceram mais embates do que o emedebismo histórico. No campo das expectativas, as cautelas foram mais precisas que as previsões. Dentro das oposições, as recriminações mútuas foram mais prolíficas entre os partidos que a atuação extra-eleitoral. Nas narrativas partidárias, as atribuições externas de culpa prevaleceram sobre a humildade das autocríticas. Para a Esquerda, alternativas ao PMDB pareciam mais promissoras do que disputá-lo por dentro. E nas entidades federativas, o Rio de Janeiro subverteu os cálculos do casuísmo e da estratégia incorporadora mais do que qualquer outro estado.

## **2.2. De Conjecturas e Conjunturas: Opções Elencadas à Projeção Continuista**

As eleições de 1982 foram um divisor de águas na redemocratização orquestrada, e não somente aos olhos da oposição. Para o situacionismo, parecia afetar principalmente a corrida presidencial. Surgira um novo futuro, distinto aos de anos anteriores. Projeções para a sucessão do General Figueiredo eram feitas desde antes de sua posse. Particularmente, pelo capitão Heitor de Aquino Ferreira, secretário para o Presidente Geisel, a permanecer no cargo para o Presidente Figueiredo—além de amigo próximo e pupilo do ubíquo General Golbery. Especular questões de Estado desde larga antecedência era hábito do pupilo e do mentor. É certo que, concernente a sucessões governamentais, inúmeros brasileiros também especulam. Mas estes dois ocupavam suprema inserção nos recônditos do poder. Assim sendo, as listas de Heitor com prováveis aspirantes a Presidência—trazidas à tona por Elio Gaspari—são de inestimável valor.

Três são de um passado em que a disputa de 82 era futuro distante. Era época de poucos acreditarem que o presidente seguinte—de sagração agendada para o fim de 1984—seria algo além de um ungido do governismo. Gaspari reproduziu a primeira lista em “A Ditadura Acabada”, página 140, primeira edição. Apareciam, em ordem, nove condôminos da ditadura plutocrático-militar: vinham de um passado de serviços ao regime, viviam um momento presente com posições de

relevo, e estavam escalados para um futuro de enorme destaque e importância. O primeiro colocado era Aureliano Chaves, vice-presidente recém-sacramentado (porém ainda não empossado), governador mineiro nomeado pelo Presidente Geisel, e um de seus mais estimados colaboradores civis. Em segundo lugar estava a eminência parda do governo, Golbery do Couto e Silva, general da reserva, Chefe do Gabinete Civil de Geisel da mais desenvolta ativa, que seria mantido (ou que se manteria) neste cargo no governo vindouro. Em seguida aparecia Petrônio Portella Nunes, leal e habilidoso articulador de Geisel com a classe política e a sociedade civil, fosse na presidência da Arena, fosse na do Senado, e, naquele momento, às vésperas da posse como Ministro da Justiça. O próximo era o ex e futuro ministro, o militar Mário Andreazza, amigo de longa data de Figueiredo que chegara ao coronelato na ativa e à faraônica tecnocracia na reserva. Na quinta colocação surgia outro ex-ministro de Médici e futuro ministro de Figueiredo, o habitualmente conspícuo tecnocrata Delfim Netto—àquela altura, porém, indicado à relativamente inconspícua pasta da Agricultura. Completavam a lista o previdente Jair Soares, nomeado Ministro da Previdência; o ardiloso Antônio Carlos Magalhães, colosso da Arena baiana, amigo do Presidente Geisel (de quem fora presidente da Eletrobrás), governador de seu estado pela segunda vez; o ardiloso Ney Braga, colosso da Arena paranaense, amigo íntimo do Presidente Geisel (de quem fora Ministro da Educação), governador de seu estado pela segunda vez; por fim, o infatigável Paulo Maluf, que recentemente abocanhara o governo paulista, debaixo dos narizes de Geisel e Figueiredo.

Os cálculos de Heitor esticavam o tempo presente de janeiro de 79 para seis anos à frente. Pesavam a visibilidade dos papéis previstos para cada um do elenco. No ano seguinte, não obstante, o tempo presente seria outro, e o futuro, idem. O livro de Gaspari traz mais uma lista, esta, sem data, mas que para o autor, fora iniciada “antes de janeiro de 1980”.<sup>79</sup> A suposição faz perfeito sentido, pois o primeiro da relação era o ministro Petrônio Portella, repentinamente falecido no sexto dia daquele mês. Com efeito, o nome de Petrônio aparece riscado no documento original—um detalhe emblemático da reviravolta no tabuleiro e útil à localização temporal (o cabeçalho consiste de um mero “Início de 1980”).<sup>80</sup> Na

---

<sup>79</sup> GASPARI, Elio, *A Ditadura Acabada*, p. 140.

<sup>80</sup> Gaspari disponibilizou o PDF desta lista no seu site “Arquivos da Ditadura”, no endereço <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/listas-heitor#pagina-1>

sequência vem a categorização “civil e político”, e os presidencializáveis (melhor dito, os “presidencializáveis”) arrolados com as respectivas unidades federativas de atuação política. Eles são: Petrônio [Portella] — PI; Delfim [Netto] — SP; [Paulo] Maluf — SP; Aureliano [Chaves] — MG; ACM [Antônio Carlos Magalhães] — BA; Ney [Braga] — PR; [Marco] Maciel — PE; [Jarbas] Passarinho — PA; [Ibrahim] Abi[-]Ackel — MG; [Mário] Andreazza — RS; Tancredo [Neves] — MG; Costa Cavalcanti — PE. Para Gaspari, os quatro últimos foram acrescentados após janeiro de 80 (GASPARI, 2016, p. 140). É uma dedução fundamentada: até aquele ponto Ibrahim Abi-Ackel era meramente um entre tantos outros deputados federais da base governista. Estava apenas no segundo mandato—e ao anterior chegara pela primeira suplência do pleito em 1974.<sup>81</sup> Poucos o considerariam presidencializável até seu içamento a Ministro da Justiça, com a morte incomensurável de Petrônio. Seria, portanto, uma inclusão posterior ao fatídico seis de janeiro de 80, e, a julgar pela disposição da lista, as dos outros três também foram. Improvável que Heitor pulasse um espaço para incluir algum(ns) nome(s) e depois subisse de volta para acrescentar o Ibrahim já Ministro à lacuna. Uma coisa está aparente: alterações de conjuntura ensejam modificações no elenco e redistribuição dos papéis.

O documento traz vários detalhes intrigantes para a compreensão do elenco. O nome de Costa Cavalcanti, por exemplo, parece grafado com menos tinta ou mesmo com uma caneta diferente. Talvez fora acrescentado numa ocasião à parte. Concreto mesmo é um rol menor, destacado, no canto inferior direito da página, com “três militares”, na observação de Gaspari (GASPARI, 2016, p. 140), a saber: “Golbery [do Couto e Silva], [Danilo] Venturini, Octávio [Medeiros]”.<sup>82</sup> Na verdade, eram muito mais do que apenas “três militares”; eram três ministros com pastas anexas ao Planalto, i.e., Golbery, Chefe do Gabinete Civil, Venturini, Chefe do Gabinete Militar, e Medeiros, chefe do SNI.<sup>83</sup> Eram, a princípio, personagens que extraíam seu poder da proximidade com o Presidente. Quiçá fosse o inverso no

---

<sup>81</sup> NERY, p. 165. Abi-Ackel obteve 35.524 votos, 1.525 a menos que o último dos eleitos pela lista aberta da Arena-MG, Manoel José de Almeida. Ficou abaixo até dos votos de legenda, somados em 36.484.

<sup>82</sup> <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/listas-heitor#pagina-1>

<sup>83</sup> Aliás, Golbery, conquanto militar, estava na reserva desde 1961.

caso do Golbery; o fato é que se tratavam dos três ministros que, via de regra, despachavam com o Figueiredo duas vezes por dia.

Há um interessante contraste entre estes três militares “ministros da casa” e os três arrolados como “civis e políticos”. Jarbas Passarinho, Mário Andreazza, e Costa Cavalcanti eram três coronéis da reserva que cabiam na categoria de “anfíbios”, i.e., figuras públicas com carreiras na caserna e na política civil. Ney Braga também era “anfíbio”, mas entrara voluntariamente na reserva—e gloriosamente na política paranaense—treze anos antes do golpe. Costa Cavalcanti também antecedia o golpe, mas em apenas dois anos (elegera-se deputado federal pela UDN pernambucana em 1962). Já Mário Andreazza e Jarbas Passarinho eram autênticos filhos da ditadura. Passarinho entrara no Senado somente após dois anos e meio como condestável militar do Pará. Andreazza sequer disputara eleições. Chegara ao poder integrando o *entourage* de Costa e Silva para sete anos perdulários no Ministério dos Transportes. Constava como do Rio Grande do Sul por procedência, não por atividade política.

A despeito dos critérios que separavam uma lista da outra, o nome mais destoante era o de Tancredo Neves. Estava arrolado como civil e político, por óbvio, em uma relação que de outro modo só continha governistas. Ao comentar esta presença, Gaspari fala de Tancredo como “do MDB”.<sup>84</sup> Entretanto, em qualquer inclusão posterior a janeiro de 80, Tancredo significava outra coisa. Àquela altura, o senador mineiro era o dirigente do especioso Partido Popular. Não era propriamente um emedebista que constava na lista de Heitor, era o líder da “oposição confiável”. Era também um virtual pré-candidato ao Governo de Minas Gerais; em outras palavras, era pré-candidato a um cargo pródigo na alavancagem de pré-candidatos à Presidência. Sem quaisquer contornos de uma campanha de “Diretas Já” no radar, sem quaisquer prognósticos de cizânia pedessista no trajeto até o Colégio Eleitoral—em suma, de contingências que a narrativa teleológica reinventaria, *ex post facto*, como etapas de reconquista da democracia—Tancredo era cogitado como possível sucessor de Figueiredo. Ainda que as circunstâncias necessárias para tanto não transpareçam no documento, elas provavelmente

---

<sup>84</sup> GASPARI, Elio, *A Ditadura Acabada*, 2015, p. 140.

transitavam na cabeça de Heitor: um futuro com Tancredo na Presidência certamente não era impensável, e talvez valesse até como continuísmo.

Para desbancar a oposição, o governo realizou um programa com alfaiatarias de casuísmos jurídicos, artimanhas em políticas públicas, e até intervenções na disputa pela ‘grife’ PTB. Para ensaiar a sucessão, Heitor idealizou um elenco com espaço até para um “pepista”, e, em pelo menos mais uma lista, este espaço parece conservada. Também disponibilizada por Gaspari,<sup>85</sup> datada como “agosto de 1980”, ela está numerada em doze partes, onze explicitadas: 1) Delfim [Netto]; 2) Aureliano [Chaves]; 3) [Paulo] Maluf; 4) [General Danilo] Venturini; 5) [General Otávio] Medeiros; 6) [Ibrahim] Abi-Ackel; 7) A Carlos [quase certamente Antônio Carlos Magalhães]; 8) [Marco] Maciel; 9) [Mario] Andreazza; 10) Costa [muito provavelmente Costa Cavalcanti]; 11) Virgílio [provavelmente Virgílio Távora, governador do Ceará]. No décimo-segundo espaço há um sibilino ponto de exclamação, envolvido por um imenso retângulo, além de um igualmente sibilino círculo ao redor do “12”, com um imenso traço conectando-o ao nome de Tancredo mais abaixo na página.

Desta feita, os “militares” estavam arrolados com os demais, embora a ausência de Golbery fosse notável. As ausências de Ney Braga e Jarbas Passarinho, por outro lado, permitiam palpites. Ney sofrera um distúrbio cardíaco em seu aniversário de 63 anos, no dia 25 do mês anterior. Levara uma safena tripla, e, três dias depois, licenciava-se do governo paranaense por quarenta dias.<sup>86</sup> Passarinho travava, desde pelo menos abril, sua encarniçada guerra contra Alacid Nunes pelo controle do PDS paraense. A novidade desta lista era Virgílio Távora como uma outra alternativa nordestina à Presidência—apesar da notória rivalidade com o ex-governador César Cals Filho, amigo, e Ministro das Minas e Energia, do Presidente Figueiredo. E, não obstante, o que mais chama atenção é a continuada consideração do nome de Tancredo—desta vez tão curiosamente grifado.<sup>87</sup> Há um indício, inclusive, que Heitor tecia essas especulações com as eleições de 1982 em vista. De dentro do Planalto, a possibilidade de diretas para governador era uma opção, mas

---

<sup>85</sup> O PDF do documento se encontra em <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/listas-heitor#pagina-2>

<sup>86</sup> Jornal do Brasil, 26 de julho de 1980, pp. 1 e 4, e 29 de julho de 1980, p. 3.

<sup>87</sup> Dentre tantas outras curiosidades há um arco conectando o nome de Aureliano ao de Abi-Ackel, talvez indicando uma troca entre os dois na ordem enumerada.

não antes de garantir a prorrogação dos mandatos municipais. Pois no canto esquerdo da página consta um pequeno esboço de lista, encabeçada por um “82” e ladeada por um “Gov.” Heitor provavelmente calculava os nomes com as variações eleitorais em mente. Em dois anos, o brasileiro escolheria seus deputados federais e estaduais, um terço do Senado, e quiçá os governadores. O Governo estava com o tempo a seu favor, calculando sucessões de acordo com as regras que podia alterar.

O documento de Heitor indica uma localização temporal mais precisa em seu canto superior esquerdo, com o escrito “Conversa com Carlos Chagas 13 – 08 – 80”. Jornalista de renome, Carlos Chagas fora assessor de imprensa do Presidente Costa e Silva. No verão do ano anterior, havia publicado “113 Dias de Angústia: Impedimento e Morte de um Presidente”, após nove anos de censura pelo Ministério da Justiça. Trata-se de um minucioso relato sobre a isquemia cerebral, o afastamento, a sucessão e a morte de Costa e Silva, e descreve com detalhes perturbadores o conclave de generais que redundou na escolha de Médici para Presidente. É certo que Heitor conversava com Golbery sobre a sucessão e os presidencializáveis, mas, aparentemente, conversava também com uma testemunha privilegiada da mais secreta sucessão do regime.<sup>88</sup>

Há mais uma lista disponível em PDF no site de Gaspari.<sup>89</sup> Ao topo, nada mais que um “82”. Golbery estava novamente ausente, mas neste caso o porquê parece mais palpável. Sua fatídica demissão fora em agosto de 81, portanto, anterior, em muitos meses, a qualquer documento de 1982. Se Golbery não constara na lista de março de 1980 dificilmente constaria nesta. Afora o presumível número do ano, não há nenhum indicativo concreto de data; ainda assim alguns palpites são razoáveis, pelo elenco e pelo ordenamento: “1) Delfim; 2) Aureliano 3) Maluf; 4) Venturini; 5) Medeiros; 6) AC Magalhães; 7) Passarinho; 8) Abi-Ackel; 9) Costa Cavalcanti; 10) Maciel; 11) Virgílio; 12) Andrezza; 13) ?”

A escalação, mais uma vez, é sinalizadora. Jarbas Passarinho voltava à lista e Tancredo sumia—embora a última posição continuasse com um ponto de interrogação. É plausível que o documento anteceda as eleições: para fins de uma

---

<sup>88</sup> Cinco anos mais tarde, Carlos Chagas publicaria “A Guerra das Estrelas”, sobre as “eleições” de Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

<sup>89</sup> <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/listas-heitor#pagina-3>



redemocratização orquestrada, elas dividiram águas pelas intensas repercussões na sucessão continuísta, a ponto da própria dinâmica entre Presidente, Governo e situacionismo ser afetada. Praticamente todas as trajetórias de presidencializáveis sofreram algum tipo de efeito. A do governador paranaense Ney Braga sofreu um tombo. Tradicionalmente invicto nas urnas, ele lançara-se ao Senado, lançara o apaniguado Saul Raiz para seu lugar, e ambos foram derrotados com uma espantosa desvantagem de vinte pontos percentuais. Ney recuperara-se dos problemas cardíacos, mas os políticos durariam mais. Por sua vez, o governador baiano Antônio Carlos Magalhães fizera o sucessor por margem quase igual à que Ney fracassara com o seu. Fora uma verdadeira façanha: assim como Ney, Antônio Carlos apadrinhara um ex-prefeito biônico de capital, Clériston Andrade, também contra a vontade de um ex-governador eleito e ex-aliado (no caso, Lomanto Júnior). E quando um desastre aéreo matou o ungido, Antônio Carlos ungiu outro rapidamente, e a tempo de massacrar o peemedebista “incorporado” Roberto Santos. Mas se o resultado da Bahia fortaleceu a pré-candidatura de Antônio Carlos Magalhães, o do Pará enfraqueceu a de Jarbas Passarinho. ACM abatera um ex-governador pela indicação do PDS e derrotara outro nas urnas; Passarinho, que havia abatido o então governador no diretório do PDS, acabou derrotado nas urnas quando o desafeto apoiou o PMDB. Começara o ano com firme controle do PDS paraense, gozando de grande prestígio junto ao Presidente da República, e presidindo o Senado com o sucesso do “Pacote de Novembro”. Uma boa colocação nas listas de Heitor faria muito mais sentido ao começo de 82 do que ao final.

Para outros presidencializáveis, os resultados foram mais ambíguos. Jair Soares elegera-se governador gaúcho, mas por margem minúscula, e estava em significativa minoria na Assembleia estadual. Maluf elegera-se o deputado federal mais votado na História, mas seu candidato perdera o Palácio dos Bandeirantes por uma discrepância considerável. Já o governador pernambucano Marco Maciel elegera Roberto Magalhães Melo para seu lugar e elegera-se para o Senado, mas com contagens apertadas e, se não duvidosas, certamente duvidadas. Finda a apuração, seu sucessor ficara com 52,46% dos votos, enquanto o “autêntico” do PMDB, Marcos Freire, alcançara 46,86%<sup>90</sup>—desfecho bom o bastante para manter

---

<sup>90</sup> Padre Melo, do novo PTB, levara 0,45% dos votos, e o petista Manoel da Conceição, 0,23%.

Maciel no páreo, mas pior que o esperado.<sup>91</sup> Mário Andreazza colhe resultados bons, mas não definitivos. Fora bem proveitosa a completa vitória pedessista no Nordeste, onde os recursos da Sudene podiam recompensar aliados e atrair hesitantes. Mas os recursos da Sudam não impediram o múltiplo malogro pedessista no Norte, e já não tinham governadores correligionários para atender—afora os governadores nomeados.<sup>92</sup> De um lado, em garantindo a candidatura gaúcha para seu protegido Jair Soares, Andreazza rendeu um acirrado sucesso sobre Simon e Collares. Do outro, em garantindo a candidatura mineira para seu protegido Eliseu Rezende, ele amargou um indigesto fracasso frente o sinuoso Tancredo. Aureliano, por sua vez, embora ainda gozasse de prestígio junto à opinião pública, também sentia a pancada no PDS em Minas Gerais, estado que governara na Era Geisel.

### **2.3. Candidatos à Nomeação: A Sucessão Presidencial na Dispersão das Esferas Decisórias**

A sucessão presidencial, depois de 1964, estava entregue ao poder castrense, que deliberava a portas fechadas, entregando à Convenção e ao Colégio Eleitoral o produto acabado. Muda o cetro para outras mãos, com igual aparelhamento e nova tática: o temor cede o lugar aos acertos personalistas.

Raymundo Faoro<sup>93</sup>

Para as expectativas do Presidente Figueiredo, os resultados de 82 devem ter sido desagradáveis. Para a sustentação do Governo Figueiredo, os casuísmos possivelmente evitaram um desastre maior. Para a unidade do PDS, o sutil complicador estava na ambivalência. Nenhum dos grandes candidatos à sucessão presidencial havia arrebatado vitórias absolutas, e nenhum fora decisivamente malbaratado. Se Aureliano, Maluf, Andreazza, ou mesmo Maciel tivessem naufragado por inteiro, os demais abririam considerável vantagem na corrida. Ao

---

<sup>91</sup> No dia seguinte ao pleito, antes mesmo do começo das apurações, duas pesquisas de voto foram divulgadas, uma do Gallup e outra do IBOPE, ambas abrangendo diversos estados. Na disputa de Pernambuco, o Gallup aferira 51% dos votos a Roberto Magalhães, contra 41,8% a Marcos Freire, 1,5% ao Padre Melo e 0,8% a Manoel da Conceição. *Jornal do Brasil*, 16/11/1982, p. 22. Já o cálculo do IBOPE dava 47,6% dos votos para Magalhães, 37,9% para Freire, enquanto os outros dois ficariam com 0,4% cada. *Idem*, p. 1. Mesmo com tamanha porcentagem indefinida, Marco Maciel já cantava vitória. *Idem*, caderno especial “Eleições”, p. 22.

<sup>92</sup> Amapá e Roraima ainda eram territórios federais, sob jurisdição direta do Ministério do Interior. Rondônia tornara-se estado havia pouco, pela Lei Complementar nº 41 de 22/12/81, todavia, um dispositivo casuísta estabelecia a escolha de seu primeiro governador como prerrogativa presidencial.

<sup>93</sup> FAORO, *A República em Transição*, pp. 91-92.

mesmo tempo, nenhum triunfara tão nitidamente a ponto de roubar os entusiastas dos outros. A disputa continuaria acirrada, indefinida, e capaz até de fragilizar a relação do Governo com o partido. Se o primeiro tivesse grandes realizações, talvez apresentasse um *hors-concours* para o segundo. Mas os presidencializáveis que dependiam mais da máquina do que das urnas viveriam desastres nas suas respectivas pastas.

Delfim Netto era um. A economia estava em frangalhos, e, com ela, a mística do “mago do Milagre”. O ano anterior vira a dívida externa crescer, o PIB contrair, e a inflação manter-se acima dos 90%. É certo que, em 1982, ainda havia uma expectativa (quase obrigatória aos governos) de recuperação da economia, mas ela esteve maior no primeiro semestre do que no segundo. Foi quando “a crise da dívida latino-americana” disparou. O governo do México passara os meses anteriores à eleição nacional de julho discretamente acumulando empréstimos estrangeiros para evitar uma quebra. Passado o pleito, anunciou a quebra e pediu moratória. A crise intercontinental piorou a situação brasileira, e nosso governo passou os meses anteriores às eleições estaduais de novembro discretamente negociando empréstimos estrangeiros para evitar uma piora. Passado o pleito, anunciou os termos e pediu paciência. Por mais que o eleitorado estivesse alheio às apreensões de Delfim Netto, pessoas como Heitor Ferreira não estavam, e se Delfim começou o ano no topo da lista, não deve permanecido ao fim. Mesmo porque a inflação continuou aumentando, e o PIB, não.

Outra carta no baralho palaciano era o General Octávio Medeiros, do SNI. Ele inflamava os devaneios da linha reta, mas o Serviço vinha abusando da opinião pública desde o Caso Riocentro. A maior derrota eleitoral do SNI não veio nas urnas, mas no fracasso em adulterá-las. No Rio de Janeiro, armara-se uma operação com a Globo e a Proconsult para impedir a eleição de Leonel Brizola. Denunciada a farsa na apuração, a sociedade civil reagiu em prol de seus direitos e garantiu a verdade dos resultados. Passados poucos meses das eleições, o Caso Baumgarten veio à tona e, com ele, uma nova e desgastante “operação abafa”. Medeiros era o tipo de presidencializável que teria que se impor ao PDS numa situação de força do Governo e perplexidade da classe política. O Governo era autoritário, mas sem prestígio, e com cada vez menos coesão. A classe política estava alvoroçada, havia indefinição por excesso de candidaturas, não por falta. Refletindo o contraste entre

a percepção pública do processo e a de Heitor, o *Jornal do Brasil* publicou duas importantes sondagens entre titulares da futura convenção nacional do PDS. Ela escolheria os candidatos a Presidente e vice, conforme os ditames jurídicos; na prática, até então, a Arena subscrevia o que os militares decidiam. Uma pesquisa, publicada em primeiro de maio de 83, sondava os deputados federais e senadores—membros natos da Convenção, regimentalmente. Seis opções foram oferecidas: Aureliano Chaves, Costa Cavalcanti, Leitão de Abreu, Marco Maciel, Mário Andreazza e Paulo Maluf. Havia a opção em acrescentar outro nome além destes (o deputado e ex-governador mineiro Magalhães Pinto acrescentou o próprio, protestando contra sua exclusão).<sup>94</sup> Os mais votados, em ordem, foram Maluf (83 votos), Aureliano (40 votos), Marco Maciel (21 votos), Andreazza (20 votos), Antônio Carlos Magalhães (12 votos—apesar de ausente no rol oferecido), Costa Cavalcanti (sete votos) e Leitão de Abreu (três votos). Figueiredo, que em tese não poderia concorrer, recebeu dois votos, Octávio Medeiros, idem, e Jarbas Passarinho, apenas um.<sup>95</sup> Nomes cogitados por Heitor, como Danilo Venturini, Virgílio Távora, e Ibrahim Abi-Ackel não foram sugeridos pela pesquisa e nem acrescentados pelos parlamentares. Uma outra pesquisa apareceu na edição de 23 de junho, e se estendeu a todos os futuros convencionais conhecidos àquela altura— a pesquisa veio antes das eleições para o novo Diretório Nacional do PDS, cujos 121 integrantes eram membros natos da Convenção. Desta feita, as opções eram Mário Andreazza, Hélio Beltrão, Costa Cavalcanti, Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e Paulo Maluf, além da possibilidade de acrescentar outro nome. Os candidatos ostensivos, como Maluf, Andreazza, Aureliano, ACM e Marco Maciel predominaram. As eleições para o Diretório Nacional do partido ainda não haviam sido realizadas; portanto, 121 nomes ainda estavam indefinidos. Ambas as pesquisas eram posteriores às eleições estaduais (e ao acordo como FMI e ao estouro do Caso Baumgarten). Mesmo assim, elas ilustram as distinções de conteúdo e expectativa entre as projeções de um grande órgão da imprensa, de um integrante do círculo interno do Governo, e da base governista.

---

<sup>94</sup> Magalhães Pinto foi o único voto em si. Ao constatar a ausência de seu nome, ele negou validade à pesquisa e ameaçou impugná-la. (*Jornal do Brasil*, 01/05/1983, p. 8).

<sup>95</sup> Outros nomes receberam um só voto, além de Magalhães Pinto: Helio Beltrão, Rubem Ludwig, José Sarney, Salles Leite e...Leonel Brizola! (*Ibid.*)

As listas de Heitor refletem seus cálculos melhor do que as pesquisas do JB refletem a inclinação dos convencionais. A sondagem entre os parlamentares abordou apenas 41 dos 46 senadores e 202 dos 235 deputados. Trinta parlamentares votaram em branco, seis preencheram a cédula com votos inválidos, seis se disseram indefinidos, um escreveu “outro candidato”, e quatro disseram que votariam no candidato do partido—o que era precisamente a questão da pesquisa. A sondagem que buscou a totalidade dos convencionais pedessistas não conseguiu alcançar os 843 nomes já definidos (e não podia se estender aos 121 indefinidos). O jornal não conseguiu acessar os representantes do PDS pelos dois territórios federais, Amapá e Roraima, e nem pelo estado de Alagoas.<sup>96</sup> Portanto, apenas 795 votos estavam acessíveis, e, destes, 140 não responderam. A rigor, foram apenas 655 votos averiguados, de 964 previstos para a Convenção em 1984.<sup>97</sup> Ambas as pesquisas foram secretas, mas esta última pedia uma informação adicional: a do segundo nome de preferência, caso o primeiro não se apresentasse. O objetivo era identificar os candidatos capazes de “herdar” votos dos outros. O jornal também dividiu a contagem pelos estados de cada convencional, para indicar a distribuição regional das escolhas.

A manchete declara: “Pesquisa JB revela que PDS prefere Andreazza” (Jornal do Brasil, 23/06/1983, p. 3). De fato, Andreazza levou 189 votos enquanto Maluf, o segundo colocado, ficou com 140. Mas como o jornal indica, a marca de Andreazza era praticamente igual aos 188 votos não abarcados. Além disso, 44 votos ficaram em branco ou acabaram anulados. O rol de opções consistiu dos seis mais votados na pesquisa de 1º. de maio (portanto, Leitão de Abreu, que levava três votos, não fora apresentado), além de Hélio Beltrão, àquela altura um presidenciável autodeclarado. Abaixo de 189 votos para Andreazza e de 140 para Maluf, vinham oitenta para Aureliano, 63 para Antônio Carlos Magalhães, 52 para Marco Maciel, 23 para o nome indicado pelo Presidente, dez para Roberto Campos e dez para Abi-Ackel, oito para o General Rubem Ludwig, sete para Hélio Beltrão, seis para o (a princípio) inelegível Figueiredo, três para Leitão de Abreu, e, por fim,

---

<sup>96</sup> Alagoas teria 24 votos na Convenção Nacional do PDS, e os dois territórios, doze cada, num total de 48 que a pesquisa não aferiu.

<sup>97</sup> Os 655 votos representam 594 eleitores. Alguns convencionais tinham direito a dois votos, um por serem parlamentares, e outro por serem delegados dos Diretórios Regionais do PDS. (alguns convencionais tinham até mais, como o gaúcho Nelson Marchezan, que além de parlamentar e delegado regional era líder do PDS na Câmara).

com um voto cada, apareciam o General Octávio Medeiros, o ministro Jarbas Passarinho, o presidente do partido José Sarney, o governador alagoano Divaldo Suruagy e o empresário José Papa Júnior (ibid.). O jornal ainda projetou confrontos diretos entre dois concorrentes dos três mais votados, i.e. Andreazza vs. Maluf, Andreazza vs. Aureliano, e Maluf vs. Aureliano. Fez um cálculo com os votos preferenciais de cada um com os votos em segunda opção dos candidatos excluídos do confronto direto. Ficaram assim as especulações: 253 votos para Andreazza vs. 171 votos para Maluf; 272 votos para Andreazza vs. 107 votos para Aureliano; e 193 votos para Maluf vs. 137 votos para Aureliano. É fascinante que pesquisas com tantas lacunas e brechas de variação tenham vindo à tona um ano antes da Convenção do PDS; não obstante, elas refletem o interesse da opinião pública pela corrida sucessória—por mais que o Presidente dissesse ser assunto para o ano seguinte.

Cada candidatura reagiria a este tipo de dado à sua maneira. Os eventos entre as eleições de novembro de 1982 e a escolha para Presidente em janeiro de 1985 são conhecidos. Houve o fracasso da emenda constitucional para reeleger Figueiredo. Houve a campanha das Diretas Já, com a sociedade civil, os movimentos populares, os políticos de oposição em inigualável mobilização pela Emenda Dante de Oliveira. Houve o implacável empenho do Governo para derrotar a emenda no Congresso. Houve o desgaste subsequente—agravado pela crise econômica—que chocou a popularidade governamental com as preocupações de pedessistas com os seus futuros políticos. Houve a “briga de foice no escuro” entre Andreazza, Maluf e Aureliano pela indicação do PDS à Presidência. Houve a dissidência dos apoiadores de Aureliano e de Marco Maciel para a candidatura oposicionista de Tancredo. Houve a renhida vitória de Maluf sobre Andreazza na Convenção do PDS, com a maioria dos “andreazzistas” aderindo à chapa Tancredo/Sarney. Mas para a perspectiva do situacionismo, vale explicar como estas reviravoltas trifurcaram os percursos continuístas entre Presidente, Governo e pós-arenismo. Cada expressão da opinião pública e indicativo de popularidade afetava a base situacionista em suas vicissitudes. Um pré-candidato como Hélio Beltrão poderia ter simpatia popular<sup>98</sup> e preferência no empresariado. Mas isso não

---

<sup>98</sup> O Jornal do Brasil de 22/05/1983 divulgou pesquisa do IBOPE com 1500 eleitores em 21 capitais e regiões metropolitanas para saber as preferências em eleições presidenciais diretas. 23,1% votaria em Brizola; 13,7% votaria em Franco Montoro; 9,6% votaria em Aureliano; e Hélio

compensaria uma baixa cotação entre os convencionais. Àquela altura da redemocratização orquestrada, conviviam duas fontes formais de Direito eleitoral. Uma era o voto direto do Legislativo e dos executivos estadual e municipal. A outra incluía o voto indireto para Presidente e a indicação partidária mediante convenção. A aprovação do eleitorado para tentar um cargo direto—e mesmo respaldo do empresariado para garantir uma vaga ministerial—eram coisas muito diferentes de uma consagração dos convencionais para disputar o Colégio Eleitoral. Na Arena, convenções nacionais eram coreografias de assentimento às nomeações da ditadura. Já a Convenção Nacional do PDS seria um espaço decisório a qual a própria ditadura concedera poder de fato. Ao Governo, diminuíram os artifícios para sujeitá-la à vontade do Presidente. Ao Presidente, faltaram visão e tenacidade para fazer bom uso dos que restavam. À Convenção, escapava instrumentalidade política para sobrepor-se aos inconformados. O PMDB era único espaço juridicamente aparatado e politicamente munido para influir na eleição presidencial, não apenas a despeito das contradições na base governista, mas na própria medida delas.

### 3. O PDS Entre a Arena de Leões e a Toca das Raposas

#### 3.1. Situacionistas em Oposição: Contornos Partidários no Arco de Interesses

O poder é como um salame, toda vez que você o usa bem, corta só uma fatia, quando o usa mal, corta duas, mas se não o usa, cortam-se três e, em qualquer caso, ele fica sempre menor.<sup>99</sup>

(Marechal Artur da Costa e Silva)

O pós-arenismo se manifestou na redemocratização orquestrada de forma difusa e diversa. Os desdobramentos mais tardios se dariam na Constituinte de 1987/88 em uma espantosa convergência transpartidária, na qual a profundidade da

---

Beltrão ficaria com 7,8% dos pesquisados. Em seguida vinham Tancredo (7,5%), Jânio (4,9%), Maluf (4,6%), Andreazza (4,3%), ACM (4,1%), Lula (3,9%), Marco Maciel (3,2%), Ulysses (3,1%), e Costa Cavalcanti (0,3%).

<sup>99</sup> A frase é atribuída ao Presidente Costa e Silva por Delfim Netto, em depoimento a Elio Gaspari. GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada, 2002, p. 314.

arenificação do PMDB se mostraria oceânica. Na Era Figueiredo, enquanto perduraram as contradições entre Presidente, Governo e base governista, os pós-arenistas foram testando percursos e abrigos, cada grupo de quais em seu ritmo. É comum dizer que sem Petrônio Portella e principalmente sem Golbery, faltou a Figueiredo a visão estratégica para administrar eventuais desarmonias. Por certo, são notórias as aptidões estratégicas de Golbery; mas entre ele e seu substituto Leitão de Abreu, a diferença maior ocorreu não a partir dos talentos, mas pela correlação de forças. Golbery desfrutava de uma certa, conquanto pessoal, ascendência sobre Figueiredo. Antes de mais nada, era seu mentor, orientador e *kingmaker*, a quem o pupilo tratava por “chefe”. Tal autoridade oferecia alguma coesão ao Governo, pois um conselheiro do Presidente tinha primazia sobre os outros. Mesmo que faltasse a Leitão de Abreu mesma destreza de Golbery e de Petrônio para articulações partidárias, faltava, principalmente, uma centralidade para uma coordenação ministerial. Figueiredo tinha suas preferências para a sucessão, mas dentro do Governo haviam várias. O Ministro do Interior, Mário Andreazza, era candidato. O Vice-Presidente Aureliano Chaves, também. O Chefe do SNI General Octávio Medeiros era opção subterrânea para preponderâncias castrenses. O Ministro da Desburocratização entre 1979 e 1983 (e, entre 1982 e 1983, simultaneamente Ministro da Previdência), Hélio Beltrão, era um candidato ostensivo, mas corria por fora. O Ministro da Justiça a partir de 1980, Ibrahim Abi-Ackel, queria Paulo Maluf. O Ministro dos Transportes de 1979 a 1982, Eliseu Rezende, apoiava Andreazza. O Ministro da Indústria e do Comércio entre 1979 e 1984, João Camilo Penna, era aurelianista. Seu sucessor, Murilo Badaró, preferia Maluf. Na medida em que a sucessão presidencial tomava conta do debate político, Governo e Presidente desempenharam papéis diferentes.

O que Leitão de Abreu não poderia fazer era impor consistência ao Presidente. No que funcionaria como unidade entre Presidente e base governista, a liderança do PDS delegou a Figueiredo o comando do processo decisório. É costumeiro tratar essa decisão como uma tentativa do presidente do PDS José Sarney de garantir unidade ao partido. Talvez fosse, mas sob as contradições daqueles novos tempos alguma unidade faltaria. Uma ocasião menos lembrada é a da disputa pelo Diretório Nacional do PDS, em 1983: num episódio sem precedentes, fez-se um chapa de oposição pelo controle do partido governista, e



**contra a vontade do governo**. Batizada de “Participação”, a chapa dissidente só teria direito a vagas no Diretório se quebrasse a barreira dos 20% dos votos na convenção pedessista. Com 312 de um total de 914, o Participação somou 35% e conquistou as vagas nessa proporção. Em outras palavras, para desgosto do Presidente, contra a chapa dos Ministros de Estado, sem o apoio de qualquer governador, a oposição interna assumiu 42 dos 121 assentos do Diretório Nacional e dilatou as instâncias de negociação continuístas.

Muitos veem neste tipo de reviravolta uma espécie de sinal dos tempos, indícios de que o País estava mudando, que estava mudando inclusive a ex-Arena, ou que dissidentes do Governo estavam lutando para deixar a ditadura para trás. Um exemplo é o opúsculo “O PFL”, de Eliane Cantanhêde. Sua narrativa estabelece uma linha evolutiva da “dissidência do PDS” desde a posse da legislatura de 1983-1987 até chegar na formação da Frente Liberal e da “Aliança Democrática” em torno de Tancredo. Em seguida, a transformação da Frente Liberal em Partido da Frente Liberal completaria o fluxograma de uma transição pacífica:

Integravam o movimento tanto deputados que vieram a ser ferrenhos malufista, como Amaral Neto (RJ) e Teodorico Ferraço (ES), quanto outros que depois foram sucessivamente pró-Diretas, linha de frente da campanha do pedessista e futuro pefelista Aureliano Chaves e finalmente aliados de primeira hora do peemedebista Tancredo Neves. Exemplo: José Lourenço (BA), Saulo Queiroz (MS), Israel Pinheiro Filho (MG), Aleni Guerra (PR) e Albérico Cordeiro (AL). [...] Começava ali, naquela chapa de deputados obscuros e tão diferentes, uma insubordinação que iria colaborar decisivamente para implodir o regime militar e resultar, por caminhos tortuosos, no PFL.<sup>100</sup>

Considerando a lista inscrita pelo Participação às 121 vagas no Diretório Nacional, chega-se a alguns dados pouco abonadores para a genealogia de Cantanhêde. **Dos 119 nomes ordenados,<sup>101</sup> 71 eram de deputados federais que estariam aptos a participar da fatídica votação, em abril do ano seguinte, que derrotaria a emenda das Diretas Já.<sup>102</sup>** Apesar de todo o antológico apoio popular à emenda, apenas vinte e cinco integrantes da lista Participação votaram a favor. Dezenove votaram contra, e vinte e oito, fiéis a orientação do Governo, mas receosos da exposição pública, simplesmente não compareceram ao plenário. A

---

<sup>100</sup> CANTANHÊDE, Eliane (2001), p. 18-19.

<sup>101</sup> Das 121 vagas no Diretório Nacional do PDS, 119 estavam em disputa e duas eram reservados aos líderes do partido no Senado e na Câmara, na qualidade de *membros natos*.

<sup>102</sup> A lista do Participação incluía 72 deputados federais, mas à época da votação da Emenda Dante de Oliveira, o cearense Sérgio Philomeno estava com o mandato suspenso. Os 119 nomes do Participação foram publicados no Jornal do Brasil, 21 de junho de 1983, p. 4.

“dissidência” que lançou a Participação não equivale à “dissidência” que apoiou as Diretas. E de qualquer forma, há uma distância entre votar na Emenda Dante de Oliveira e participar da campanha das Diretas Já. Cinquenta e cinco pedessistas votaram a favor da proposta de emenda constitucional, mas não há registro de um único nome de relevo a participar dos grandes comícios suprapartidários. O “Grupo Pró-Diretas” do PDS manteve menos interlocução com os opositoristas do que os arenistas que em 1978 aderiram à Frente Nacional pela Redemocratização, tiveram com MDB.<sup>103</sup>

É significativo que nenhum integrante do “Grupo Pró-Diretas” tenha rompido com o Governo ao longo da campanha, nem mesmo quando a ditadura se valeu de suas “salvaguardas institucionais” para reprimir a ação popular. É duvidoso, portanto, que o “grupo” existisse como força orgânica no interior do partido, menos ainda que pertencesse à geografia sucessória. Certamente não compunham um quadro lógico de democratização da sociedade, apesar do que sugere o brasileiro Alfred Stepan:

A indicação de Paulo Maluf—com todas as possíveis ameaças que ela colocava ao controle do colégio eleitoral [sic] pelo governo—era um testemunho das qualidades políticas incansáveis de Maluf, bem como da autonomia crescente da sociedade política, até mesmo da sociedade política pró-regime. Dez anos de eleições fortemente disputadas e o discurso público do compromisso dos militares com a democracia, a oposição e as eleições tinham dado margem à ambição política independente e algum dinamismo, mesmo dentro do partido do governo. A esses dados, deve-se somar a neutralidade do presidente Figueiredo no processo de indicação [...] <sup>104</sup>

Em que pesassem as “qualidades políticas incansáveis” [sic] de Paulo Maluf (melhor dizendo, *habilidades* políticas, dentre as quais a infatigabilidade é de fato das mais invejáveis), não havia em sua indicação grande testemunho de autonomia crescente da sociedade política. Essa autonomia certamente faltou para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que poderia despencar uma verdadeira hecatombe sobre as aspirações de Maluf. Quem enxergasse uma crescente autonomia da sociedade nos comoventes e espantosos comícios das Diretas-Já haveria de

---

<sup>103</sup> O MDB organizara a Frente Nacional pela Redemocratização com uma candidatura do General Euler Bentes Monteiro à Presidência da República em disputa com a de Figueiredo no Colégio Eleitoral, esperando adesões de arenistas contrafeitos. Dentre os arenistas com cadeira no Colégio Eleitoral e que num momento ou noutro estiveram com Frente, nenhum chegou a votar em Euler. Os senadores Accioly Filho, Teotônio Vilela, e Magalhães Pinto compuseram a Frente mas se ausentaram do Colégio. Diários do Congresso Nacional, 16/10/1978.

<sup>104</sup> STEPAN, Alfred. Os Militares: da Abertura à Nova República, p.75.

reconhecer na derrota da emenda os amargos limites desse crescimento. Em outras palavras, se nem a inigualável mobilização popular das Diretas pôde ultrapassar a vontade do governo, não havia autonomia que negasse a continuidade da ditadura. Muito mudara, decerto, a margem de manobra da sociedade civil crescera, mas os fatores reais de poder continuavam, em larga medida, os mesmos. A multidão desfrutava de maior brecha institucional para reivindicar sua prerrogativa natural de emanadora de todo poder legítimo, e ela o fez com destemor e abnegação, mas, no fim do dia, a brecha representava para a ditadura um obstáculo, não um contrapeso. O custo político das medidas de força seria bem maior.

Na analogia de Costa e Silva, em que o exercício do poder equivalia ao fatiar de um salame, o uso soia diminuí-lo, e na ditadura pós-AI-5, o salame já não estava tão grande. Mas ainda lhe restava carne, como atestava o Decreto nº. 88.888 de 19 de outubro de 1983. A *ersatz* Constituição de 1969 atribuía ao Presidente poderes para tanto, e as medidas de emergência previstas no decreto fizeram do Comandante Militar do Planalto, General Newton Cruz, o efetivo condestável do Distrito Federal. Através da Resolução nº. 1/ME/84, a censura prévia foi imposta à televisão e ao rádio em escala nacional para neutralizar o clamor popular pelas Diretas. O País estava privado de notícias sobre a repressão militar contra os manifestantes em Brasília, e impedido de ouvir discursos a favor da Emenda Dante de Oliveira. Em “O Golpe do Silêncio”, Moacir Pereira analisar as implicações da mordaza:

Em termos reais, Estado de Sítio válido para todo o território nacional, eis que não há outro remédio constitucional de caráter excepcional permitindo a adoção de medida emergencial, que implique em supressão das garantias individuais. (PEREIRA, 1984, pp. 47-48)

Não havia registro substancial da tamanha autonomia vislumbrada por Stepan. Na indicação de Paulo Maluf, algoz das greves do ABC, adversário das Diretas, e entusiasta das medidas de exceção, não havia sequer vestígio.

A indicação de Maluf talvez não testemunhasse sequer uma “autonomia crescente da sociedade política [...] pró-regime”. Havia descolamento. O regime não deixava de ser uma ditadura pela falta do AI-5, apenas não tinha a mesma coesão. O Ato atenuava boa parte das consequências do desgaste popular. Sem ele, o governo teria que absorver o desgaste. A questão era até que ponto a “Sociedade dos Políticos Desarmados” (Dreifuss, p. 34) estaria disposta a acompanhá-lo. Quando as expectativas dos postulantes à Presidência passavam pelo apoio (ou ao

menos pela anuência) de Figueiredo, a disposição cintilava. Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, o documento *Participação e Compromisso*, que a candidatura de Marco Maciel apresentara, em janeiro de 1984, como um programa de governo, previa a implantação de eleições diretas inclusive para Presidente—bem ao gosto da opinião pública, aliás. Mas, em uma inconspícua solércia, não estava nítido se era uma proposta para a disputa em curso ou um projeto para o vitorioso aplicar às subsequentes—o que estaria bem mais ao gosto de Figueiredo. A dúvida se desfez pela prática, pois Maciel logo deixou sua aversão à Emenda Dante de Oliveira bem explícita. Conquistada sua derrota, o esforço seguinte de Marco Maciel foi pela prorrogação do mandato de Figueiredo com uma espécie de “Diretas Logo” prevista para 1988.<sup>105</sup> Quando as pretensões de Maciel foram atropeladas pelas dos demais candidatos, e o senador pernambucano transmutou-se em fiador da candidatura Tancredo Neves, a deferência a Figueiredo pareceria anacrônica. Dada a impopularidade do governo, chegaria a ser estorvo.

A mudança de conjuntura teve relação direta com a atuação de Figueiredo no processo de escolha de um sucessor, e mal pode ser explicada sem desmentir a impressão de “neutralidade” que Stepan assimilou. A tibieza, a incompetência, e a inconstância de Figueiredo valeram-lhe tantas contrariedades que, com efeito, somente uma alegação de “neutralidade” para contrapor-se a um juízo negativo de suas aptidões. Pode-se dizer que Figueiredo não teve audácia e não se permitiu desenvoltura para impor seus candidatos prediletos, mas isto não é o mesmo que manter-se alheio. Há quem diga que faltou empenho em torno de um sucessor porque sobrava encantamento com a proposta prorrogacionista. O então presidente do PDS José Sarney teria dito que “o candidato de Figueiredo é ele mesmo”, sublinhando: “Ele brigou com o Aureliano, não ajuda o Andreazza, tem horror a Maluf e deixou o Costa Cavalcanti na mão. Quem sobra? Ele.”<sup>106</sup> A questão era como vender um peixe que, em contexto de crise econômica e povo nas ruas, sequer fora pescado. O povo e o prorrogacionismo tinham calendários diferentes. A “autonomia crescente” da sociedade era conquista arrancada dos cerceadores da sua autonomia; de modo que o prorrogacionismo só poderia se apresentar como “Diretas Logo”—o que violava algo do próprio sentido da eleição direta. Era um

---

<sup>105</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.

<sup>106</sup> DIMENSTEIN, Gilberto et al. p. 31.

pedido ao povo de apoio a quem pretendia frustrar o seu anseio. Como disse Elio Gaspari, “[Figueiredo] queria ser a crise e seu remédio.” (GASPARI, 2016, p. 282) Gaspari nega que faltasse ao Presidente uma vontade de coordenar a sucessão; só ressaltava que “o general fazia as coisas e seu contrário”. (idem, p. 259) Cita como exemplo uma declaração pública de Figueiredo favorável às Diretas Já, e outra, igualmente pública, no dia seguinte, dizendo que esta ideia jamais passara-lhe pela cabeça. Diz que Figueiredo queria vetar Maluf, mas que declarava à opinião pública não vetar ninguém.<sup>107</sup> Bem dizendo, era excesso de tática para estratégia de menos. Tanta flutuação beneficiou precisamente o candidato que menos contava com apoio presidencial. Pelo livro “O Complô que Elegeu Tancredo”, a análise veio do senador Jorge Konder Bornhausen (PDS-SC):

O Aureliano perdeu porque decolou muito tarde”, analisaria o senador catarinense, mais tarde. “Ficou esperando a coordenação do Presidente e perdeu tempo, enquanto Maluf, orientado por Golbery e Heitor, sabia que Figueiredo não ia coordenar nada, e saiu na frente. Maluf foi cuidar de sua vida.<sup>108</sup>

É ilustrativo que, nos horizontes de então, os futuros coordenadores da “Frente Liberal” esperassem de Figueiredo a mesma firmeza contra Maluf que tivera contra as Diretas. Em última análise, a expectativa das candidaturas de Aureliano e Maciel, e seus respectivos entusiastas era conquistar a indicação do partido continuísta, receber a aquiescência do ditador, e desbaratar o PMDB no Colégio Eleitoral. Foram as circunstâncias, e não o florescimento de uma “semente de dissidência”, que lhes tornaram fiadores da transição. Eram situacionistas ansiando a titularidade do continuísmo. Negada esta, encarnaram o continuísmo de pós-governistas frente um governo que findava, enquanto pré-governistas de um governo que preparavam.

### **3.2. Um Castelo de Cartas Marcadas: A Mistificação Pós-Governista do Partido da Frente Liberal**

Transição deveria ser escrita com maiúscula enfática, para que, na ênfase, na hipérbole retórica, não esqueça a maestria de dizer muito, sem nada afirmar. Trata-se, segundo o curso dos malabarismos disponíveis, declamados nas entrevistas e nos discursos, de sair de onde se está, com a delicadeza de não inquietar quem está sentado e prometer as cadeiras a quem está de pé, aguardando sua vez.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> GASPARI, Elio, A Ditadura Acabada, p. 259.

<sup>108</sup> DIMENSTEIN et. al, pp. 97-98.

<sup>109</sup> FAORO, 2018, p. 113.

(Raymundo Faoro)

O longo e delicado caminho de Tancredo Neves à Presidência da República é habitualmente narrado como um triunfo de uma oposição (i.e., do PMDB, ou, mais generosamente, da “Aliança Democrática”) madura, sensata, de admirável senso prático e virtuosa capacidade de conciliação. Se a caracterização de Tancredo como grande estadista foi necessária para garantir alguma legitimidade à transição, ela serviu mais ao continuísmo pragmático do que às esperanças democratizantes. Analisadas em retrospecto, pode-se enxergar algum traço do voluntarismo tão contumaz a movimentos raquíticos em alternativas, como se a atribuição de qualidades democráticas ao processo fosse vital para dele extraí-las. Não se pretende avaliar o potencial e o resultado desta abordagem (mesmo descontado o que se teria perdido pela morte de Tancredo). Cabe, escrupulosamente, atestar como a versatilidade dos “Políticos Desarmados” (DREIFUSS, 1989, pp. 34-40) guarneceu posições de força para os embaixadores do estamento. Em outras palavras: a vitória da ‘Aliança Democrática’ constituiu uma *transição tutelada* na qual parte do contingente pós-arenista prevaleceu sobre outra, na função de fiadora dos interesses patrimonialistas. A ‘Sociedade Política Estatal’ (Idem, pp. 40-44) perpetuou-se, a ‘Sociedade Política Armada’ (Idem, pp. 26-33) salvou-se do tão temido “revanchismo”, e os méritos couberam aos governistas camaleônicos que souberam “entregar os anéis para não perder os dedos”.<sup>110</sup>

O camaleonismo perdura na construção da memória, logicamente. Mais uma vez, o livro de Cantanhêde é emblemático neste aspecto. Marco Maciel argumenta:

Nos chamam de fisiológicos, mas nos viabilizamos a vitória de Tancredo, a vitória da oposição, a vitória da redemocratização. E porque acreditávamos nesse processo. Se fosse para manter cargos e força política, ficaríamos com Maluf.<sup>111</sup>

Que a Frente Liberal tenha viabilizado a vitória do PMDB não merece dúvida. Os desdobramentos da disputa pedessista afastaram-lhes do projeto de derrotá-lo. O motivo pelo qual acreditavam nesse processo talvez não fosse o mesmo do povo. Nem todos os pedessistas da Aliança Democrática foram a favor das Diretas, e nem todos pedessistas que foram a favor trabalharam pela Aliança. É certo que

---

<sup>110</sup> Contempla-se trabalhos futuros para discutir como os dedos que não foram perdidos retomaram os anéis que não foram esquecidos.

<sup>111</sup> CANTANHÊDE, p. 25.

Aureliano Chaves, Roberto Magalhães, e Carlos Chiarelli se manifestaram a favor da Emenda Dante de Oliveira; mas Esperidião Amin, Jutahy Magalhães, Passos Porto, João Lobo, Alexandre Costa, também—e não apoiaram Tancredo. Por outro lado, alguns dos personagens mais decisivos à vitória da Aliança—notadamente José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel—recusaram as Diretas Já.<sup>112</sup> Vários deputados que elegeriam Tancredo votaram na Emenda Dante de Oliveira, como Alcení Guerra, Tarcísio Burity, José Lourenço, Ruy Bacelar, Jayme Neiva de Santana, Saulo Queiroz e Wilmar Palis. Vários que preferiram Maluf, também, como Geraldo Bulhões, Theodorico Ferraço, Collor de Mello, Gerardo Renault, Jutahy Magalhães Júnior, Lúcia Viveiros, Gióia Júnior, Antônio Mazurek e Wildy Vianna. Do mesmo modo, importantes eleitores de Tancredo se recusaram a votar na Emenda, como Magalhães Pinto, Reinhold Stephanes, Thales Ramalho, Ângelo Magalhães, Rubem Medina, Christóvam Chiaradia, Maluly Neto, José Mendonça Ribeiro, Simão Sessim David. O tancredismo pedessista não teve correspondência mecânica com o pedessismo “pró-Diretas”.

Similarmente, o tancredismo não tem relação concreta com a dissidência do Participação. A chapa oficial para o Diretório Nacional do PDS em julho de 1983 incluía aqueles que seriam os tancredistas mais significativos: José Sarney, Marco Maciel, Aureliano Chaves, Jorge Konder Bornhausen, Hélio Beltrão, Hugo Napoleão Neto, Guilherme Palmeira, Célio Borja, Francelino Pereira, José Agripino Maia, Roberto Magalhães, Carlos Chiarelli, João Durval Carneiro. No Participação, estavam muitos que votariam em Maluf, como Amaral Neto, Antônio Mazurek, Ludgero Raulino, José Ribamar Machado, Assis Canuto, Gerardo Renault, Gióia Júnior, Lúcia Viveiros, Aécio de Borba, Furtado Leite, Albino Coimbra, Assis Canuto, Oswaldo Melo, além dos dois cabeças da lista, Theodorico Ferraço e Wildy Viana. Como se vê, muitos da tal dissidência “semeada” estiveram alinhados contra a Emenda Dante de Oliveira e a favor de Maluf. Dos mais de setenta deputados federais da tal semente, apenas quinze frutificariam tanto na votação da emenda quanto na Aliança Democrática. E muitos destes viveriam um PFL aquém de suas expectativas.

---

<sup>112</sup> Uma lista elaborada pelo “Grupo Pró-Diretas” do PDS foi publicada no *Jornal do Brasil* de 08/02/1984, p. 3. Doze senadores foram arrolados, mas a Emenda Dante de Oliveira, derrotada na Câmara, não chegou a ir pro Senado. Marco Maciel foi incluído entre os doze, tendo voltado atrás subsequentemente.

As premissas na fala de Marco Maciel negando as inclinações fisiológicas da Frente Liberal, são bem questionáveis. Articular uma dissidência partidária feito esta em 1984, quando da desagregação do PDS no pugilato sucessório, do desgaste do Governo no combate às Diretas, e da crônica tibieza do Presidente em levar suas questões até as últimas consequências, não era o propriamente o maior risco do mundo. Certamente não era mais arriscado que, por exemplo, articular uma chapa adversária feito o Participação em 1983—e nem isto suscitara represálias maiores. Maciel alega que, para manter cargos e poder político, teria sido mais fácil ficar com Maluf, mas a candidatura de Tancredo já não era um completo salto no escuro. A vantagem do PDS sobre o conjunto da oposição era de 17 votos no Colégio Eleitoral. A aritmética tancredista não era inviável. Mesmo que o PT (de oito votos) decidisse boicotar o Colégio, e mesmo que o Governo cooptasse o PTB (de catorze votos), não seriam necessárias tantas dissidências pedessistas para derrotar Maluf. Um número menor do que o de votos pedessistas pela emenda das Diretas já bastaria. Ademais, trair Maluf não era sinônimo de suicídio político. O Presidente não interpôs quaisquer retaliações contra os governistas que “tancredaram”. Diga-se de passagem, a Secretaria da Receita Federal permaneceu por todo o Governo Figueiredo com Francisco Oswaldo Neves Dornelles, sobrinho de Tancredo e um de seus principais articuladores com as Forças Armadas. Francisco Dornelles não foi afastado do cargo em momento algum: só deixou a Secretaria no fim do Governo ao assumir—por nomeação do tio—o Ministério da Fazenda à posse do governo seguinte. Vinditas de um possível Presidente Maluf também não soam muito plausíveis. Com todas as animosidades da disputa contra Andreazza, Maluf ofereceu-lhe o vaga de vice tão logo que conquistou a candidatura.<sup>113</sup> Enquanto governador paulista, Maluf estivera em minoria na assembleia estadual, mas conseguiu cooptar parte do MDB para a sua base. Menos rancoroso que Figueiredo e mais transigente que Aureliano, Maluf era afeito a negociar acordos políticos. Ambicionava a Presidência como ninguém, mas não parecia ambicionar vinganças.<sup>114</sup>

É difícil sustentar que a Frente Liberal não “fosse para manter cargos e força política”, quando o Partido da Frente Liberal se estruturou em sentido oposto. A

---

<sup>113</sup> Folha de São Paulo, 12 de agosto, 1983, p. 6.

<sup>114</sup> Em menos de dois anos, Maluf disputaria o governo de São Paulo com o apoio do PFL.



vitória da oposição foi “viabilizada” por um partido que acolheu numerosos derrotados. Com a chegada da Aliança Democrática ao governo, vários malufistas de destaque **permaneceram continuístas trocando de partido**. Na Paraíba, o governador Wilson Braga fora o único do Nordeste a fazer campanha para Maluf. Afora uma abstenção, todos os seus seis delegados estaduais sufragaram Maluf no Colégio Eleitoral. Somente a delegação estadual mato-grossense superara a marca, com todos os seis malufando em bloco. Orientada pelo governador Júlio Campos, o PDS mato-grossense malufara com disciplina, tendo apenas o senador Benedito Canelas como dissidência. No entanto, tanto o PFL mato-grossense quanto o PFL paraibano ganhariam corpo pela desenvoltura do pós-malufismo. Na Paraíba, a Frente Liberal fora fundada pelo ex-governador Tarcísio Burity, antecessor e desafeto de Braga. Entre o surgimento da Frente e a formalização do Partido da Frente, Braga já havia aderido. Na primeira convenção do PFL, ao fim de janeiro de 1985, Burity conquistara uma vaga na direção nacional, mas amargara a notícia da filiação do rival. Com o diretório paraibano sob seu controle, Burity formalizou o veto a Braga, e viu-se humilhado pelo Diretório Nacional com o cancelamento de sua decisão. A pouco mais de um mês da convenção, Burity—fundador da chapa “Participação” e do “Grupo Pró-Diretas” do PDS—desfilou-se do PFL. Os pós-malufistas de Braga, com a chancela de Marco Maciel, Hugo Napoleão Neto, Divaldo Suruagy e Francelino Pereira, se apossaram da seção paraibana do partido.<sup>115</sup>

O caminho do governador Júlio Campos do malufismo ao PFL foi mais tortuoso, mas teve efeitos similares. No mês seguinte à vitória de Tancredo, ele anunciou sua adesão ao PDT, mas seu pedido de filiação foi impugnado. Por outro lado, o deputado federal Bento Porto, outro malufista mato-grossense, era aceito no PFL Pouco **depois, Júlio Campos confirmou uma ida ao novo PTB, e não a concretizou. Atravessou o ano seguinte sob acusações de uso eleitoreiro da máquina pública, tráfico de drogas, envolvimento com grupos de extermínio, e assassinato político**. Em fevereiro de 86, sofreu um pedido de impeachment pela Assembleia Legislativa, e no desenrolar do processo, entrou para o PFL. À frente da seção mato-grossense, o deputado federal Bento Porto, vetou seu ingresso. A direção do PFL

---

<sup>115</sup> Ver Jornal do Brasil, 30 de dezembro de 1984, p. 2, 24 de janeiro de 1985, p. 2, 25 de janeiro de 1985, p. 5, 27 de fevereiro de 1985, p. 2, e o artigo de Roberto Lopes, “Todos Contra Burity”, Jornal do Brasil, 28 de janeiro de 1985, p. 11.

acolheu o pedido de Bento Porto; na segunda semana de março o líder da bancada na Câmara Federal, José Lourenço, vaticinou publicamente: “Campos é um cafajeste rejeitado pela população de seu Estado e não tem condições morais, éticas, ou programáticas para ingressar no PFL.” No mês seguinte, a entrada de Júlio Campos no Partido da Frente Liberal foi homologada.

Esta discussão toda assesta a reputação histórica da Aliança Democrática, e sua comemoração pela aurora dos novos tempos, pela aurora de um novo Brasil, de uma Nova República. Essa celebração é estratégica para o PFL/DEM; com todas as ambiguidades que atravessam as credenciais de Tancredo, sua candidatura permanece como o único subterfúgio capaz de retratar apaniguados da ditadura como coautores da democracia. Portanto, questionar os méritos da Frente Liberal pela ‘transição’ envolve, além da releitura da própria natureza dessa transição, uma atenção à memória que os coreógrafos da eleição de Tancredo (e seus legatários) cultivam.

### **3.3. Aurora da Arenificação Governista: O PMDB como Abrigo de Adesismo**

A vitória de Tancredo não representou a ruína do continuísmo. Por detrás da pessoa do Figueiredo, por dentro do aparato, onde o estamento opera, muito se conservou. Uma análise sugestiva, feita por Ben Ross Schneider, aparece em “A Ditadura Acabada”. Ela arrola 87 cargos importantes na administração pública federal no Governo Costa e Silva, e afirma que o Presidente Médici, sucessor preferencial do marechal entevado, conservou 50% de seus quadros. De 118 quadros da gestão de Médici, o Presidente Geisel manteve 49%. Figueiredo, ungido pelo incansável empenho do Presidente Geisel, assegurou a permanência de 53% dentre 148 integrantes da burocracia governamental. Já Tancredo Neves, encarnação do brilharete democrático sobre os autocratas do atraso, confirmou a permanência de 60% de 125 operadores da administração de Figueiredo. (GASPARI, 2016, p. 310). Vista pelos diagnósticos de Dreifuss sobre a “administração estatal da ‘sociedade’ oligárquico-capitalista”, obediente a uma “direção empresarial-cortesã”, a interpretação de Schneider é um convite à reflexão.

A edificação da “Nova República” foi um marco na redemocratização orquestrada e um marco para a arenificação do PMDB. A partir daquele ponto, começaria um outro tipo de emigração pós-governista à legenda. A marca adesista das transições conciliadas ficaria gritante na Nova República: as portas do PMDB foram abertas a toda sorte de arenista, até mesmo para as viúvas da candidatura Maluf, numa inversão proverbial de quem ia ser tosquiado e voltou trazendo lã.

O PMDB da Bahia vivera uma arenificação exemplar. À época do Colégio Eleitoral, a o PDS baiano tinha 25 dos deputados federais e os três senadores do PDS. A bancada senatorial consistia de três integrantes de dinastias políticas: o ex-governador Luiz Viana Filho, com seu filho Luiz Viana Neto de suplente, o ex-governador Lomanto Júnior, com seu filho Leur Lomanto na Câmara, e o Jutahy Magalhães, com seu filho Jutahy Júnior também na Câmara.<sup>116</sup> Malufavam, na ocasião, todos os três senadores, além de nove dos deputados federais pedessistas—além do deputado Raimundo Urbano, dissidente peemedebista. Ao fim de 1986, o único deputado que restara ao PDS era Wilson Falcão. Dos outros onze pedessistas de Maluf, seis se encontravam com Raimundo Urbano no PMDB. Os três senadores eram desafetos de ACM, mas a família Lomanto reconciliara-se com o Ministro da Comunicações. Já os Vianas ficaram no PDS, fazendo oposição a Sarney e ACM, até que, em abril de 1986, foram recebidos no PMDB. O caminho dos Jutahys fora mais tortuoso. Começaram o Governo Sarney em lealdade ao PDS, com Jutahy pai em tenaz oposição, na vice-liderança da bancada senatorial. Mas a lealdade não duraria e a oposição, só mais um pouco. Com as eleições municipais marcadas para novembro de 1985, os Juthays criaram a seção baiana do novo PTB, mas o abrigo fora efêmero: apaniguados de Antônio Carlos Magalhães logo alugaram a legenda, e o grupo de Jutahy migrou ao PFL. O “outro clã dos Magalhães” reencontrava-se com a leva inicial do PDS tancredista, mas até isso findaria rapidamente. Escorado por vitórias avassaladoras nos pleitos de prefeito de 1985, e a bordo de um ministério de recursos inigualáveis, Antônio Carlos finalmente ingressaria no PFL com poder e prestígio ímpares. E mais uma vez os Jutahys trocariam de partido, e mais uma vez o PMDB estava disponível. Porém, talvez o caso mais notável fosse o de Prisco Viana, porta-voz da linha reta na ditadura e coordenador da campanha

---

<sup>116</sup> Tanto Luiz Viana Filho e quanto Jutahy Magalhães eram filhos de ex-governadores, respectivamente Luiz Viana e Juracy Magalhães.

de Maluf na pelega sucessória. Este viria ao PMDB e por ele ganharia um ministério de Sarney. A cada leva, o antigo Partido do MDB da Bahia, outrora hegemonizado pela Esquerda, com Francisco Pinto, Waldir Pires, Elquisson Soares, Domingos Leonelli, diluía-se pela Direita. Francisco Pinto logo abandonaria a vida pública, e os demais, o PMDB.

No Sergipe, o senador malufista Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, entraria no PMDB para representar sua classe na Constituinte que se elegeria em 1986. No Paraná, entrariam os ruralistas Renato Johnsson e José Carlos Martinez. Em Alagoas, entraria Collor de Mello para disputar o governo e sonhar com voos mais altos. O governador cearense Gonzaga Motta abraçara o PFL, mas se juntaria ao PMDB logo depois. O partido chegaria à Constituinte com um contingente tão grande de conservadores, que as brigas interpartidárias se assemelhavam às brigas internas. A arenificação viveria o conservadorismo dos adesistas, suscetíveis às promessas de cargos e concessões de rádio e televisão, fisiológicos por pendores continuístas, representando não tanto uma guinada doutrinária, mas a penetração patrimonialista. Encorajados por Sarney, e impulsionados por interesses corporativistas, os pós-arenistas, pós-pedessistas, pós-pepistas, até pós-pefelistas, e remanescentes do MDB “moderado” estavam instalados no PMDB enfrentando seus supostos correligionários. A redemocratização orquestrada escapara da regência de Figueiredo, mas manteria uma melodia para “o arco de interesses”. A trincheira da Constituinte seria decisiva, com velhas rivalidades regionais, inimizades pessoais, desavenças conjunturais e rupturas eventuais cedendo espaço para questões de fundo. Em todo momento, haveria um norte costumeiro: manter o legislador, enquanto pudesse, distante do povo. A “Sociedade dos Políticos Desarmados” ganhara importância maior com o fim do AI-5. Em concomitância, o arenismo aprendera a irradiar-se, e os pormenores da transição tutelada o tornariam não apenas capaz de sobreviver a Figueiredo, mas de prevalecer contra sua vontade. O percurso fora, até certo ponto, difuso, inclusive orgânico. A redemocratização orquestrada abria demanda para um certo “Partido da Ordem”. Mas a singular versatilidade do estamento brasileiro permitia que o nosso “Partido da Ordem” atravessasse vários partidos em sentido estrito, mesmo quando estes se digladiavam. O “arco de interesses” encomendara

uma nova ordem, e nela dançariam melhor os que compunham a melodia em proveito próprio.

Em outro contexto, concorrentes virariam cúmplices. As demandas do estamento, exigiriam, por um dado momento e a partir de certo ponto, um mínimo de sintonia. Na trincheira da Constituinte, o chamado “Centrão” existiu como uma genuína encarnação do “Partido da Ordem”. Em consonância à proposta de Marx neste termo (i.e., não necessariamente a uma agremiação partidária específica), o “Centrão” foi um caso exemplar, como a Arena, por si só, em sua função auxiliar, jamais seria. Nesta estupenda orquestra de reacionarismo suprapartidário constava um enorme contingente peemedebista.<sup>117</sup> Um dos mais destacados personagens no “Centrão” foi justamente Carlos Sant’Anna, indicado por Sarney para líder do governo na Constituinte, mitológico arenista baiano incorporado ao PMDB via PP. René Armand Dreifuss elenca vinte articuladores do futuro “Centrão”,<sup>118</sup> dos quais seis eram peemedebistas. Além de Sant’Anna, seriam Roberto Cardoso Alves, Expedito Machado, Daso Coimbra, Arnaldo Rosa Prata e Del Bosco Amaral.<sup>119</sup> Assim como Sant’Anna, Daso Coimbra e Rosa Prata eram pós-arenistas abrigados pela incorporação do PP—Rosa Prata foi inclusive Secretário de Agricultura do Governo Tancredo Neves em Minas Gerais. Cardoso Alves também fora do PP e pertencera à Arena, mas somente até 1969, quando da cassação de seu mandato de deputado federal (mantivera seus direitos políticos, em compensação). A partir de então e até o pluripartidarismo, Cardoso Alves integrou o MDB como “moderado”. Fundou o PP com Tancredo e, por ocasião da incorporação, foi o principal paulista a sustenta-la. Ao longo da Constituinte ele assumiu uma conduta de intransigente defesa do latifúndio, chegando a fundar com outros próceres do Centrão o notório “Grupo dos *Cowboys*”.<sup>120</sup> Outros importantes pós-arenistas trazidos ao PMDB pelo o Partido Popular também desempenharam papéis de destaque dentro do Centrão, inclusive: pelo Mato Grosso do Sul, Rubem Figueiró e Rachid Saldanha Derzi, da

---

<sup>117</sup> Segundo Sara Regina Munhoz, 42,3% do Centrão era composto por peemedebistas.

<sup>118</sup> DREIFUSS, p. 111. Dreifuss usa a denominação “Centro Democrático” para falar do embrião suprapartidário do “Centrão”; contudo, mais tradicionalmente, esta designação identifica especificamente a ala peemedebista do bloco.

<sup>119</sup> Na 3ª. edição do livro de Dreifuss, o constituinte Del Bosco Amaral é identificado como do PFL, erroneamente.

<sup>120</sup> Entre os *cowboys* destacados por Dreifuss figurava outro peemedebista, o empresário Paulo Zarzur, do setor imobiliário. Zarzur era figura recente na política eleitoral, ligado ao PMDB a partir de 1982, quando se elegeu deputado federal pela primeira vez. Sua reeleição em 1986, segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, foi uma das mais caras de SP.

ala anti-Pedrossian da Arena; pelo Mato Grosso, o grupo do ex-governador José Garcia Neto, como Rodrigues Palma (seu genro), Joaquim Sucena e Oswaldo Sobrinho; pelo Paraná, os agregados da dupla Jayme Canet—Affonso Camargo, como Alarico Abib e Ervin Bonkoski; pelo Rio Grande do Sul, Hilário Braun, representante da indústria de vestuário; pela Paraíba, Edivaldo Motta; por Santa Catarina, Alexandre Puzyna; por Minas Gerais, terra de Tancredo Neves, além de Rosa Prata, havia Álvaro Antônio Teixeira Dias, Joaquim de Melo Freire, e, notadamente, Dalton Canabrava.

Uma espécie de batismo de fogo do “Centrão” ocorreu em três de dezembro de 1987. Em linhas gerais, o bloco apresentara uma proposta de alteração no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte (RIANC), com o intuito de desfazer certas definições das subcomissões temáticas. Pela legitimidade duvidosa de qualquer modificação extemporânea do RIANC, os partidos adversários do Centrão se ausentaram do plenário. O PMDB, pela figura do líder da bancada, Mário Covas, decidiu ausentar-se também; mesmo assim, compareceram 128 peemedebistas, além do presidente da sessão, Ulysses Guimarães. Quatro votaram contra, dois se abstiveram, e os demais votaram a favor. Dos 290 votos a favor do Centrão, 123 vieram do PMDB.<sup>121</sup>

A questão do latifúndio acabou se tornando um barômetro da arenificação do PMDB. Embora no programa do Partido do MDB—e o do PMDB—constasse a defesa de uma reforma agrária, um número assombroso de constituintes peemedebistas eram comprometidos com a União Democrática Ruralista. Alguns praticaram casos folclóricos de abriguismo, como o paranaense Basílio Villani, diretor do Bamerindus. Lançado à política pela UDR para representar o latifúndio<sup>122</sup>, Villani alugou a legenda do PMDB para eleger-se deputado federal. Porém, sua campanha sofreu tantas acusações de abuso de poder econômico, por parte do Bamerindus, que correligionários dentro do próprio PMDB pediram a anulação de seu registro. Villani recorreu ao TSE e conseguiu sua diplomação por

---

<sup>121</sup> Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 04/12/1987, pp. 5983-4, Ano I — Nº 155, Ata da 170ª Sessão, 03 de dezembro de 1987. Votaram contra José Carlos Vasconcelos, Luiz Freire, Luiz Viana Filho (seu filho Luiz Viana Neto votou a favor) e Mendes Ribeiro. Abstiveram-se Hélio Rosas e Ulysses Guimarães (pela praxe de abstenção do presidente de uma sessão).

<sup>122</sup> DREIFUSS, p. 222.

liminar<sup>123</sup> e, já empossado, trocou o PMDB pelo PTB.<sup>124</sup> O dispositivo constitucional patrocinado pelos latifundiários da UDR foi aprovado com o apoio de 91 peemedebistas.<sup>125</sup> Destes, aproximadamente dois terços tinham passagem pela Arena, PDS, PP, e/ou PFL.

Isoladamente, estes dados são largamente ilustrativos, mas eles contrastam com as narrativas oficiais do peemedebismo. Em trabalho encomendado pela Fundação Ulysses Guimarães, o deputado Tarcísio Delgado dedicou um capítulo de 28 páginas para falar da grande contribuição do PMDB para a Constituinte. Seis destas páginas reproduzem o antológico e comovente discurso de Ulysses ao encerramento dos trabalhos. Quatro páginas reproduzem o primeiro discurso de Ulysses, na Assembleia, que destacava os pontos da proposta peemedebista da Constituição, inclusive da reforma agrária. Já o líder do partido na Constituinte, o senador por São Paulo Mário Covas, recebe somente uma menção passageira. Para o Centrão, há apenas um breve parágrafo de quatro frases.<sup>126</sup> O livro de Delgado—chamado “A História de Um Rebelde” [sic]—é uma obra laudatória de 424 páginas lançada em 2006, em auto-homenagem do PMDB por seus “quarenta” anos. Apesar de arrojado, o livro é assombrosamente pródigo em erros factuais<sup>127</sup>, além de erros de ortografia, pontuação e gramática. Lançado com tanta pompa, funciona como exemplo de autonarrativa oficial. O propósito nesta construção de memória é inequívoco. A incorporação do PP é assunto de meia página; o Pacote de Novembro nem é citado explicitamente. Em compensação, um capítulo inteiro de 38 páginas

---

<sup>123</sup> Boletim Eleitoral n.º. 446, pp. 838-864, setembro de 1988, Tribunal Superior Eleitoral. Acessado em: [http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2673/1988\\_boletim\\_eleitoral\\_a37\\_n446.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2673/1988_boletim_eleitoral_a37_n446.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

<sup>124</sup> O proprietário do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, tornou-se um verdadeiro mecenas do abriguismo no PTB paranaense. O então senador constituinte Affonso Camargo Neto, pós-arenista incorporado ao PMDB pelo PP, e ex-Ministro dos Transportes indicado por Tancredo Neves, abrigou-se no PTB em julho de 1987 e candidatou-se à Presidência em 1989. O próprio Andrade Vieira elegeu-se senador em 1990, tornando-se presidente nacional do PTB.

<sup>125</sup> PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2008, pp. 263-271.

<sup>126</sup> DELGADO, pp. 331-358.

<sup>127</sup> Por exemplo, o livro arrola os governadores eleitos em 1982 como sendo: Tancredo Neves (MG), Franco Montoro (SP), José Richa (PR), Gerson Camata (ES), Jäder Barbalho (PA), Íris Rezende (GO), Alberto Silva (PI), Antônio Mariz (PB), Roberto Santos (BA). Idem, p. 255. Alberto Silva elegeu-se pelo PMDB em 1986. Antônio Mariz elegeu-se pelo PMDB em 1994 (morreria no ano seguinte). Roberto Santos nunca se elegeu governador pelo PMDB; foi nomeado biônico pela Arena em 1974. Nabor Júnior (AC), Wilson Martins (MS), e Gilberto Mestrinho (AM) elegeram-se em 1982 e ficaram de fora.

é dedicado ao breve episódio em 1981 quando o PMDB recusou o pedido de filiação do ex-presidente Jânio Quadros. O autor se justifica de maneira explícita:

Hoje, quando a troca e venda de políticos para a troca de partidos estão na “ordem do dia”, sem qualquer questionamento quanto ao compromisso com o programa partidário; [...] quando os partidos se desfazem num amontoado de interesses fisiológicos; [...] é oportuno e aconselhável reproduzir páginas que engrandecem a vida pública e nos consolam dos desalentos atuais.<sup>128</sup>

Mais do que oportuno, é urgente, mais do que aconselhável, é indispensável, reconstituir e problematizar a História recente dos partidos políticos do Brasil— particularmente a partir do conceito de “irradiação do arenismo”. Talvez ajude a “escrever a História a contrapelo”, na formulação de Walter Benjamin, a respeito das instituições e dinâmicas políticas de nossa República.

### **Conclusão: A Elasticidade Situacionista e as Forças Impessoais da História**

“O fato, no filtro que vai do passado ao presente, revela-se no verdadeiro perfil, outrora submerso no fascínio das personalidades. O que ontem existia continua a atuar hoje, descontada a penumbra dos equívocos. A retórica da transição e da conciliação perderá o adorno maquiatório e mostrará a fisionomia sem máscara. A conciliação será, despida de enfeites e maquiagens, a aliança de grupos e forças competitivas, arranchadas diante de cargos expostos ao loteamento. A transição, celebrada no nevoeiro das expectativas mágicas, volta a ser o que é, o equilíbrio das afinidades ocultas e dissentimentos acomodados.”<sup>129</sup>

Raymundo Faoro

As variadas dimensões e veredas de continuísmo sobrepõem-se à autonomia da sociedade civil com a artilharia das artimanhas. O situacionismo sobreviveu à ditadura plutocrática-miliar porque as fontes formais do Direito eram meros instrumentos dos fatores reais de poder. Governo e oposição(ões) não jogava a mesma partida. Os partidos oposicionistas disputavam entre si o eleitorado oposicionista. Entre eles e o Governo não se disputava o mesmo prêmio. A oposição lutava por uma representação institucional, uma brecha para pautar seus projetos,

---

<sup>128</sup> Ibid., pp. 213-214.

<sup>129</sup> Raymundo Faoro, “A definição das ambiguidades”, in: FAORO, Raymundo. A República em Transição, 2018. Originalmente publicado na revista *Senhor*, 24/04/1985.



em um Congresso Nacional que é fraco perante a Presidência (em que pese o fim do AI-5) e em governos estaduais que são suseranos ao federal (em que pesem suas receitas tributárias). Em brevíssimo rudimentar, a oposição almejava maior margem de manobra na cobrança de concessões e o governo, maior desenvoltura para recusá-las. As respectivas condições de concedente e concessionário não estavam em jogo. Sabia-se sequer quando estariam. Precisamente por sua duração imprevista, tal divisão de papéis a um só tempo expressava e garantia o desequilíbrio de horizontes a favor do governo: como concedente de uma abertura lenta, gradual, e segura, a ditadura preparara-se para calcular a lentidão, espaçar a gradação, e julgar a segurança. Em suma, o desequilíbrio de horizontes que favorecia o governo prosperava de acordo sua capacidade de antever os horizontes concedíveis à oposição, sem prejuízo de sua segurança. O balanço governista do Pacote de Novembro é cabível nesta orientação. A questão era, portanto, se o governo tivera rendosa antecedência na coreografia do baile eleitoral, e, subsidiariamente, se a ausência de Golbery afetara este rendimento. Esta última indagação pode até não permitir respostas conclusivas, mas até o ponto em que os êxitos da Era Golbery e os do período forem mensuráveis e contrastáveis, algum indício sugestivo pode revelar-se auspicioso ponto de partida para pesquisas futuras. Por ora, cabe definir vitória para quem nutre como horizonte a capacidade de regular o do adversário. Em um tempo presente no Governo Figueiredo, resultado favorável é aquele que menos requer expedientes mirabolantes para garantir os próximos. Os tempos futuros poderiam até ser incertos quanto ao custo destes expedientes, mas não de vitória. Pelo olhar crítico da História, depreender-se-á as **efetivas** implicações de um sistema no qual os horizontes de uns estão verticais aos de outros.

Das incontáveis incalculáveis contribuições da História às demais áreas do saber, há um trabalho imprescindível com a Ciência Política: debelar as interpretações estáticas de temporalidade. Elas não escapam sequer a especialistas gabaritados como David Fleischer. Dentre seus outros méritos há uma quase solitária dedicação ao tema dos casuísmos eleitorais. Ainda assim, seu artigo de 1996 exprime conclusões problemáticas. Diz, por exemplo, que o “Pacote de Abril” do Governo Geisel “não surtiu praticamente nenhum impacto sobre resultados para a Câmara de Deputados” nas eleições de 1978 (FLEISCHER, p. 179). Tomando o

número de votos para o MDB naquele pleito, ele calcula o tamanho da bancada que isso valeria sob a legislação anterior. E seus quadros comparativos afirmam que ela não seria muito maior do que **concretamente** atingiu-se. Mas a legislação vigente sempre afeta o processo decisório de uma pessoa jurídica (em qualquer área, praticamente); o partido teria feito uma campanha minimamente diferente dentro do ordenamento pré-Pacote. E tal campanha poderia ter rendido mais votos. Fleischer observa também que, pelo número de vagas obtidas pela Arena na Casa Alta, a figura do senador biônico não fez tanta diferença. A ressurreição da sublegenda teria bastado, contanto que o Governo Geisel tivesse criado “um ou dois outros estados novos (além de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Roraima ou Amapá—todos criados posteriormente)”. Ele reconhece que “os engenheiros eleitorais de abril de 1977 não dispunham dessas extrapolações e análises *ex-post-facto*” (ibid). Mas podem ter cogitado. E talvez concluído que a medida traria transtornos maiores que a criação do senador biônico. Provavelmente exigiria maior mobilização; talvez suscitasse reação do eleitorado; talvez dividisse a Arena ainda mais.

Há outra questão, presente em qualquer discussão política, dentro ou fora das esferas acadêmicas: o tratamento do Futuro como o Presente esticado para frente. Aparece especialmente nas competições partidárias. O Partido do MDB alegava, com razão, de que o pluripartidarismo de Golbery fora uma tentativa de dividir e enfraquecer a oposição. Em nome do horizonte eleitoral, cortejou, e depois denunciou, as outras siglas oposicionistas. Incorporou o PP por prioridades eleitorais afrontadas no Pacote de Novembro. De um ou de outro modo, o PMDB acabou desenvolvendo hábitos—a práxis, até—de flexibilização e abrigo; a preocupação em viabilizar-se para disputas políticas certamente incentivou esta inclinação, em alguma medida. Um efeito, possivelmente colateral (senão para todos, para alguns), foi—além dos “rachas” posteriores—o enfraquecimento de seu legado oposicionista. O quanto que a incorporação funcionou como um precedente para futuras arenificações é algo a ser estudado a fundo.

Em todo caso, o paládio da reputação do PMDB só é viável em uma generosa interpretação dos acontecimentos. Depende de uma narrativa que atribua às decisões peemedebistas de 1979 a 1985 o mérito da restauração democrática. Depende de uma narrativa em as ações do partido resultaram no colapso da ditadura,

não obstante as espertezas dos alfaiates do regime. Mas tal versão só prospera menosprezando fatores cruciais no processo—i.e., aquelas forças sociais mais complexas e difusas que transitam (magistralmente, até) do governismo à oposição, conforme as oscilações no quadro político. Forças essas que, por sua própria ação, comprometem o propósito renovador da transição. Por fim, a narrativa laudatória peemedebista envolve uma percepção de partidos como genuínas encarnações de vontades coletivas. Impossível entendê-los como mero reagentes de reviravoltas na conjuntura, por exemplo. Desta premissa o PMDB se apresenta como encarnação dos anseios populares por justiça e liberdade. (Subsidiariamente, permite aos dissidentes da Arena/PDS reivindicarem este predicado, à guisa de redenção).

Há um outro—e converso—problema nas interpretações estáticas de temporalidade: o tratamento do Passado como o Presente esticado para trás. A hagiografia pela qual Tancredo teria salvo o Brasil do retrocesso, com suas virtudes e espírito cívico, vê a redemocratização como um definitivo e inesperado malogro das forças continuístas. A morte de Tancredo varreu as contradições (suas e do “arco de interesses”) para debaixo do tapete de Sarney—um governo ruinoso sob todo tipo de critério. Ainda assim, foi um governo demasiadamente real, e, portanto, incontrastável com a projeção demasiadamente imaginada de um Governo Tancredo. Tancredo foi poupado de qualquer fracasso. Nisto, o Brasil pôde conciliar a glória de uma redemocratização exitosa com as decepções da Nova República—bastou outorgar à fatalidade um encargo impossível. Sob essa caracterização, de ‘gloriosa vitória’, os casuísmos, manobras, e apelações eleitoreiras do Governo/Arena/PDS aparecem como espertezas malsucedidas. Com todo o seu poder e despudor, o situacionismo não conseguiu deter a marcha da História, a aurora da nova era, a vontade de um povo transsubstanciada no “partido da democracia”. Congelada no tempo, a apoteose de Tancredo justifica as escolhas tomadas pelo Partido do MDB/PMDB (e pelo PP) após a extinção do bipartidarismo. A incorporação do PP, as campanhas de 1982, as Diretas Já—agregada no “Dr. Ulysses”, o “Senhor Diretas”—e, posteriormente, a improvável e pragmática peleja no Colégio Eleitoral encadeiam-se na tautológica epopeia do peemedebismo. Foi tamanha a visão dos estadistas que o Brasil, contra todas as probabilidades, conquistou tudo o merecia—se o destino lhe roubou do usufruto,

fora talvez por uma trágica e poética sina nacional, a de termos tudo para dar certo e sermos amaldiçoados a não conseguir.

Perde-se o reconhecimento da importância—e da vocação conservadora—dos casuísmos eleitorais. Eles podem não trazer tudo que governo desejava; geralmente quando a oposição se flexibiliza na proporção de sua desvantagem. Não se confirma, nos casuísmos do período Figueiredo, a analogia de Fleischer, pela qual o feitiço se volta contra o feiticeiro. O pluripartidarismo teria se voltado contra o feiticeiro se a Arena tivesse se despedaçado em mil facções concorrentes e o MDB se conservado como agremiação única de oposição. Fleischer reconhece que o Pacote de Novembro permitiu ao governo uma “suada” vitória em 1982. Mas ao dizer que a incorporação “fez a estratégia do ‘dividir para conquistar’ perder sentido em quase todos os Estados”, ele faz uma opção teórica que resume as forças em disputa ao PDS e suas oposições. Mais sugestiva é a constatação retrospectiva de que a incorporação não apenas descaracterizou o PMDB enquanto força histórica contra o arenismo; também exibiu aos continuístas as potenciais vantagens—e a sólida viabilidade—em passar pro time adversário. Vale um estudo pormenorizado sobre o subsequente funcionamento do PMDB como abrigo do “Partido da Ordem”, principalmente durante a Assembleia Nacional Constituinte. As consequências, para o Brasil e para o próprio partido, são de inestimável importância para quem quiser averiguar a “elasticidade” do estamento brasileiro, diagnosticada por Raymundo Faoro.

Na redemocratização orquestrada, a aurora dos novos tempos foi representada num baile de solércias, manobras e oportunismos. Politicamente, o efeito mais concreto foi o realinhamento das forças conservadoras, numa genuína “irradiação do arenismo”, que compreendeu uma “arenificação” do PMDB altamente vantajosa para os donos do poder, mas perniciososa para a narrativa histórica. O partido nunca abriu mão de sua versão autoglorificante dos fatos, da qual a opinião pública nunca se desvencilhou plenamente. Esta gangrena persistiu por pior que ficasse a reputação do PMDB, em parte porque o papel era maior que o próprio ator. No fluxograma encadeando o fim da ditadura à aurora da Nova República, cabia uma legenda para encarnar a insatisfação popular e acompanhar o ritmo do poder. Neutralizando o poder do discernimento está, perenemente, a ótica que personaliza os protagonismos e desmerece os fenômenos sociais. Presume-se

que a História Política esteja mais suscetível à fulanização dos processos do que as Histórias Social, Cultural, Econômica, mas na gênese do problema está aquela ilusão de lei transmutada em carne. Nas Ciências Exatas, as leis podem ser formuladas por seres humanos, mas elas a princípio traduzem processos objetivos da realidade. Nas Ciências Humanas, as leis ingerem na realidade subjetiva já no gesto de formulação. Pertencendo os próprios formuladores a alguma categoria de variável da equação, eles decretam fenômenos com a extravagância de um numeral que determina a operação matemática. No longo prazo, quiçá no médio, nenhuma lei desenvolvida pelas Ciências Sociais demonstrou precisão. Menos ainda é a precisão racional das narrativas históricas tautológicas. Um estudioso de História do tempo recente precisa redobrar os cuidados comuns no seu ofício, pois ele ainda vive, em alguma medida, no desdobramento de seu recorte—no mínimo em seu epílogo—e não raro circunscreve ao passado algo que está vivenciando para aquém de seu radar. A História Política do tempo recente sói envolver personalidades ainda em atividade, e, por vezes, mecanicamente dependentes da maneira como narram-se os eventos. Todo pretense herdeiro no presente tem uma relação subjetiva com o testador no passado, mas na História do tempo recente, mais que em qualquer outra, herdeiro e testador frequentemente ocupam um mesmo corpo. Para ele, o viés sobre o passado é mais que reivindicação de um legado, é uma preservação da própria biografia.

Na teologia, a lei pode ser atributo da moral, e nas ciências exatas os acontecimentos são julgados pela lei da natureza, de modo que o resultado sempre acompanha o juízo impessoal. Se, na moralidade, o certo se opõe ao errado, na natureza o certo se opõe ao implausível. É esperado que as leis nas Ciências Sociais sejam superadas na medida em que se mostram implausíveis, mas quando herdeiro e testador ocupam o mesmo corpo e narram da História, o implausível se torna secundário e a autolegitimação se torna prioridade. Já é problemático estabelecer uma teleologia para a História; mas quando um narrador visa a sustentação do próprio *status*, a História pode ser confundida com a prestidigitação da mitologia. Não se deve esperar que o PMDB venha a público minimizar o seu papel nas crônicas da redemocratização. O que se espera é que nem ele, nem qualquer outro corpo, prevaleça em detrimento de uma visão crítica sobre o Brasil. E esta requer uma despersonalização da História.

Cabe explicar que na personalização, o agente alçado a protagonista não é necessariamente um personagem individual. Um processo pode ser fulanizado em um corpo pessoal (como o de Tancredo) ou mais (Tancredo e Ulysses); mas também pode ser fulanizado em um corpo coletivo—como o PMDB. O gesto assim de dar rosto a um processo histórico não precisa ser literal. O certo é que será vulgarizante. Em nossa cultura, forçoso dizer, a prática persiste. A História é contada como um duelo entre protagonistas e antagonistas porque não aprendemos a localizar o “certo” e o “errado” (nem mesmo o “certo” e o “implausível”) fora das categorias de personagens. Há riscos graves nessa teimosia: na esfera pública, quando um personagem considerado “certo” se degenera em (ou se revela) “errado”, o que pertence às contingências históricas, profanas e até prosaicas, há de suscitar decepção, desencanto, e desânimo, e até amargura. A condição humana, demasiadamente humana, que torna os indivíduos mais mundanos e menos constantes do que os valores e os ideais, não pode encarná-los, sob pena de mistificação. Empobrecedor ao debate público, a encarnação de valores e ideais é trágica para as análises históricas. A recapitulação dos acontecimentos enquanto evangelho de personagens ou partidos rouba o próprio estudioso de seu senso de pertencimento à História. O historiador, como cientista social, interfere no seu objeto de análise ao fazê-la, e seu público, ao ouvi-la (e mesmo ao ignorá-lo). Cientes desta circunstância, todos estariam menos inferiorizados perante os grandes personagens do passado, e mais atinados às forças sociais da História.

Na nossa cultura, a mistificação aparece quando o mistério enseja louvor. No estudo da História, o mistério é menos pernicioso do que as falsas conclusões. A ignorância mais perigosa é mera carência de informações; implica também em excesso de convicções equivocadas. Transformar água em vinho é uma violação das leis da natureza; na religião isso é chamado de milagre. Na História, as leis da sociedade podem ser invocadas, ajustadas, e inventadas para disfarçar água como vinho até o público compra-la como gato por lebre. O desinformado a compra a qualquer preço; informação por si só não espanta os disfarces. A vinda à tona de novos fatos, dados, documentos é de incalculável importância, tanto mais—muito mais—quanto à ditadura plutocrático-militar, período este pródigo em fatos, dados, documentos soterrados por sigilos, descasos, transações. A questão é que a inestimável peleja da memória nacional em prol de desarquivamentos é apenas

parte da tarefa, pois dados, fatos, documentos exigem tratamento metuculoso. Eles sempre fazem mais sentido para as abordagens mais sofisticadas, e são sempre mais respeitados pelo narrador isentado de encomendas partidárias e despojado de pretensões hagiográficas. Assim como o casuísmo é um acinte à impessoalidade das instituições, a seletividade falaciosa, o malabarismo de ênfases e menosprezos, mas sobretudo a encarnação de fenômenos e movimentos ameaçam a relativa impessoalidade da História.

Há muito a ser feito. Há de se trabalhar as dinâmicas e os personagens envolvidos e os documentos analisados na merecida profundidade. O Biênio Hexapartidário Brasileiro ainda precisa reconhecido como uma fase particular da redemocratização orquestrada—quando muito, é tratado como interlúdio, antes da inevitável incorporação do PP ao PMDB. Ainda não se consagrou uma obra específica a Figueiredo, seu governo, seu partido, em todas as intrigantes vicissitudes. No rol dos presidentes da República, ele ainda parece comparativamente esquecido—como, aliás, expressara desejo. Há inúmeras biografias sobre Tancredo Neves, que nem chegou a tomar posse como Presidente da República, e foi anodidamente oficializado como tal. Por sua vez, Figueiredo—cujo mandato presidencial foi o mais extenso, afora o de Vargas, do Estado Novo—mal extrapola o imaginário das caricaturas. Diga-se, mais do que de passagem, que muito sobre seu governo só será elucidado depois que os arquivos de Heitor de Aquino Ferreira e Golbery do Couto e Silva atualmente em posse de Elio Gaspari forem integralmente disponibilizados. Além disto, o “baile da aurora” só pode ser integralmente apreciado com a extensão do recorte até as eleições de 1989. Através da Emenda Constitucional nº. 25, de 1985, o recém-nascido Governo Sarney trasladou a República do pluripartidarismo ao *polipartidarismo*. A lei que, à Direita, permitiu à Frente Liberal virar Partido da Frente Liberal, e, à Esquerda, permitiu a legalização dos partidos comunistas, aglutinou casuísmos à altura das mais perniciosas tradições nacionais. Por um lado, impediu que os governadores participassem da propaganda eleitoral televisiva—sob medida para impedir Brizola de ir à tevê pedir votos a Darcy Ribeiro. Por outro, flexibilizou de tal modo a formação de novos partidos (i.e., o “registro eleitoral *provisório*”), de cinco legendas o País passou a trinta. Quintuplicou a proeza hexapartidária de Golbery.

É impossível perscrutar o brilharete de Collor de Mello sem compreender o polipartidarismo.

No entanto, a maior urgência envolve a superação daquela História como uma epopeia de “Grandes Homens”. Bem disse Marx que os homens fazem a História, mas não como gostariam—nem mesmo Golbery. Por menos que o “Pacote de Novembro” tenha antevisto a incorporação do PP pelo PMDB, não cabe diagnosticá-lo como fracasso. Os malogros pedessistas em 1982 devem muito mais ao fracasso do Governo em si, da ditadura em si. Os alfaiates não colheram exatamente os resultados imaginados. Mas numa dimensão mais sutil e profunda, as tendências “conserviológicas” na correlação de forças preponderaram. Nada que fosse óbvio aos olhos de então; mas os continuístas ganharam tempo para se adaptarem e espaço para manobrar. Uns foram mais precavidos que outros, mas eram concorrentes pela regência de uma mesma orquestra estamental. Alguma medida de situacionismo sempre extrairá vantagem de manobras casuísticas. O cronograma situacionista antevê uma disputa cujas regras conjunturais ele pode alterar. O cronograma oposicionista reage a regras cujas alterações inesperadas ele tem de aceitar. O cronograma do eleitor é refém dos poderes do primeiro e é afetado pelas reações do segundo. Seu poder como juiz da disputa é sensivelmente comprometido. A desigualdade política começa na palpabilidade das expectativas.